

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO
EM SERVIÇO SOCIAL
(CAMPUS SEDE)**



**UBERABA- MG
2014
Atualizado em junho de 2025**

Missão da UFTM

Atuar na geração, difusão e promoção de conhecimentos e na formação de profissionais conscientes e comprometidos com o desenvolvimento socioeconômico, cultural e tecnológico, proporcionando a melhoria da qualidade de vida da população (art. 5.º do Estatuto da UFTM).

Reitoria

MARINALVA VIEIRA BARBOSA

Vice-Reitoria

MEIRE SOARES ATAÍDE

Chefia de Gabinete

THASSIANA BESSA FERREIRA

Pró-Reitoria de Planejamento

LUIZ FERNANDO RODRIGUES

Pró-Reitoria de Administração

LAURO OSIRO

Pró-Reitoria de Ensino

PATRÍCIA MARIA VIEIRA

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

JULIO CESAR DE SOUZA INÁCIO GONÇALVES

Pró-Reitoria de Extensão Universitária

HELDER BARBOSA PAOLINI

Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis

CARLOS FRANCISCO DE MORAIS

Pró-reitoria de Recursos Humanos

STELA MARIANA DE MORAIS

Prefeitura Universitária

ELCIDES RODRIGUES DA SILVA

Direção do Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais

FLÁVIO HENRIQUE DIAS SALDANHA

Coordenação de Departamento

EDNA APARECIDA DE CARVALHO PACHECO

Coordenação de Curso

ROSEMEIRE SCATENA

**EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ATUALIZAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO
DO CURSO DE BACHERELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

MEMBROS

ROSEMEIRE SCATENA
PRESIDENTE

BARBARA OLIVEIRA ROSA
ROSANA FREITAS ARANTES
PRESIDENTE SUBSTITUTA
CLÁUDIA HELENA JULIÃO

EDNA APARECIDA DE CARVALHO PACHECO
MARTA REGINA FARINELLI
QELLI VIVIANE DIAS ROCHA
ROSANE APARECIDA DE SOUSA

Equipe responsável pela revisão e atualização

CELESTE APARECIDA PEREIRA BARBOSA
CLÁUDIA HELENA JULIÃO
EDNA APARECIDA DE CARVALHO PACHECO
LESLIANE CAPUTI

MARTA REGINA FARINELLI
QELLI VIVIANE DIAS ROCHA
REGINA MAURA REZENDE
RITA DE CÁSSIA LOPES DE OLIVEIRA MENDES
ROSANA FREITAS ARANTES
ROSANE APARECIDA DE SOUSA
MIRNA NUNES DA SILVEIRA SOUZA
(Assistente Social do NESS)
SUELY APARECIDA ALBERTO MELO
(Assistente Social do NESS)

Representação Técnico-Administrativa

PATRÍCIA REGINA ALBERTO

Assessoria Pedagógica e de Legislação Educacional - ASPEL

BRUNA CARVALHO BORGES DA COSTA

ELIANA HELENA CORRÊA NEVES SALGE

GISELLE ABREU DE OLIVEIRA

LILIANE CARLA CAMPOS

LUCIANA PEREIRA ROSSI

MARCOS HENRIQUE ALMEIDA DOS SANTOS

NEWLLER THIAGO FERNANDES MASCARENHAS

RUBIA RODRIGUES

Sumário

1	IDENTIFICAÇÃO DA UFTM ¹	7
2	FUNDAMENTOS LEGAIS E NORMATIVOS	8
2.3.1	<i>Curso de Bacharelado em Serviço Social</i>	15
3	APRESENTAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO	16
4	HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO	18
5	POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO ÂMBITO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL	30
6	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL	34
6.1	GESTÃO DO CURSO	34
6.1.1	<i>Coordenação de Curso</i>	34
6.1.2	<i>Colegiado de Curso</i>	35
6.1.3	<i>Núcleo Docente Estruturante</i>	35
6.1.4	<i>Corpo Docente</i>	36
6.1.5	<i>Corpo Discente</i>	36
6.2.1	<i>Objetivo Geral</i>	38
6.2.2	<i>Objetivos Específicos</i>	38
6.6.1	<i>Matriz Curricular</i>	46
6.6.2	<i>Estágio Supervisionado</i>	53
6.6.2.1	Núcleo de Estágio em Serviço Social (NESS)	57
6.6.3	<i>Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC)</i>	68
6.6.4	<i>Atividades de Extensão Universitária (AEXT)</i>	70
6.6.5	<i>Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)</i>	72
7.	INCORPORAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM - TIC	74
8.	ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO- APRENDIZAGEM	78
9.	INFRAESTRUTURA	82
	ANEXO A - EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS	83
	EMENTÁRIO ELETIVAS	121

1 IDENTIFICAÇÃO DA UFTM¹

Razão social da Instituição/Código:	Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM /597
CNPJ:	25.437.484/0001-61
Endereço:	Rua Frei Paulino, n.º 30, Bairro: Abadia, Cep: 38025-180, Telefone: (34) 3700-6000, Uberaba-MG
Atos legais:	Credenciamento: Decreto n.º 35.249, de 24/03/1954, publicado no DOU em 30/03/1954
	Recredenciamento: Lei Federal n.º 11.152, de 29/07/2005, publicada no DOU em 01/08/2005
	Recredenciamento: Portaria Seres n.º 1.389, de 23/11/2012, publicada no DOU em 26/11/2012

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO²

Nome do curso / Código:	Serviço Social/205
Grau:	Bacharelado
Título acadêmico conferido:	Bacharel em Serviço Social
Modalidade:	Presencial
Data de início do funcionamento do curso:	03/03/2009
Endereço:	Avenida Getúlio Guaritá, 159, Bairro: Abadia, CEP: 38025-440. Telefone: (34) 3700-6930, Uberaba/MG
Atos Legais:	Autorização: Resolução n.º 004, de 25 de outubro de 2007
	Reconhecimento do Curso: Portaria SERES/MEC n.º 408, de 30 de agosto de 2013
	Renovação do Reconhecimento do Curso: Portaria SERES/MEC n.º 824, de 30 de dezembro de 2014

¹ Informações que podem ser obtidas no sítio do e-mec. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>.

² Informações que podem ser obtidas no sítio do e-MEC. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>.

	Renovação do Reconhecimento do Curso: Portaria SERES/MEC n.º 133, de 01 de março de 2018
	Renovação do Reconhecimento do Curso: Portaria SERES/MEC n.º 211, de 25 de junho de 2020
Conceito Preliminar de Curso:	4
Resultado do ENADE 2022:	4
Periodicidade:	Semestral
Tempo de integralização mínimo e máximo:	Mínimo: 4 anos (08 semestres) Máximo: 6 anos (12 semestres)
Carga horária mínima:	3000h ou 3600 h/a
Número de vagas oferecidas:	30 semestrais - 60 anuais
Nº de turmas:	01 turma (semestre) - 02 Turmas (anual)
Turno de funcionamento:	Noturno
Forma de ingresso:	Sisu, Transferência e Portador de Diploma

2 FUNDAMENTOS LEGAIS E NORMATIVOS

O Curso de Graduação em Serviço Social, objeto deste projeto pedagógico, apoia-se e organiza-se nos termos das legislações abaixo citadas.

2.1 LEGISLAÇÃO FEDERAL

TEMÁTICA	REQUISITO LEGAL OU NORMATIVO
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	Constituição Federal de 1988 - Artigos 205 a 214, Seção I, Capítulo III, intitulado “Da Educação”.
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
Plano Nacional de Educação - PNE	Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

Bacharelados	Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 200 do Ministério da Educação - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
Estágios	<ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 - Dispõe sobre o estágio de estudantes. • Resolução CFESS Nº 533, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a Supervisão direta de estágio no Serviço Social.
Hora-aula	Resolução CNE/CES nº 03, de 2 de julho de 2007 do Ministério da Educação - Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências.
Núcleo Docente Estruturante	Resolução nº 1, de 17 de junho de 2010, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) - Normatiza o Núcleo Docente Estruturante.
Extensão	<ul style="list-style-type: none"> • Resolução CNE/CES nº 07, de 18 de dezembro de 2018. • Resolução CNE/CES nº 1, de 29 de dezembro de 2020.
Educação a Distância	<ul style="list-style-type: none"> • Portaria nº 2.117, de 06 de dezembro de 2019, do Ministério da Educação - Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância 37 (EaD) em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. • Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 - Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana	Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004 do Ministério da Educação - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos	Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, do Ministério da Educação - Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	<ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências; • Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 - Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000; • Decreto n.º 9.656, de 27 de dezembro de 2018 - Altera o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras
Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental. • Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. • Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, do Ministério da Educação - Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
Legislação Brasileira de Inclusão:	<ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência); • Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras; • Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 - Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras.
Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 - Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. • Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os

	<p>Direitos das Pessoas com Deficiência.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011 - Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. • Decreto n.º 11.793, de 23 de novembro de 2023 - Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Novo Viver sem Limite.
Proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista	<ul style="list-style-type: none"> • Lei n.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012 - Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; • Decreto n.º 8.368, de 2 de dezembro de 2014 - Regulamenta a Lei n.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
Acervo Acadêmico	<ul style="list-style-type: none"> • Portaria MEC n.º 360, de 18 de maio de 2022 - Dispõe sobre a conversão do acervo acadêmico para o meio digital; • Portaria MEC n.º 613, de 18 de agosto de 2022 - Regulamenta o art. 4º da Portaria MEC n.º 360, de 18 de maio de 2022.
Ações de Ensino	Resolução COENS/UFTM n.º 507, de 27 de janeiro de 2025 - Dispõe sobre as ações de ensino na Universidade Federal do Triângulo Mineiro

<p>Regulação, supervisão e avaliação das Instituições e dos Cursos Superiores no Sistema Federal de Ensino. Sistema e-MEC</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 - Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. • Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017- Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e pós-graduação no sistema federal de ensino. • Decreto n.º 11.887, de 19 de janeiro de 2024 - que altera Decreto n.º 9.235, de 15 de dezembro de 2017. • Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação - Dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e- MEC. • Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018, do Ministério da Educação - Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância; • Lei n.º 14.375, de 21 de junho de 2022 - altera a Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, para estabelecer a possibilidade de avaliação in loco na modalidade virtual das instituições de ensino superior e de seus cursos de graduação.
---	---

Credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior do sistema federal de ensino:	<p>Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, do Ministério da Educação - Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições;</p> <p>Resolução CNE/CES nº 3, de 14 de outubro de 2010, do Ministério da Educação - Regulamenta o Art. 52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dispõe sobre normas e procedimentos para credenciamento e recredenciamento de universidades do Sistema Federal de Ensino;</p> <p>Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação - Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.</p>
--	--

Fonte: ASPEL, 2024.

2.2 LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL UFTM

TEMÁTICA	REQUISITO LEGAL OU NORMATIVO
Diretrizes para reestruturação da carga horária dos cursos de graduação (Hora-aula):	Resolução CONSU/UFTM n.º 72, de 17 de outubro de 2022 - Revoga resoluções para cumprimento ao disposto no Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019.
Regulamento dos Cursos de Graduação da UFTM:	Resolução CONSU/UFTM nº 86, de 21.3.2023 - Aprova o Regulamento de Graduação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (Vigência a partir de 1º/08/2023 - 2º semestre letivo de 2023).

Equivalências entre componentes curriculares:	Resolução CONSU/UFTM nº 86, de 21.3.2023 - Aprova o Regulamento de Graduação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - Capítulo III, Seção II.
Extensão:	<ul style="list-style-type: none"> • Resolução CONSU/UFTM nº 86, de 21.3.2023 - Aprova o Regulamento de Graduação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - Capítulo XVII. • Resolução COEXT/UFTM nº 6, de 9 de maio de 2023 - Dispõe sobre ações e atividades de extensão universitária na UFTM.
Núcleo Docente Estruturante:	Resolução CONSU/UFTM nº 86, de 21.3.2023 - Aprova o Regulamento de Graduação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - Capítulo II, Seção III.
Colegiado de Curso:	Resolução CONSU/UFTM nº 86, de 21.3.2023 - Aprova o Regulamento de Graduação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - Capítulo II, Seção I.
Regime de Matrícula por Disciplina:	Resolução CONSU/UFTM nº 86, de 21.3.2023 - Aprova o Regulamento de Graduação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - Capítulo VI, Seção II.
Carga horária a distância de componentes curriculares:	Resolução nº 3, de 3 de maio de 2018, do CONSU da UFTM - Regulamenta a carga horária a distância nos cursos técnicos, de graduação e nos programas de pós-graduação presenciais e semipresenciais da UFTM.
Estágio:	<ul style="list-style-type: none"> • Resolução CONSU/UFTM nº 86, de 21.3.2023 - Aprova o Regulamento de Graduação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. • Resolução COENS/UFTM nº 332, de 17 de novembro de 2022 - Aprova o Regulamento Geral dos Estágios dos Cursos de Graduação da UFTM. • Resolução COENS/UFTM nº 323, de 11 de outubro de 2022 - Homologa a Resolução COENS/UFTM nº 332, de 17 de novembro de

	2022.
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC):	Resolução CONSU/UFTM nº 86, de 21.3.2023 - Aprova o Regulamento de Graduação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - Capítulo XVI.
Trabalho de Conclusão de Curso:	Resolução CONSU/UFTM nº 86, de 21.3.2023 - Aprova o Regulamento de Graduação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - Capítulo XVIII.
Bibliografias Básicas e Complementares nos PPC dos cursos de graduação na UFTM:	Portaria PROPLAN/UFTM nº 2, de 1º de outubro de 2020 - Aprova a Norma Procedimental 20.01.011 - Definição de Bibliografias Básicas e Complementares nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFTM.
Planos de Ensino:	Resolução CONSU/UFTM nº 86, de 21.3.2023 - Aprova o Regulamento de Graduação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - Capítulo III, Seção IV.
Planejamento Pedagógico Semestral dos cursos de graduação da UFTM:	Resolução CONSU/UFTM nº 86, de 21.3.2023 - Aprova o Regulamento de Graduação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - Capítulo XX.
Projeto Pedagógico de Curso:	<ul style="list-style-type: none"> • Portaria nº 7 de 27/01/2021, da PROPLAN - Aprova a Norma Procedimental 20.01.008 - Elaboração e Atualização de Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação. • Resolução CONSU/UFTM nº 86, de 21.3.2023 - Aprova o Regulamento de Graduação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - Capítulo III.

Fonte: ASPEL, 2024.

2.3 MARCOS LEGAIS PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFTM

2.3.1 Curso de Bacharelado em Serviço Social

Temática	Requisito legal ou normativo
Diretrizes Curriculares Nacionais	Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002.

3 APRESENTAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

O pensar/fazer pedagógico do curso de Serviço Social da UFTM cria necessidades que demandam a atualização e implementação do seu projeto político pedagógico. Consideramos a dimensão política deste projeto formativo para graduação em Serviço Social, pelo seu teor teleológico, pautado no projeto ético-político hegemônico da profissão, mais especificamente nas Diretrizes Curriculares elaboradas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ABEPSS (1996). Tal dimensão política se faz no engajamento coletivo de atores protagonistas de todo processo da formação profissional em Serviço Social, ou seja, estudantes, docentes, supervisoras de campo de estágio, além da articulação com o direcionamento ético das entidades representativas da categoria (CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO).

Assim, o constante processo de construção e reconstrução do Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social se faz mister, considerando a dinâmica da realidade social. Logo, o projeto pode ser alterado à medida que o curso se desenvolve, ganhando novos contornos, reflexões coerentes com o debate atual e crítico da categoria profissional. Dessa forma, temos aqui a expressão deste processo dinâmico, escrito a muitas mãos, um PPPC articulado com as versões anteriores que marcam a historicidade e desenvolvimento do Curso de Serviço Social na UFTM.

Para Lukács (2010) a historicidade do ser social não se limita a seu decurso imediato, o ser humano é também um ser fundamentalmente histórico-social, na medida em que seu passado constitui, sob a forma de seu próprio passado, um momento importante do seu ser e atuar presentes, o que dinamiza e justifica o movimento de construção e reconstrução do projeto pedagógico.

A atualização do PPC em 2023/2024, expressou a direção acadêmica-política e científica do curso de Serviço Social da UFTM, considerando a necessidade da creditação da extensão universitária, conforme a Resolução CNE n.07 de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira. E, o Capítulo XVII da Resolução CONSU/UFTM nº 86, de 21.3.2023, que Aprova o Regulamento de Graduação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

Neste movimento histórico, dialético e crítico, da negação da negação, que se coloca a necessidade de repensar, pensar e construir um Projeto Político Pedagógico que atenda ao perfil de egresso firmado pela categoria profissional e, materializado a partir da graduação, e que em tempo, traz a extensão universitária como a síntese concreta das dimensões ensino e pesquisa. Também aponta a expressão das necessidades cotidianas da população, a qual mantém reciprocidade de aprendizados, numa constante efetivação de direitos e que a universidade não só desempenha a sua função social, mas cria campos sustentáveis de diálogos permanentes, transcendendo seus muros rumo a construção do pensar, agir, construir na/com/para a comunidade, na direção da universidade vestida de povo, e assim, fazendo valer o espaço público, como espaço de todas e todos sujeitos sociais. A extensão direciona que a universidade se pinte e se edifique de povo, de vozes, de cultura, de cotidiano, de firmeza e poder popular, abalando e movendo os pilares da soberba acadêmica.

O ensino, a pesquisa, e a extensão para além da concepção de articulação (tripé) da formação universitária ou pilares, são dimensões indissociáveis, donde cada uma só se viabiliza a partir da outra, ou seja, o múltiplo complexo da práxis profissional, cujo resultado é a transformação social e acadêmica. Portanto, foi necessário repensar o curso de Serviço Social da UFTM, adestacar no que se refere a viabilidade e creditação curricular da extensão, não somente na área científica, mas principalmente na cultural, em que a metabolização do sistema capitalista e sua eminente produção de desigualdade é expressa. É, contudo, nessa comunicação de via dupla que se faz a extensão.

O Projeto está alicerçado num conjunto de complexos que envolvem a formação e o trabalho profissional intrinsecamente. O refletir, o pensar coletivamente tem construído o jeito de caminhar e as estratégias para o

atendimento de uma formação profissional crítica, ética, política condizente com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 e MEC (2000), e Resolução CNE/CES N.02 (2007) amplamente divulgadas, debatidas e periodicamente avaliadas pelo colegiado do curso de Serviço Social da UFTM.

O projeto político pedagógico nesta concepção está estruturado em partes articuladas, compondo o conjunto de complexos, que em Lukács, não se refere à soma das partes, mas cada parte constituída de um conjunto de complexos, sendo estas entendidas como totalidades parciais e, portanto, não menos complexas. E neste aspecto se articula com o Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI que é um documento elaborado pela universidade com a finalidade de apresentar seus objetivos e ações no âmbito da gestão para o desenvolvimento e expansão da UFTM coesa com as necessidades da sociedade.

O projeto pedagógico é um instrumento de efetivação da formação profissional e acompanha a dinâmica acadêmica e societária. Portanto, está em constante mudanças, tendo sempre como meta atingir o perfil de egresso de Serviço Social.

Assim, para este projeto em específico, foram necessários vários encontros do NDE, Colegiado e Departamento, movidos por identificação de lacunas e fragilidades na matriz curricular e no PPC, como por exemplo, carga horária de TCC, inclusão de disciplina teórica para organização/atendimento na elaboração de TCC, hora prática de estágio, inclusão de disciplinas eletivas, disciplinas sem pré-requisitos, entre outras.

4 HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO

4.1 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Universidade Federal do Triângulo Mineiro está situada na cidade de Uberaba, região do Triângulo Mineiro, no Estado de Minas Gerais, com população estimada em 340.277 habitantes (IBGE, 2022).

A localização do Município é estratégica do ponto de vista geoeconômico, em função da equidistância média de 500 km da sede estadual, Belo Horizonte e

em relação a grandes centros do país, como São Paulo e Brasília.

No que se refere à saúde, Uberaba é um dos maiores e principais centros de atendimentos médico, hospitalar e odontológico da região do Triângulo Mineiro, apresentando considerável estrutura de hospitais, unidades básicas de saúde e ambulatorios.

Neste aspecto, a UFTM é referência na macrorregião Triângulo do Sul pela prestação de serviços em âmbito hospitalar e ambulatorial, e mantém um complexo hospitalar credenciado pelo Sistema Único de Saúde (SUS); Prontos- Socorros, Adulto e Pediátrico; Ambulatórios e Centro de Reabilitação. Todo o complexo atende pessoas oriundas de mais de 400 municípios de Minas Gerais, do norte de São Paulo, do sul de Goiás, do Distrito Federal, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul e de outros 14 estados.

A cidade, rica em recursos educacionais e culturais, é dotada ainda de uma economia em franca expansão, com destaque para a agropecuária.

A criação da primeira Faculdade de Medicina de Uberaba - atual UFTM - começou a ser idealizada no ano de 1948. Um grupo de médicos, estimulado e fortemente apoiado pelas lideranças políticas municipais fundou, em 27 de abril de 1953, sob o regime de instituição privada, a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro.

Seus fundadores perceberam que Uberaba estava amadurecida para ampliar sua contribuição ao desenvolvimento educacional da região sudeste do Brasil. Estavam criadas as condições para que a cidade pudesse avançar no tempo e responder aos novos desafios que lhe foram impostos naquele momento.

A autorização para o funcionamento da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM) foi assinada pelo Presidente Getúlio Vargas e pelo Ministro da Educação Antônio Balbino, por meio do Decreto-Lei nº 35.249, de 24 de março de 1959, com base em projeto técnico-pedagógico elaborado segundo a legislação educacional vigente.

Autorizado o funcionamento, realizou-se o primeiro vestibular, em abril de 1959, com 164 candidatos inscritos, concorrendo a 50 vagas. Teve início então o Curso de Medicina na FMTM.

A partir do primeiro ano de funcionamento, a administração da Faculdade, devidamente apoiada pelo corpo docente, discente e técnico, iniciou um amplo

programa de melhoria das condições físicas, pedagógicas e tecnológicas, visando não apenas a alcançar reconhecimento, mas também à melhoria da qualidade de ensino.

A Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro consolidou-se legalmente por meio do Decreto de Reconhecimento nº 47.844, de 24 de dezembro de 1959. A primeira turma de formandos se diplomou em 06 de junho de 1960.

Com os avanços cada vez mais intensos e velozes da ciência e da tecnologia médica, concluiu-se ser indispensável o apoio e a participação do poder público federal, a fim de que a Instituição pudesse cumprir com mais eficiência e eficácia as dimensões: educacional e social. Para que o projeto se concretizasse, a FMTM contou com o apoio das lideranças políticas locais e de seu Diretório Acadêmico, coroando a ação integrada de sensibilização do Governo Federal, com a federalização, pela Lei nº 3.856, de 18 de dezembro de 1960 e, posteriormente, com a transformação em Autarquia Federal, pelo Decreto nº 70.686, de 07 de junho de 1972.

Desde que foi fundada, a FMTM desenvolveu-se nos aspectos quantitativo e qualitativo criando, a partir de 1989, o Curso de Graduação em Enfermagem e a partir de 1990, o Centro de Educação Profissional (CEFORES) - Escola de ensino profissionalizante, técnico e tecnológico, voltada para a formação profissional, que oferece oito cursos noturnos: Análises Clínicas, Enfermagem, Farmácia, Informática, Nutrição e Dietética, Radiologia, Saúde Bucal e Segurança do Trabalho.

No ano de 1995, foram criados o Centro Cultural e a Central de Idiomas Modernos (CIM), ora ligados à Pró-reitora de Ensino, Pesquisa e Extensão. Com o objetivo de estimular, identificar e valorizar a produção cultural e artística na Instituição, o Centro Cultural mantém intercâmbio com pessoas e instituições afins, e, promove a integração das comunidades interna e externa na promoção e realização de eventos.

O Centro Cultural mantém ainda os seguintes projetos permanentes:

- Videoteca: vídeos científicos e comerciais para empréstimo à comunidade interna e escolas públicas;
- Biblioteca;

- Sessões de cinema, com exibição regular de filmes.

Por sua vez, a CIM presta serviços de tradução, versão e revisão de textos em línguas estrangeiras e na vernácula, pretendendo tornar-se um centro de ensino que abrigue as diversas linguagens existentes na nova sociedade. Além do código verbal, pretende agregar outros, necessários à comunicabilidade humana, como: Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); Braille; Imagem (fotografia, artes plásticas, gráficas e audiovisuais) e Som (música, canto e dança).

Em 1999, a Faculdade obteve autorização para o funcionamento do Curso de Graduação em Biomedicina.

A UFTM até 2005 funcionava como uma Faculdade isolada, especializada na área de saúde, que oferecia Cursos de Graduação em Medicina, Enfermagem e Biomedicina. Com a transformação em Universidade, a UFTM escolheu como razão de sua existência, a missão de *“atuar na geração, difusão e promoção de conhecimentos e formação de profissionais conscientes e comprometidos com o desenvolvimento econômico, sociocultural e tecnológico, propiciando melhoria na qualidade de vida da população”* (Estatuto Geral da UFTM, 2013), e criou os Cursos de: Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Nutrição, na área de saúde, bem como de Licenciatura em Letras, com duas habilitações, Português-Inglês e Português-Espanhol.

Em 2008 foi criado o curso de Psicologia, em 2009, Educação Física, Licenciaturas e Serviço Social e, em 2010, os cursos de Engenharia: Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica e Engenharia Química.

No âmbito da pós-graduação *lato sensu*, a UFTM oferta dois programas de residência

- Residência Médica e Residência Multiprofissional em Saúde - além de programas de especialização. A Residência Médica foi criada em 1976, e o programa de Residência Multiprofissional em Saúde foi criado na UFTM em 2010, ofertado pelo Ministério da Educação e Cultura, e vinculado ao Ministério da Saúde, por meio do Edital MEC/MS nº 24/2009.

Na pós-graduação *stricto sensu* são oferecidos mestrado e doutorado em diferentes áreas do saber científico. Conta com mestrado profissional e

acadêmico.

Os Programas de Pós-Graduação possuem linhas de pesquisa, bem como propostas coerentes com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Estes têm o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Organização Mundial de Saúde (OMS), Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), União Europeia (EU) e Ministério da Saúde (MS).

Tais programas possuem vínculos estreitos com várias instituições nacionais e internacionais. Vale destacar que além das agências citadas, a UFTM conta com financiamento da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, Projetos (FINEP), no Programa CT - INFRA, além de outros financiamentos privados.

A Fundação Rádio Educativa Uberaba - FUREU conta com a Rádio Universitária FM (104.9) e a TV Universitária (canal 5), vinculada à TV Educativa (TVE), gerando programas locais, em que são abordados assuntos ligados à saúde, à cultura, às pesquisas científicas e outros de interesses da comunidade. Com a assinatura do contrato da UFTM com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH ¹, a relação da UFTM com a FUNEPU é modificada, ficando esta responsável pelo *“suporte projetos de pesquisa, de ensino, de extensão universitária e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e de inovação”*, conforme Resolução nº 1, do Conselho Universitário, de abril de 2013.

A partir de janeiro de 2013, com a adesão da UFTM ao modelo de gestão induzido pelo MEC, a EBSEH passa a ser responsável pela administração e gestão do Hospital de Clínicas, mediante *“a oferta, à população, de assistência*

¹ Cabe ressaltar que a adesão da UFTM à EBSEH não foi discutida e deliberada no Conselho Universitário da UFTM. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) foi criada por meio da Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011, como uma empresa pública **vinculada ao Ministério da Educação (MEC)**, com a finalidade de prestar serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como prestar às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/ebserh--empresa-brasileira-de-servicos-hospitalares>, acesso em 17/11/2022.

médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública”, por prazo indeterminado.

Com a interiorização da Universidade e ainda com recursos do REUNI foi criado, em 2015, o Campus Universitário de Iturama, com os cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas e Química e, em 2016, neste mesmo Campus, o curso de Agronomia.

Em 2020 foi criado, na sede, a Licenciatura em Pedagogia (EAD). Atualmente são autorizadas 1.719 vagas anuais na graduação, distribuídas em 29 cursos de bacharelado e licenciatura. A UFTM também está presente no Bairro Rural de Peirópolis, a 20 km de Uberaba, onde situa-se o Museu dos Dinossauros, dispondo de diversas réplicas e fósseis originais, com finalidades científicas de visitação e 3 sítios de escavações paleontológicas que impulsionam a pesquisa nessa área. Destaca-se, ainda, a participação do Complexo Cultural e Científico de Peirópolis – CCCP da UFTM no programa de Geoparques da UNESCO, que visa à estruturação de uma área com os chamados "geossítios", pontos de interesse Geológico, Paleontológico e Geomorfológico e, também, pontos de interesse cultural e social dentro da área maior denominada Geoparque.

A Universidade tem forte atuação na área da assistência à saúde com seu Hospital de Clínicas – HC. O HC atende aos 27 municípios que compõem a macrorregião Triângulo Sul de Minas Gerais, oferecendo atendimento de alta complexidade. O complexo hospitalar, constantemente em evolução tanto na sua estrutura física quanto na aquisição de equipamentos de alta tecnologia, possui estruturas operacionais de internação hospitalar, ambulatorial, pronto-socorro e serviços de diagnóstico e tratamentos especializados.

A Universidade se destaca pelo ensino de qualidade e por sua produção científica: dissertações e teses, livros e capítulos de livros publicados, artigos em periódicos nacionais e internacionais, além de publicações de trabalhos e apresentações em anais de congressos. Há também uma relevante atuação em projetos de pesquisa e atividades de extensão. Maiores informações acerca do quantitativo das produções mencionadas podem ser consultadas nos Relatórios

de Gestão e Anuários da Universidade.

Toda a produção é oriunda de estudos, novos saberes e descobertas que proporcionam benefícios para a sociedade, além de incentivar a construção do conhecimento no meio acadêmico e promover o sentimento de compromisso com o futuro. Em pleno processo de desenvolvimento, a UFTM busca formar pessoas que contribuirão para o desenvolvimento da ciência e a transformação da sociedade. E, neste aspecto, vale destacar, no ano de 2022, a partir de proposta de docente do Departamento de Serviço Social, a criação do Curso de Especialização em “Políticas Sociais e Questão Racial”, em nível de pós-graduação *lato sensu* (Resolução CONSU/UFTM nº 67 de 05 de setembro de 2022).

4.3 HISTÓRICO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, LETRAS, ARTES, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IELACHS

O Estatuto da Universidade Federal do Triângulo Mineiro pela Portaria SESU Nº 843, do Sr. Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação (D.O.U. de 27 de setembro de 2007), estabelece uma estrutura organizacional acadêmica em Institutos². No Título II, Capítulo I, Artigo 10, Inciso III do Estatuto, os Institutos são definidos como:

Órgãos substancialmente acadêmicos, com autonomia dentro de sua especificidade e orientados a áreas de conhecimento, designados a conceber e administrar as políticas e estratégias relativas ao ensino, à pesquisa e à extensão. Congregam os docentes, os núcleos didático-científicos, as disciplinas, os laboratórios e os órgãos suplementares afins (UFTM, 2010, p.10).

Em assembleia dos professores dos cursos de Licenciatura, Serviço Social, Psicologia e do Ciclo Comum de Formação, realizada em 22 de abril de 2010, foi proposta a criação do Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais – IELACHS.

O IELACHS iniciou suas atividades em 02/08/2010, com a nomeação do

² O Regimento Geral da UFTM estabelece, em seu Capítulo V, Das Unidades Acadêmicas, Artigo 39, que os Institutos da UFTM são unidades acadêmicas estruturadas com base nas grandes áreas do conhecimento: a) Instituto de Ciências da Saúde; b) Instituto de Ciências Biológicas; c) Instituto de Ciências Exatas, Naturais e Educação; d) Instituto de Ciências Tecnológicas e Exatas; e) Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais.

Diretor *pro tempore*. É composto pelos professores dos cursos de licenciatura em Geografia, História e Letras (Português/Espanhol e Português/Inglês); cursos de bacharelado em Psicologia e Serviço Social professores do Ciclo Comum de Formação e professores da área de Educação; assim como técnicos administrativos e técnicos para assuntos educacionais.

A diretoria do Instituto realizou, inicialmente, reuniões com a Pró-Reitoria de Planejamento – PROPLAN, com a Reitoria e com os diretores dos outros institutos para realização de um planejamento estratégico preliminar e uniforme da organização dos institutos.

Foram convocados os coordenadores de curso e representantes do Ciclo Comum e das disciplinas pedagógicas para uma primeira reunião, a fim de discutir o início da estruturação do IELACHS, a partir das orientações da Reitoria, PROPLAN e discussões entre os diretores *pro tempore* dos institutos. Em reunião ficou decidido que estas discussões se dariam em assembleias de todos os professores do instituto. Foram convocadas assembleias, entretanto, outras reuniões setoriais aconteceram, inclusive de coordenadores de curso.

A primeira assembleia do IELACHS, em primeiro de setembro de 2010 se iniciou as discussões para organização do instituto.

A segunda assembleia, realizada em 15 de setembro de 2010 definiu a seguinte distribuição de departamentos a compor o IELACHS:

- Educação - DE
- Estudos Literários
- Filosofia e Ciências Sociais - DFICS
- Geografia
- História
- Línguas Estrangeiras
- Linguística e Língua Portuguesa
- Psicologia da saúde e processos básicos
- Psicologia clínica e sociedade
- Psicologia do desenvolvimento, da educação e do trabalho
- Serviço Social

Posteriormente, os departamentos de Psicologia da saúde e processos básicos, Psicologia clínica e sociedade e Psicologia do desenvolvimento, da

educação e do trabalho foram unificados, passando a compor o Departamento de Psicologia.

De acordo com o artigo 6º do seu regulamento interno (2014), o IELACHS é constituído por colegiado de instituto, diretoria do instituto, departamentos didáticos – científicos e estrutura funcional da diretoria. A instância máxima deliberativa do IELACHS é o seu Colegiado, que realiza reuniões ordinárias mensais abertas para toda comunidade acadêmica da UFTM.

O Departamento didático-científico de Serviço Social da UFTM foi criado em 2010, com a responsabilidade de promover o desenvolvimento técnico- acadêmico e a gestão administrativa, bem como prover e gerenciar a distribuição e a atuação do corpo docente conforme as demandas das Pró-Reitorias e dos coordenadores de curso.

4.4 HISTÓRICO E NECESSIDADE SOCIAL E ECONÔMICA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL E MERCADO DE TRABALHO

A transformação da FMTM em Universidade Federal do Triângulo Mineiro/UFTM é resultado do processo histórico social e econômico que tem seus rebatimentos na educação superior, destacando a reestruturação universitária no Estado brasileiro, envolvendo, em especial no âmbito federal, a expansão das universidades.

Neste contexto, o curso de Serviço Social no Brasil, tem acompanhado o processo de reestruturação e implantado nas universidades federais. Não diferente, tem sua gênese na UFTM, no ano de 2009 com a implantação da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

Considerando a expansão do campo de trabalho do profissional da área, o curso de Serviço Social na UFTM justifica-se pelo projeto de interiorização do ensino público gratuito e de qualidade, uma vez que, num raio de 180 km, não há graduação em Serviço Social na modalidade presencial. No Estado de Minas Gerais, foram criadas quatro universidades públicas que oferecem graduação nas condições supracitadas. A Universidade mais próxima com oferta do curso de Serviço Social na modalidade presencial, situa-se em Ituiutaba (UFU – Pontal), cerca de 200 km de Uberaba.

A região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é reconhecida pelo crescimento econômico próprio do acelerado processo de inovações decorrentes dos avanços científicos, tecnológico-informacionais e do mercado globalizado, e tem se desenvolvido politicamente se expressando como polo de referência em termos de políticas públicas e prestação de serviços, em especial nas áreas de educação e saúde.

Os municípios que compõem esta região buscam serviços, tecnologia e conhecimento no sentido de atender às necessidades sociais da população, e neste bojo, a educação superior responde às demandas para além do mercado de trabalho, no sentido da formação profissional, sobretudo para a vida social.

A expectativa de resposta a esses desafios, cada vez mais remete à educação, como aquela a quem cabe ensinar os “saberes e saber-fazer evolutivos” (DELORS, 1996, p.7), preparando os sujeitos para além de viver numa sociedade mutante, nela posicionar-se como cidadão consciente e participativo.

Assim, falar de profissão é um tema sempre contemporâneo, uma vez que novas modalidades profissionais são criadas em decorrência da complexidade das relações econômico-sociais, ao mesmo tempo em que outras caem em desuso e até desaparecem. No entanto, as profissões sempre integram conhecimento e ação tendo em vista os objetivos da formação profissional para corresponder a essa expectativa: munir as pessoas de conhecimentos e de meios para atingirem objetivos.

Rios (1999) citado por Barbosa (2004, p.02), lembra-nos que:

[...] a competência atualmente requerida vai além da dimensão técnica que é o “saber fazer bem”, com uso de conhecimentos, técnicas e estratégias, para alçar a dimensão política respondendo valorativamente às necessidades históricas e sociais de cada sociedade. Disso decorre a expectativa de que o processo de formação acadêmica prepare o profissional não só para os objetivos imediatos, mas também para aqueles que, hoje em gestação na névoa do futuro, um dia se manifestarão e para os quais se espera que o profissional esteja preparado para dar respostas adequadas às expectativas conjunturais.

A competência profissional, respondendo às necessidades conjunturais, tem merecido a atenção no Serviço Social, fato expresso nas atuais diretrizes curriculares que propõem “capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa” (ABPESS, 1997, p. 62), e “*num claro esforço de conjugar o rigor teórico-metodológico e o acompanhamento da dinâmica societária*”

(ABEPSS, 1997, p. 67).

Neste sentido, o Serviço Social inserido na divisão social e técnica do trabalho é uma profissão de dimensões investigativa e interventiva, e que temna questão social seu objeto de trabalho, que atua a partir das expressões da questão social da sociedade capitalista. Segundo lamamoto (1999, p. 27), a Questão Social pode ser definida como:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Como estratégias de enfrentamento às expressões da questão social, a sociedade busca respostas para equacionar as desigualdades sociais produzidas na relação capital e trabalho, trazendo e ampliando o mercado de trabalho aos assistentes sociais, cujo vínculo contratual majoritário, até o momento, está no setor público (CFESS, 2022, p.91).

Historicamente, na UFTM, as justificativas para implantação do Curso de Serviço Social estão arraigadas na predominância da política de saúde no município e na realidade do Hospital das Clínicas, espaços nos quais a demanda por assistentes sociais se fazia presente.

A formação generalista do curso de bacharelado em Serviço Social, conforme já anunciado, se dá em consonância com as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e Ministério da Educação (MEC), considerando a inserção da profissão na divisão social, técnica, sexual e étnico-racial do trabalho especializado, bem como os diferentes espaços sócio-ocupacionais em respostas às manifestações da questão social. O curso se legitima na concepção hegemônica da categoria, ou seja, numa concepção genérica capaz de atuar em todas as áreas das políticas e movimentos sociais, empresas públicas, privadas ou mistas, na prestação de serviços e nas organizações não governamentais.

A atuação profissional de Assistente Social perpassa, inclusive, pelos eixos da política social e dos movimentos sociais, tendo como fundamento central a viabilização do acesso aos direitos sociais e à organização sócio-política da população, considerando a realidade social e seu processo de produção e reprodução.

Este profissional de Serviço Social, segundo Yazbek (2006) desenvolve atividades que envolvem abordagens diretas com a população, como as entrevistas, atendimento de plantão social, visita domiciliar, orientações, encaminhamentos, reuniões, trabalhos com família, ações de educação e organização popular, etc., como também pode desenvolver trabalhos de pesquisa, administração, planejamento, supervisão, consultoria, gestão de programas sociais, dentre outras.

Ressalta-se que a configuração das áreas e espaços de atuação profissional insere-se no contexto mais amplo de configuração do mundo do trabalho, ou seja, no processo de produção e reprodução da vida social, daí a sua dinamicidade. É nesse espaço que se manifestam as expressões da questão social, o que desafia ao profissional a assimilar as demandas tradicionais e emergentes, havendo a necessidade de se fazer a leitura das mediações, o significado social da profissão e as mudanças empreendidas pelo mercado de trabalho.

Pode-se observar que quanto ao mercado de trabalho, o Serviço Social tem sido cada vez mais conclamado a compor as mais diversificadas equipes, nos mais diversos espaços ocupacionais. O trabalho profissional de assistentes sociais tem se desenvolvido em áreas como: saúde, previdência social, assistência social, educação, trabalho, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, questões agrárias, movimentos sociais, habitação, judiciário, entre tantas outras, e abarcam todos segmentos populacionais.

De acordo com Iamamoto (2012, p. 67):

[...] O Serviço Social interfere na reprodução da força de trabalho por meio dos serviços sociais previstos em programas, a partir dos quais se trabalha nas áreas de saúde, educação, condições habitacionais e outras. Assim, o Serviço Social é socialmente necessário porque ele atua sobre questões que dizem respeito à sobrevivência social e material dos setores majoritários da população trabalhadora. Viabiliza o acesso não só a recursos materiais, mas a ações implementadas incidem sobre as condições de sobrevivência social dessa população trabalhadora. [...].

Do ponto de vista da demanda, o que se observa é que, na sociedade brasileira, o Serviço Social como profissão vem desenvolvendo sua intervenção junto aos segmentos mais empobrecidos e subalternizados da sociedade, intervindo em situações sociais que afetam as condições concretas em que vivem seus usuários, em geral e, sobretudo, os segmentos mais desfavorecidos da

sociedade como um todo.

O(a) Assistente Social em sua intervenção/investigação leva em consideração as relações de classe, gênero, etnia, aspirações religiosas e culturais, princípios éticos esses que estão presentes no Código de Ética Profissional.

Os princípios éticos do Serviço Social têm a liberdade como fundamento central do pensar e agir da profissão, articuladamente com os princípios de justiça social, democracia, respeito à diversidade e ao pluralismo, equidade, ampliação e consolidação da cidadania, defesa intransigente dos direitos humanos, empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, luta pela socialização da riqueza socialmente produzida, articulação com movimentos sociais, educação permanente visando a qualidade na prestação de serviços e o aprimoramento intelectual.

Ao profissional é exigida uma bagagem teórico-metodológica que lhe permita elaborar uma interpretação crítica do seu contexto de trabalho, um atento acompanhamento conjuntural, que potencie o seu espaço ocupacional, o estabelecimento de estratégias de ação viáveis, negociando propostas de trabalho com a população e entidades empregadoras (IAMAMOTO, 1998, p. 80).

Cabe, contudo, ressaltar que a institucionalização do Serviço Social como profissão na sociedade capitalista se explica no contexto contraditório de um conjunto de processos sociais, políticos e econômicos, que caracterizam as relações entre as classes sociais na consolidação do capitalismo monopolista. Assim, a institucionalização da profissão de uma forma geral, nos países industrializados está associada à progressiva intervenção do Estado nos processos de regulação social.

5 POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO ÂMBITO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Coerentemente com as Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social e com o debate hegemônico da categoria, bem como, orientações da ABEPSS, as linhas de pesquisa congregam os núcleos de fundamentos que estruturam o curso de Serviço Social, como exposto anteriormente, dando assim movimento dialético às dimensões do ensino-pesquisa-extensão, que

são apresentadas e representadas nas atividades desenvolvidas nos Núcleos e Grupos de Pesquisas, Programa de Especialização, nos Projetos e Programas de Extensão Universitários e Programa de Educação Tutorial - PET Conexões de Saberes e Serviço Social. O Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social, norteado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Conselho Nacional de Educação e da ABEPSS defende o princípio da indissociabilidade do conjunto de conhecimentos e práticas articulados de forma a garantir a qualidade da formação acadêmica e profissional.

Neste sentido, a implementação de ações com foco em um laboratório do curso de Serviço Social da UFTM é condição *sine qua non* para o fortalecimento da proposta de formação com ênfase nas dimensões ensino-pesquisa-extensão.

Com essa perspectiva, o Colegiado do Curso de Serviço Social da UFTM aprovou em 2014 a criação do Laboratório PRÁXIS, com vistas a ampliar as condições necessárias para a efetivação de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Tais atividades são voltadas tanto para o público interno (discentes da graduação, pós-graduação e corpo docente) como para o público externo (profissionais da área de Serviço Social e áreas afins, comunidade e movimentos sociais).

O Laboratório PRÁXIS constitui o espaço do fazer/pensar, no qual se concretizam as ações profissionais tendo como objeto as várias expressões da questão social. Além disso, compreende espaço interdisciplinar de estudo, pesquisa, extensão, prestação de serviços e produção e de análise de material didático no âmbito do Serviço Social.

O Laboratório Práxis está vinculado à Central de Laboratórios do IELACHS e à Divisão de Gestão dos Laboratórios da UFTM e, tem regulamento próprio, criado e aprovado pelo colegiado do curso de Serviço Social e demais instâncias superiores. Está submetido tecnicamente ao Departamento de Serviço Social, à Pró-Reitoria de Extensão e Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Tanto para suporte das atividades, quanto para a coordenação, o Laboratório PRAXIS contará com pessoal técnico-administrativo, vinculado à Central de Laboratórios do IELACHS, conforme seu regulamento.

Desta forma, os Programas, Núcleos e Grupos de Pesquisas, bem como as atividades de extensão estarão inseridos no Laboratório PRÁXIS, de forma a privilegiar o contato do discente de Serviço Social com as particularidades socioinstitucionais, o que requer acompanhamento sistematizado por parte dos docentes.

Cabe retomar que, o cenário brasileiro da década de 1980 foi marcado pelo processo de redemocratização da sociedade brasileira, impulsionada por movimentos sociais, que lutavam em prol da democracia e garantia de direitos e políticas sociais para diversos segmentos da realidade social. No plano legal, por meio da promulgação da Constituição Federal de 1988, foi possível observar a ratificação de direitos nunca antes afiançados no cenário brasileiro, conforme dispõe o artigo 6º: São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988).

No que tange especificamente a educação, a Constituição Federal de 1988, dispõe em seu artigo 205 que a mesma é direito de todos e dever do Estado e da família, redação dada pela Emenda Constitucional nº 64 (04/02/2010), promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida social, exercício da cidadania e sua qualificação para o mundo do trabalho. No que se refere ao ensino superior, a Universidade, além dos princípios básicos de formação profissional, o artigo 207 dispõe sobre a autonomia das unidades de ensino quanto ao teor didático, científico, administrativo, de gestão financeira e patrimonial, obedecendo ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. No curso de Serviço Social da UFTM, estas dimensões se articulam dialeticamente na medida em que se materializam de forma interdisciplinar as dimensões de fundamentação do curso, expressas nos três núcleos de fundamentos: teórico-metodológico da vida social; da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e fundamentos do trabalho profissional. Cada dimensão expressa a totalidade complexa que compõe cada núcleo de fundamentos articuladamente, não fragmentando tais núcleos.

Nesta perspectiva a unidade articulada entre ensino-pesquisa-extensão configura uma lógica curricular crítica e dialética que supere a fragmentação do processo de ensino-aprendizagem, bem como alia todos os atores envolvidos no processo de formação e trabalho profissional. Traz, contudo, um desafio ético-político para consolidação de um espaço por excelência do pensar/fazer crítico, da investigação/intervenção e da busca de estratégias e respostas às demandas socialmente postas à profissão. A construção de conhecimento se dá pela experiência concreta no decorrer da própria formação profissional contemplada com esta dimensão indissociável de teoria- prática, e ensino-pesquisa-extensão.

Com isso, afirma-se também que a investigação/pesquisa é inerente ao trabalho profissional, seja no âmbito da pesquisa de caráter acadêmico-científico ou de estudo de realidade para fins de respostas profissionais às demandas presentes nos diferentes espaços sócio ocupacionais do assistente social. Primar pela indissociabilidade e articulação entre ensino, pesquisa e extensão no processo de formação em Serviço Social possibilita ao discente uma real aproximação com a realidade social, que é o espaço das mediações da atuação profissional comprometida com um projeto de profissão crítico.

Estruturalmente as dimensões contemplam linhas de pesquisa associadas a direção da ABEPSS, e se consolidam possibilitando estudos de temas de relevância social, cujas pesquisas e docentes responsáveis têm autonomia, mas estão vinculados organicamente ao curso de Serviço Social como um todo. Em diretrizes gerais, o ensino, a pesquisa e a extensão possibilitam a produção acadêmico-científica acerca das seguintes temáticas abaixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social, Política Social e Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional, Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social, Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades, Ética, Direitos Humanos e Serviço Social. (ABEPSS, 2020). Esta diretriz de pensamento aponta a perspectiva de permanente desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão articulados às linhas de pesquisa, elaborados e aprovados no colegiado de curso, as quais contemplam as

grandes áreas de concentração e dinamizam os núcleos de fundamentos que embasam o curso de graduação em Serviço Social conforme Diretrizes Curriculares.

A definição dos projetos de extensão e pesquisa promove o aprofundamento de discussões e produção de conhecimentos, a partir das linhas da formação profissional conforme preconizada pela ABEPSS e, por conseguinte, às demandas oriundas da realidade local, regional, nacional e internacional. São princípios para viabilização da extensão conforme a política nacional (1998):

- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Impacto e transformação na realidade social e acadêmica;
- Interdisciplinaridade;
- Interação dialógica/comunicação.

A extensão no curso de Serviço Social da UFTM só se concretiza enquanto uma prioridade prática acadêmica, quando discutida a sua proposta de ação global e sua inserção institucional e no curso, definindo as suas linhas de ensino e pesquisa em função das exigências da realidade. Freire (2011) destaca que a educação possui o papel de humanizar o homem para uma ação consciente que tenha como horizonte a transformação do mundo, neste sentido a extensão, que para ele teria como termo mais apropriado a comunicação, não se reduz apenas a ação de estender, em que os sujeitos depositam os conteúdos para meros expectadores.

6 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

6.1 GESTÃO DO CURSO

6.1.1 Coordenação de Curso

A coordenação didático-pedagógica do Curso de Serviço Social será exercida por 1 (um) docente que assumirá a Coordenação de Curso e por 1 (um) docente que assumirá a Coordenação Substituta, cujas atribuições fundamentam-se em regulamento estabelecido pelo Conselho Universitário.

A coordenação de curso deve implementar ações que garantam a

formação profissional conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais articuladas às especificidades locais e regionais, alcançando assim, uma formação profissional que articule as dimensões teórico-metodológica, ético- política e técnico- operativa.

6.1.2 Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso do Curso de Graduação em Serviço Social é o órgão de coordenação didática do curso com função normativa, consultiva, deliberativa e de planejamento e encaminhamento acadêmico de atividades de ensino, pesquisa e extensão do Curso, com composição, competências e funcionamento definidos no Regimento Geral da UFTM, Regulamento de Graduação da UFTM e Regulamento Específico do Curso.

6.1.3 Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante é um órgão com função consultiva, propositiva e de assessoramento em matéria específica/privativa do Serviço Social, formado pelo conjunto de professores, mestres e doutores, contratados em tempo integral, eleitos por seus pares, e que respondem diretamente pela criação, implantação e implementação do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFTM.

Assim, através de reuniões mensais ordinárias e/ou reuniões extraordinárias, realizar-se a discussão sobre as questões relacionadas ao projeto pedagógico e atividades acadêmicas realizadas no âmbito do curso de graduação em Serviço Social

Em conformidade com o Regulamento da Graduação da UFTM, o NDE do Curso de Serviço Social da UFTM, visando zelar pelo contínuo processo de formação em Serviço Social, de forma específica, propõe:

1. Zelar pela integração curricular;
2. Promover a interdisciplinaridade entre as diferentes atividades de ensino-pesquisa-extensão;
3. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais;
4. Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular para a aprovação no colegiado de curso, sempre que necessário.

6.1.4 Corpo Docente

Os docentes do Curso de Serviço Social estão vinculados ao Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais - IELACHS.

O profissional deverá também ser competente para trabalhar em equipe, desenvolvendo habilidades para concretizar um trabalho coletivo no Curso com a integração necessária entre pesquisa, ensino e extensão.

A Assessoria Pedagógica e de Legislação Educacional - ASPEL estará em articulação com o corpo docente, Coordenação de Curso, Núcleo Docente Estruturante, implementando programas permanentes de desenvolvimento pessoal e profissional. Nesse sentido, o curso tem como perspectiva a presença de programas permanentes de desenvolvimento pessoal e profissional, com o objetivo de colaborar com o perfil de professor em contínuo processo de formação e qualificação, sendo este, um dos princípios desta proposta pedagógica.

É importante enfatizar a necessidade de investir na formação dos docentes e técnico-administrativos, responsáveis pela concretização desta proposta, como Tardif e Lessard (2008), expressam:

[...] trabalho do docente representa uma atividade profissional complexa e de alto nível, que exige conhecimentos e competências em vários campos [...]. Em resumo, o ensino se tornou um trabalho especializado e complexo, uma atividade rigorosa que exige, daqueles e daquelas que a exercem, um verdadeiro profissionalismo.

Para ensinar, o (a) docente necessita de mobilizar diversos saberes que são imprescindíveis para uma prática pedagógica que preze pela qualidade. O exercício da docência exige que se consiga, habilmente, conciliar o conhecimento específico de sua área de atuação com o domínio dos saberes pedagógicos, com consciência de seu papel como sujeito social, responsável também pela construção de sua experiência.

6.1.5 Corpo Discente

A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte. A gente não quer só comida, a gente quer saída para qualquer parte... (TITÃS).

A permanência de estudantes no ambiente educacional superior se traduz em lutas e resistências diárias. Muitos se inserem em movimentos estudantis, criando oportunidade de manifestação tanto política, quanto social e econômica, embasados na sua própria vivência. No campo da singularidade, administram problemas derivados, por exemplo, do enfrentamento de novas situações e familiarização com a cidade, moradia, pessoas, impactos culturais, acesso aos serviços públicos, dificuldades para encontrar lugar para deixar os filhos, além da questão emocional (condições objetivas e subjetivas) que envolve inclusive a separação da família. Esse movimento é construído individualmente e a aproximação, inicialmente, se dá com aqueles que apresentam as mesmas dificuldades.

Neste contexto, o apoio da Universidade e o acesso à Política Nacional de Assistência Estudantil é de extrema importância para a permanência e a conclusão do curso escolhido, além de possibilitar a formação profissional, salientando que as condições conjunturais brasileira influenciam diretamente na viabilização da Política Nacional de Educação, precarizando cada vez mais o todo que envolve o ensino, a pesquisa e a extensão.

A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE) objetiva a concretização da política de assistência estudantil e a realização de ações voltadas ao envolvimento comunitário. Para tanto, em conjunto com as demais Pró-Reitorias e órgãos da UFTM e com instituições da comunidade externa, elabora, executa e avalia ações, projetos e programas, em consonância com o Programa Nacional de Assistência Estudantil e com os princípios norteadores da política de assistência estudantil da UFTM (UFTM, 2019).

A Política de Assistência Estudantil na UFTM é efetivada a partir da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis - PROACE, por meio de diversos programas, projetos e serviços, principalmente nas áreas de Acompanhamento Pedagógico, Saúde Física e Mental, Acessibilidade e Inclusão, Serviço Social e Auxílios Financeiros.

Estruturalmente a PROACE é composta pelos setores: Departamento de Assistência Estudantil e Serviços à Comunidade (DAESC), Setor de Apoio à Assistência Estudantil e Serviços à Comunidade (SAESC), Setor de

Acessibilidade (SEACE) e Divisão de Serviço Social (DISS). Além desses setores, a PROACE conta também com alguns ambientes funcionais, o Serviço de Acompanhamento Pedagógico Discente (SAPED), o Núcleo de Assistência Estudantil em Saúde (NAES) e o Serviço de Auxílios a Estudantes (SEAUX).

6.2 OBJETIVOS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

6.2.1 Objetivo Geral

Formar profissionais qualificados para o enfrentamento das expressões da questão social com fundamentação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão.

6.2.2 Objetivos Específicos

- Formar profissionais capacitados para o desvelamento da realidade social, por meio da leitura crítica da realidade, logo, das expressões da questão social;
- Formar profissionais capazes de estabelecer estratégias de enfrentamento das manifestações da questão social de forma criativa e propositiva;
- Formar profissionais capacitados para a organização e mobilização da sociedade civil, tendo em vista o fortalecimento da Democracia e a ampliação do acesso aos direitos sociais, econômicos, políticos e civis da sociedade brasileira;
- Formar profissionais comprometidos com o rigor teórico-metodológico, com o projeto ético-político e com o Código de Ética do Assistente Social;
- Possibilitar na formação profissional a compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, visualizando as possibilidades de intervenção na realidade;
- Propiciar ao estudante uma visão de totalidade e indissociabilidade

entre ensino, pesquisa e a extensão universitária, e neste bojo a relação unidade indissociável do estágio e a supervisão acadêmica e de campo.

6.3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O Serviço Social, conforme estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, dispostas na Resolução nº 15, de 13 de março de 2002, amplamente discutidas pela categoria profissional em novembro de 2006 e referendadas pelas Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996), define elementos norteadores do processo de formação.

Os referidos documentos trazem o compromisso da categoria profissional com uma formação que se materialize para além dos ditames do mercado de trabalho, mas que se materialize no compromisso com uma sociedade emancipada.

O perfil dos formandos deve-se orientar para “profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho” (BRASIL, 2002).

Logo, o perfil do egresso do curso de Serviço Social da UFTM acompanha a referida proposta, ampliando sua abrangência a partir das determinações da realidade local e regional. Também está de acordo com o que propõe o Decreto nº 6.096 de 24/04/2007 que institui o programa de apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Este documento, referente ao Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social, apoia-se na Portaria 35 de 19 de Abril de 1949, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio - que descreve o Serviço Social no 14º grupo de profissões liberais - na Lei 8.662, de 7 de Junho de 1993, que regulamenta a profissão de Serviço Social; na lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, organizando-se segundo

os Parâmetros Curriculares - SESU/MEC (1997) (que dita toda a organização do Curso, definindo carga-horária mínima, estrutura curricular incluindo os componentes de TCC, Estágio e AACC) e, conforme já destacado, pela proposta de Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Serviço Social - Resolução CNE/CES 15, de 13 de Março de 2002, homologada pelo Ministério da Educação - MEC, bem como pela Resolução nº 02, de 18 de junho de 2007, e que trata carga horária mínima, e tempo de integralização mínimo para os bacharelados.

Assim, a formação em Serviço Social se direciona para um perfil profissional com competência e fundamentação teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativa para fazer a leitura crítica da realidade social, reconhecer e atuar cientificamente nas expressões da questão social, identificando os espaços ocupacionais do profissional, apontando as possibilidades de intervenção do Assistente Social; saber promover o exercício da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais.

6.4 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL

Para que um profissional de Serviço Social seja competente, deve receber uma formação que contenha aspectos teóricos, metodológicos, éticos, políticos, técnicos e operativos, além de compreender a profissão como processo sócio-histórico, possuidora de um projeto de formação profissional majoritária, expresso no projeto ético e político da profissão e, cujas possibilidades de ação sejam desveladas na realidade.

A formação profissional deverá desenvolver competências e habilidades coerentes com as preconizadas na Lei 8.662, de 07/06/1993 - de Regulamentação da Profissão e no Código de Ética dos Assistentes Sociais nos seus artigos 4º e 5º, quais sejam:

- elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

- elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam no âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil dentre outras;
- contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais, bem como orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;
- planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais;
- prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade.

A(o) Assistente Social deve ser capaz de:

- planejar suas ações;
- elaborar Planos Particulares, Municipais e Estaduais de Serviço Social;
- planejar e acompanhar as atividades Públicas dos Programas Sociais do Governo, nas esferas: Municipal, Estadual e Federal;
- interpretar legislação pertinente e fazer análise de conjuntura;
- planejar e programar os serviços a serem oferecidos;
- planejar e executar os projetos e programas estratégicos;
- planejar e ministrar cursos e treinamentos nos vários segmentos de mercado do Serviço Social;
- realizar pesquisas que possibilitem identificar o perfil do usuário de Serviço Social e a rede de serviços de proteção social, entre outros;
- gerenciar campanhas de promoção do Serviço Social, interna e externamente, visando conscientizar as populações;
- utilizar a metodologia científica no desenvolvimento de estudos e pesquisas básicas e aplicadas;
- identificar as demandas presentes e emergentes contidas na realidade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social;

- apreender criticamente o processo histórico em sua totalidade;
- compreender o significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio histórico, desvelando as possibilidades de ações contidas na realidade;
- realizar estudos, pesquisas e levantamentos que identifiquem as demandas e as necessidades sociais e subsidiem a formulação de políticas;
- realizar visitas técnicas, perícias, laudos e pareceres sobre assuntos pertinentes ao Serviço Social;
- assumir o magistério de Serviço Social e coordenar cursos e unidades de ensino;
- supervisionar diretamente estagiários de Serviço Social;
- realizar análise crítica dos projetos societários e sua interlocução com os projetos profissionais no âmbito do Serviço Social.

6.5 METODOLOGIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O Curso de Serviço Social privilegia um processo de ensino e aprendizagem que se desenvolve por meio da interação sistemática e dialógica entre os sujeitos, de forma a viabilizar a apropriação e a construção de conhecimentos. Nessa concepção, os participantes do processo não fazem somente expressar um pensamento, ou transmitir uma informação, mas trabalhar simultaneamente com seus interlocutores o exercício da criticidade e a busca da autonomia intelectual do aluno. Esse processo de assimilação crítica dos conteúdos pressupõe o compromisso recíproco entre docentes e discentes no exercício permanente do diálogo.

Assim, durante o desenvolvimento do curso, espera-se superar a passividade que predomina na perspectiva tradicional de ensino, a qual se revela insuficiente para atender as exigências de formação de uma profissão como o Serviço Social. Desta forma, através das atividades, estratégias de ensino e atitude docente, se preconiza uma concepção educativa progressista, pautada na interação, na mediação e principalmente na aprendizagem como elemento sustentador da relação professor-aluno.

O aluno, no processo de ensino e aprendizagem, deverá compreender

o contexto sócio-histórico em que está inserido, apreendendo tal realidade através dos conhecimentos já produzidos, bem como por meio da intervenção e investigação direta sobre a mesma. Será necessário, portanto, que o aluno desenvolva competência própria, realizando-se como sujeito ativo, crítico e participativo para obter o entendimento dessa realidade, a qual não se dá a conhecer de forma imediata. Assim, “*o conhecimento que se quer verdadeiro deve ultrapassar as aparências e chegar à essência. Não basta ficar na primeira e primária impressão*” (LUCKESI, 1993, p. 125).

Não cabe mais ao aluno somente acumular passivamente as informações dos conteúdos, mas de forma crítica e com postura intelectual madura, articular os conhecimentos prévios aos novos conhecimentos, dando saltos qualitativos nos seus esquemas cognitivos e afetivos da inteligência.

O curso de Serviço Social da UFTM está centrado numa formação generalista e humanística e numa perspectiva crítica sobre a realidade social e sua relação com a sociedade e o ser social. Nesse sentido, a construção de uma postura crítico-reflexiva, pelo aluno, acerca das discussões do mundo contemporâneo, é primordial nessa organização curricular.

Desse modo, o exercício de elaboração do pensamento, que conduzirá ao desenvolvimento de uma postura crítica e ação ética e criativa, como pressupostos indispensáveis à formação do Assistente Social deverão perpassar todos os conteúdos a serem discutidos, como ponto de partida e de chegada.

A aprendizagem, nesse processo de formação integral, é orientada pelo princípio metodológico geral traduzido pela ação-reflexão-ação que aponta a resolução de situações-problema como uma das estratégias didáticas de ensino.

Conforme preconiza o Parecer CNE/CP n.º 9/2001, a perspectiva metodológica deve propiciar “situações de aprendizagem focadas em situações-problema ou no desenvolvimento de projetos que possibilitem a interação dos diferentes conhecimentos, que podem estar organizados em áreas ou disciplinas, conforme o desenho curricular”.

Este princípio constitui-se ponto de partida para a escolha metodológica do curso de Serviço Social, que se pauta na utilização de estratégias de ensino

e de aprendizagem orientadas por um eixo articulador das dimensões teórica e prática.

Neste sentido, salienta-se a necessidade de indissociabilidade entre teoria e prática, considerando que aprender envolve diferentes níveis de organização da inteligência e o nível teórico é apenas um deles. Desta forma, é importante dar equilíbrio às dimensões teórico-práticas, no sentido de possibilitar a passagem de um nível de aprendizado mecanicamente treinado para um nível de aprendizagem que se incorpora ao fazer, ao pensar, ao agir, ao intervir, enfim, à essência humana.

Para tanto, levando-se em conta a relação dialética entre teoria-prática-teoria, as práticas pedagógicas e métodos de ensino-aprendizagem deverão contemplar:

1. a inclusão das dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no aluno atitudes e valores orientados para a cidadania;
2. uma perspectiva dialógica entre os diferentes saberes, num modelo interdisciplinar, com integração dos conteúdos teóricos e práticos, através da observação e da intervenção na realidade;
3. a utilização de práticas e de recursos de ensino-aprendizagem variados e inovadores, que estimulem maior envolvimento dos alunos e professores com o objetivo de estudo, incluindo a aplicação de novas tecnologias;
4. a utilização de metodologias que privilegiam a participação ativa do aluno na construção do conhecimento e a integração dos conteúdos, além de estimular a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão/assistência;
5. a busca de um novo paradigma de intervenção pedagógica fundamentado na perspectiva da educação continuada; do registro das ações docentes; da pesquisa; da inventividade; da compreensão da dimensão social e da formação do ser humano para o exercício da cidadania.

As metodologias de aprendizagem - entendidas como parte integrante e intrínseca ao processo de ensino e aprendizagem, devem atender os objetivos gerais e específicos do projeto de formação profissional, cabendo a

cada professor defini-las a partir das necessidades de cada classe e dos conteúdos dos componentes curriculares.

Desta forma, diferentes estratégias e recursos de ensino poderão ser utilizados. Como exemplos, podemos citar: aulas expositivas, aulas dialogadas, estudos dirigidos, debates/palestras com convidados e/ou professores, exibição de filmes, seminários, dinâmicas de grupo, painéis, pesquisa bibliográfica/ resenha e discussão de texto.

Como recursos de ensino, o uso de TV, vídeo, DVD, data show, laboratório de informática, web, quadro, videoconferência, livros, textos, cartazes, entre outros.

Novas metodologias devem ser implementadas na perspectiva de que ensinar só é relevante se resultar em aprendizagem. Assim, o aluno passa a ser o foco central da ação educativa, elevando a qualidade do processo educacional.

6.6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

6.6.1 Matriz Curricular

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL (2024/1)

1º PERÍODO								
Componente Curricular	Horas-Aula					Créditos	Pré-requisito	Correquisito
	Teórico	Prática	AD	AEXT	Total			
Ciência Política	30	-	-	-	30	2	-	-
Questão Social no Brasil	60	-	-	-	60	4	-	-
Formação Sócio-Histórica do Brasil	30	-	-	-	30	2	-	-
Antropologia	30	-	-	-	30	2	-	-
Introdução ao Serviço Social	60	15	-	-	75	5	-	-
Sociologia	30	-	-	-	30	2	-	-
Universidade e Formação Acadêmica	60	-	-	-	60	4	-	-
Subtotal	300	15	-	-	315	21	-	-
2º PERÍODO								
Componente Curricular	Horas-Aula					Créditos	Pré-requisito	Correquisito
	Teórica	Prática	AD	AEXT	Total			
Filosofia	30	-	-	-	30	2	-	-
Leitura e Produção de Textos	60	-	-	-	60	4	-	-
Economia Política	60	-	-	-	60	4	-	-
Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I	60	-	-	-	60	4	Introdução ao Serviço Social	-
Classes e Movimentos Sociais	60	-	-	-	60	4	-	-
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	30	-	-	-	30	2	-	-
Subtotal	300	-	-	-	300	20	-	-
3º PERÍODO								
Componente Curricular	Horas-Aula					Créditos	Pré-requisito	Correquisito
	Teórica	Prática	AD	AEXT	Total			
Política Social e Serviço Social I	60	-	-	-	60	4	-	-

Legislação Social Aplicada ao Serviço Social I	60	-	-	-	60	4	-	-
Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social II	60	-	-	-	60	4	Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social I	-
Movimentos Sociais e Realidade Regional e Local	60	-	-	-	60	4	-	-
Ética e Serviço Social I	60	-	-	-	60	4	-	-
Subtotal	300	-	-	-	300	20	-	-

4º PERÍODO

Componente Curricular	Horas-Aula					Créditos	Pré-requisito	Correquisito
	Teórica	Prática	AD	AEXT	Total			
Legislação Social Aplicada ao Serviço Social II	60	-	-	-	60	4	Legislação Social Aplicada ao Serviço Social I	-
Política Social e Serviço Social II	60	-	-	-	60	4	Política Social e Serviço Social I	-
Ética e Serviço Social II	60	-	-	-	60	4	Ética e Serviço Social I	-
Fundamentos Históricos e Teórico - Metodológicos do Serviço Social III	60	-	-	-	60	4	Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social II	-
Leitura Crítica da Mídia	24	-	6*	-	30	2	-	-
Introdução ao Estágio em Serviço Social	30	15	-	-	45	3	Fundamentos Históricos e Teórico - Metodológicos do Serviço Social II	-
Subtotal	294	15	6	-	315	21	-	-

* O acompanhamento da carga-horária de 06 horas à distância acontece por meio de mediação pedagógica junto aos discentes, com utilização de recursos didáticos e de tecnológicos, como a plataforma **Moodle**, dentre outras.

5º PERÍODO

Componente Curricular	Horas-Aula					Créditos	Pré-requisito	Correquisito
	Teórica	Prática	AD	AEXT	Total			
Pesquisa Social I	60	-	-	-	60	4	-	-
Política Social e Serviço Social III	60	-	-	-	60	4	Política Social e Serviço Social II	-

Estágio Supervisionado em Serviço Social I		180			180	12	Questão Social no Brasil; Ética e Serviço Social II; Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social II; Introdução ao Estágio em Serviço Social	
Supervisão Acadêmica de Estágio Supervisionado em Serviço Social I	30	30	-	-	60	4	Questão Social no Brasil; Ética e Serviço Social II; Fundamentos Históricos e Teórico - Metodológicos do Serviço Social II; Introdução ao Estágio em Serviço Social	Estágio Supervisionado em Serviço Social I
Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social IV	60	-	-	-	60	4	Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social III	-
Psicologia	60	-	-	-	60	4	-	-
A dimensão técnico-operativa do Serviço Social	30	-	-	-	30	2	-	-
Subtotal	300	210	-	-	510	34	-	-
6º PERÍODO								
Componente Curricular	Horas-Aula					Créditos	Pré-requisito	Correquisito
	Teórica	Prática	AD	AEXT	Total			
Política Social e Serviço Social IV	60	-	-	-	60	4	Política Social e Serviço Social III	-
Pesquisa Social II	60	-	-	-	60	4	Pesquisa Social I	-
Estágio Supervisionado em Serviço Social II		180	-	-	180	12	Estágio Supervisionado em Serviço Social I	Supervisão Acadêmica de Estágio Supervisionado em Serviço Social I
Supervisão Acadêmica de Estágio Supervisionado em Serviço Social II	30	30	-	-	60	4	Supervisão Acadêmica de Estágio Supervisionado em Serviço Social I	Estágio Supervisionado em Serviço Social II
Serviço Social e Processo de Trabalho I	60	-	-	-	60	4	-	-

Temas Contemporâneos	60	-	-	-	60	4	-	-
Subtotal	270	210	-	-	480	32	-	-
7º PERÍODO								
Componente Curricular	Horas-Aula					Créditos	Pré-requisito	Correquisito
	Teórica	Prática	AD	AEXT	Total			
Trabalho de Conclusão de Curso I	30	120	-	-	150	10	Pesquisa Social II	-
Administração e Serviço Social	60	-	-	-	60	4	-	-
Estágio Supervisionado em Serviço Social III	-	180	-	-	180	12	Estágio Supervisionado em Serviço Social II	Estágio Supervisionado em Serviço Social II
Supervisão Acadêmica de Estágio Supervisionado em Serviço Social III	30	30	-	-	60	4	Supervisão Acadêmica de Estágio Supervisionado em Serviço Social II	Estágio Supervisionado em Serviço Social III
Serviço Social e Processo de Trabalho II	60	-	-	-	60	4	Serviço Social e Processo de Trabalho I	-
Subtotal	180	330	-	-	510	34	-	-
8º PERÍODO								
Componente Curricular	Horas-Aula					Créditos	Pré-requisito	Correquisito
	Teórica	Prática	AD	AEXT	Total			
Trabalho de Conclusão de Curso II	30	120	-	-	150	10	Trabalho de Conclusão de Curso I	-
Processo de Supervisão de Estágio em Serviço Social	60	-	-	-	60	4	Supervisão Acadêmica de Estágio Supervisionado em Serviço Social III; Estágio Supervisionado em Serviço Social III	-
Subtotal	90	120	-	-	210	14	-	-

COMPONENTES CURRICULARES ELETIVOS Interperíodos (2024/1)

Componente Curricular	Horas-Aula					Créditos	Pré-requisito
	Teórica	Prática	AD	PCC	Total		
Adoção e acolhimento de crianças e adolescentes	60	-	-	-	60	4	-
A dimensão sócioeducativa do Serviço Social	30	-	-	-	30	2	-
A Política de Assistência Social e o trabalho do Assistente Social	60	-	-	-	60	4	-
Comunicação, Promoção da Saúde e Literacia para a saúde	30	30	-	-	60	4	-
Deficiência, Cidadania e Inclusão	30	-	-	-	30	2	-
Documentação, Sistematização e Produção de Conhecimentos em Serviço Social	40	20	-	-	60	4	-
Envelhecimento na Contemporaneidade	30	-	-	-	30	2	-
Estágio não obrigatório supervisionado em Serviço Social	-	180	-	-	180	12	Supervisão Acadêmica de Estágio Supervisionado em Serviço Social III; Estágio Supervisionado em Serviço Social III
Supervisão Acadêmica de Estágio não obrigatório em Serviço Social	30	30	-	-	60	4	Supervisão Acadêmica de Estágio Supervisionado em Serviço Social III; Estágio Supervisionado em Serviço Social III
Famílias e Serviço Social	30	-	-	-	30	2	-
Geografia Agrária	50	15	10	-	75	5	-
Geografia Urbana	50	15	10	-	75	5	-
Marx e marxismos	60	-	-	-	60	4	-
Meio ambiente e Serviço Social	30	-	-	-	30	2	-
Questão Agrária e Políticas Públicas no Brasil	60	-	-	-	60	4	-
Saúde e Serviço Social	60	-	-	-	60	4	-
Serviço Social e relação de gênero	60	-	-	-	60	4	-
Mídias, Comunicação e o Serviço Social	30	-	30	-	60	4	-

Teoria Social Crítica e Serviço Social	60	-	-	-	60	4	-
Pensamento sociológico e as interfaces com o Serviço Social	60	-	-	-	60	4	-
Pobreza e cidadania	60	-	-	-	60	4	-
Políticas de Saúde e Saúde Mental no Brasil	60	-	-	-	60	4	-
Serviço Social e Proteção à Infância e Juventude	30	-	-	-	30	2	-
Tópicos Especiais em História do Brasil II	60	-	-	-	60	4	-
Teoria social marxiana feminismo e questão racial no Brasil	60	-	-	-	60	4	-
Geografia Econômica	50	15	10	15	90	5	-
Geografia da América Latina	60	-	-	15	75	5	-
Geografia Política	60	-	-	15	75	5	-
Serviço Social e Proteção à Infância e Juventude	60	-	-	-	60	4	-
Legislações específicas e Educação Especial	30	-	-	-	30	2	-
A dimensão socio-educativa do Serviço Social	60	-	-	-	60	4	-
Famílias e Serviço Social	60	-	-	-	60	4	-
Memória Social e Serviço Social	60	-	-	-	60	4	-
Violência e Saúde	30	15	-	-	45	3	-
Saúde e Sociedade	30	15	-	-	45	3	-
Diversidade Sexual e de Gênero na Saúde	45	-	-	-	45	3	-
Corpo, Subjetividade e Saúde na Contemporaneidade	30	15	-	-	45	3	-
Direitos Sexuais e Reprodutivos em interface com a Saúde	30	-	-	-	30	2	-
Saúde Mental e Direitos Humanos	30	15	-	-	45	3	-

SÍNTESE DA MATRIZ CURRICULAR 2024.1					
Componentes Curriculares	Horas-Aula				Créditos
	Teórica/Prática	AD	AEXT	Total	
Componentes Curriculares Gerais	2094	6	-	2100	140
Componentes Curriculares Eletivos	150	-	-	150	6
Estágio Supervisionado em Serviço Social	540	-	-	540	36
Trabalho de Conclusão de Curso	300	-	-	300	20
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	150	-	-	150	10
Atividades de Extensão extra disciplinas	-	-	360	360	24
TOTAL	3234	6	360	3600	236

Carga Horária Total do Curso em horas: 3.000 horas			
Tempo de integralização curricular		Mínimo	Máximo
(semestre/anos)		8 semestres/4 anos	12 semestres/6 anos
ATO DE CRIAÇÃO/AUTORIZAÇÃO/RECONHECIMENTO DO CURSO			
Autorização: Resolução nº 4 da Congregação da UFTM de 25.10.2007 Reconhecimento: PORTARIA SERES Nº 211, DE 25 DE JUNHO DE 2020			

Observações:

1. Para o 2º semestre de 2024 foram inseridos os seguintes componentes curriculares eletivos: Geografia Econômica (90h/a); Geografia da América Latina (75h/a); Geografia Política (75h/a); Serviço Social e Proteção à Infância e Juventude (60h/a); Legislações específicas e Educação Especial (30h/a); A dimensão socioeducativa do Serviço Social (60h/a); Famílias e Serviço Social (60h/a).
2. Para o 1º semestre de 2025, foram realizadas as seguintes alterações: I) exclusão de pré-requisitos de componentes curriculares: a) "Introdução ao Estágio em Serviço Social" – Exclusão do pré-requisito: "Introdução ao Serviço Social"; b) "Pesquisa Social I" – Exclusão do pré-requisito: "Universidade e Formação Acadêmica"; II) Alteração de denominação de componente curricular nunca ofertado: Administração e Planejamento em Serviço Social - Alterado para: "Administração e Serviço Social".
3. Para o 2º semestre de 2025 foram inseridos os seguintes componentes curriculares eletivos: Memória Social e Serviço Social; Violência e Saúde; Saúde e Sociedade; Diversidade Sexual e de Gênero na Saúde; Corpo, Subjetividade e Saúde na Contemporaneidade; Direitos Sexuais e Reprodutivos em interface com a Saúde; e Saúde Mental e Direitos Humanos.

6.6.2 Estágio Supervisionado

De acordo com o projeto de formação profissional do Serviço Social, amplamente debatido pela categoria, entende-se que Estágio Supervisionado:

É uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O Estágio Supervisionado é concomitante ao período letivo escolar (ABEPSS, PNE, 2010).

O Estágio Supervisionado em Serviço Social constitui um dos elementos pedagógicos da formação profissional para o alcance do perfil do bacharel em Serviço Social, com possibilidade concreta e central da materialização da lógica curricular, na perspectiva do Projeto Ético-Político da Profissão. O Estágio Supervisionado em Serviço Social é norteado pelos princípios indissociáveis das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativas, articulando formação e exercício profissional, universidade e sociedade, unidade entre teoria e prática e ensino-pesquisa e extensão. Logo, a supervisão de estágio deve ser direta e sistematizada, realizada concomitantemente pelo supervisor acadêmico (assistente social docente) e supervisor de campo (assistente social regularmente contratado pela instituição do campo de estágio, em pleno gozo de seu exercício profissional e devidamente registrado no Conselho Regional da região que atua), conforme Código de Ética do Assistente de 1993; Lei de Regulamentação da Profissão Nº 8662/93; Resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) Nº 533/2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio e a Política Nacional de Estágio (PNE) 2010, em consonância com a Lei Geral de Estágio Nº 11.788/2008.

A supervisão direta de estágio implica um campo de reflexão e debate em que o estágio supervisionado e a supervisão acadêmica configuram como ações e relações intrínsecas ao saber-fazer do Serviço Social.

Essa perspectiva de estágio e supervisão está materializada na Matriz Curricular do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), porém, sua carga-horária é discriminada de forma separada pois se trata de uma articulação disciplinar estritamente pedagógica. O cômputo separado das horas na síntese da matriz curricular é estratégico para melhor visualização e distinção das atividades práticas e teóricas.

A supervisão direta de estágio em Serviço Social é uma atribuição privativa dos assistentes sociais e toda a sua dinâmica e regulamentação vincula-se a outros processos sociopolíticos e normativos, ou seja, trazem implicações de processos que se dão no contexto da educação superior, do mercado de trabalho, assim como de processos internos à profissão. A complexidade que envolve estágio e supervisão, diz respeito ao fato de que formação e exercício profissional estão imersos em um conjunto de relações sociais, o que faz com que sua compreensão vá além do seu sentido estrito do fazer cotidiano.

Conforme estabelece a Lei nº 11.788/2008, a Resolução nº 533/208 e a PNE/2010, para a realização do estágio curricular obrigatório, no curso de Serviço Social da UFTM, faz-se necessário:

- A inserção do estudante em atividades concernentes ao exercício da profissão de serviço social;
- A garantia da supervisão acadêmica e de campo, concomitante ao período letivo de realização de estágio;
- A exigência de relatórios semestrais;
- O documento comprobatório da carga horária cumprida no campo de estágio;
- Avaliação de supervisor(a) de campo e acadêmico(a).

O pré-requisito de disciplinas que abordem conteúdos relacionados à Ética Profissional, Questão Social no Brasil e Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos de Serviço Social, para inserção nesta atividade, o que justifica a realização do estágio respectivamente no 5º, 6º e 7º períodos do curso, com carga horária de 180 horas/aula, em cada semestre, perfazendo um total de 540 horas/aula, ou seja, 15% da carga horária da matriz curricular, na proporção de 450 horas relógio realizadas em campo, da carga horária total da matriz curricular de 3000 horas, preconizadas pela Resolução n.02-2007, bem como com as

Diretrizes Nacionais para a formação em Serviço Social.

Considerando o estágio como elemento processual na formação profissional, é pré-requisito a aprovação do (a) aluno(a) nas disciplinas de Supervisão Acadêmica de Estágio Supervisionado em Serviço Social I e Estágio Supervisionado em Serviço Social I, referentes ao 5º período do curso, para matrícula nas disciplinas Supervisão Acadêmica de Estágio Supervisionado em Serviço Social II e Estágio Supervisionado em Serviço Social II, no 6º período e, assim sucessivamente, para o 7º período;

- a. O (a) docente responsável pela supervisão acadêmica de estágio supervisionado, além de ministrar a disciplina de Supervisão Acadêmica de Estágio Supervisionado em Serviço Social I deverá também acompanhar o estagiário por meio de encontros com os estudantes; avaliação das condições éticas e técnicas do campo de estágio e da vinculação das atividades discentes previstas no Plano de Estágio e no compromisso firmado entre a Universidade e a instituição campo de estágio;
- b. Acompanhamento do instrumento comprobatório da frequência no campo; orientação e avaliação dos relatórios elaborados pelos estagiários, visitas em campos de estágio, supervisão integrada a ser realizada em campo, visitas técnicas para prospecção de novos campos e novas vagas de estágio; organização e promoção do Fórum de Estágio em Serviço Social a ocorrer anualmente (conforme preconizado pelos órgãos de regulamentação e representação da categoria profissional (Conselho Federal do Serviço Social - CFESS, Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS e, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, além de compulsoriamente participar das Oficinas Regionais e Nacionais de Estágio Supervisionado (conforme preconizado pelo Lei n. 533-2008, Lei n. 8662-1993, Lei n. 11.788-1998);
- c. O Estágio curricular obrigatório e a supervisão acadêmica são ofertados necessariamente como disciplinas, e constituem uma unidade do processo de estágio em Serviço Social. Assim, cabe explicitar que tais disciplinas são avaliadas conjuntamente e a reprovação de uma implica na reprovação da outra;
- d. O Estágio curricular obrigatório e a supervisão acadêmica são ofertados necessariamente como disciplinas, e constituem uma unidade do processo de estágio em Serviço Social. Assim, cabe explicitar que tais disciplinas são avaliadas conjuntamente e a reprovação de uma implica na reprovação da outra.

O estágio supervisionado em Serviço Social se dá tanto na modalidade curricular obrigatória (cumprimento da carga horária obrigatória), como na não obrigatória (atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória, seguindo as mesmas exigências de diretrizes, documentos e de supervisão acadêmica e supervisão de campo que o obrigatório, ou seja, também é realizado a partir do 5º período).

Vale destacar que não é permitido o estágio, mesmo que não obrigatório nos demais períodos do curso, que não constem na Matriz Curricular disciplinas de Supervisão Acadêmica de Estágio Supervisionado em Serviço Social e Estágio Supervisionado em Serviço Social. Logo, tanto estágio curricular obrigatório, como o não obrigatório seguem as diretrizes das legislações concernentes, a saber: as exigências da Lei nº 11.788/2008, as Resoluções CFESS nº 533/2008 e nº 493/2006, Lei nº 8.662/1993, Código de Ética do Assistente Social de 1993, PNE/2010 e Diretrizes Curriculares (DCs) da ABEPSS.

O Estágio Supervisionado em Serviço Social da UFTM, em consonância com as resoluções do Conselho Nacional de Educação e Ministério da Educação e Cultura (CNE/MEC) traz a perspectiva de processo de estágio não simplificado ou minimizado como a mera permanência ou visita do aluno numa instituição. Deve ser concebido e materializado conjuntamente pelas instituições envolvidas, que detêm responsabilidades, deveres e compromissos com a formação do estudante, os programas implementados e a população usuária atendida, conforme o Projeto Ético-Político da profissão, logo, oportunizar condições de construção de habilidades e competências profissionais em Serviço Social, de acordo com a Lei n. 8662-1993, e às exigências da realidade contemporânea e seus impactos na formação e no processo de trabalho profissional.

A carga horária referente às Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) do curso de Serviço Social da UFTM não contabilizam carga horária de estágio, bem como estágio obrigatório não contabilizam carga horária de atividades complementares.

Projetos de Extensão somente configurarão como campo de estágio se atender às exigências da Lei Nº 11.788/2008, as Resoluções CFESS Nº533/2008 e nº 493/2006, Lei n º8.662/1993, Código de Ética do Assistente Social de 1993, PNE/2010 e DCs da ABEPSS.

O Estágio Supervisionado do curso de Serviço Social da UFTM tem seu detalhamento em Regulamento Específico do Curso.

Vale ressaltar que a partir da matriz curricular de 2024.1, os(as) estudantes terão a disciplina de Introdução ao Estágio no quarto período do curso de Serviço Social, possibilitando aos mesmos maior aproximação com a realidade de estágio, cuja abordagem deverá promover reflexões e apreensões acerca das normativas legais e operacionais que envolvem a temática do Estágio Supervisionado em

Serviço Social. Logo, a disciplina de Introdução ao Estágio Supervisionado em Serviço Social não ofertará carga horária prática, mas uma abordagem acerca do estágio supervisionado enquanto componente curricular com vasta centralidade e momento privilegiado da formação profissional e que poderá fortalecer a identidade profissional do estudante.

6.6.2.1 Núcleo de Estágio em Serviço Social (NESS)

Atendendo as DCs propostas pela ABEPSS (1996) e orientada pelo CNE/MEC (2002); a Política Nacional de Estágio - CFESS (2010) ; Resolução CFESS nº533/2008, que trata sobre a supervisão direta de estágio em Serviço Social, bem como, o debate hegemônico do conjunto da categoria sobre a formação profissional, em especial do estágio supervisionado, implantou-se em 2009 o Núcleo de Estágio em Serviço Social (NESS), como estratégia para efetivação desta atividade curricular obrigatória, que envolve a indissociabilidade na formação profissional das dimensões ensino, pesquisa e extensão, e, ainda, como forma de implementar a gestão do Estágio Supervisionado à luz de elementos didáticos-pedagógicos, e que promove a articulação entre instituições públicas, privadas e do terceiro setor ao cotidiano do estágio da UFTM.

O NESS se configura como espaço específico do curso de Serviço Social da UFTM para trabalhar toda a dimensão do estágio supervisionado, faz parte da estrutura organizacional do curso, nos seus aspectos pedagógico, ético-político e administrativo do estágio.

A equipe NESS e com ela a coordenação e coordenação substituta de estágio têm presença central nesse espaço, assim, as atividades desenvolvidas no NESS estão relacionadas diretamente na atenção aos (às) alunos(as) no cumprimento da atividade curricular obrigatória de estágio e não-obrigatória (quando constituído no Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social – PPPC), conforme destacado anteriormente, bem como por meio do Regulamento do Laboratório NESS, sem número, aprovado no Colegiado do Curso de Serviço Social em 21 de agosto de 2019.

Como forma de apreensão cabe destacar algumas prerrogativas do NESS:

1. levantamento e prospecção de campos e vagas de estágio e estabelecimento de Termo de Compromisso do aluno junto a instituição campo de estágio (em parceria com o Serviço de Estágios, vinculado à Divisão de Apoio ao Ensino (DAE/PROENS);
encaminhamento dos alunos aos campos de estágio, conforme

disponibilidade e recebimento dos supervisores e horários dos alunos;
orientação aos alunos e supervisores de campo sobre documentação de estágio coerentes com a política de estágio da profissão e Regulamento Específico do Curso, aprovado pelo colegiado do mesmo;
análise e arquivamento dos documentos de estágio dos alunos;
visita aos campos de estágios;

contato sistemático com supervisores de campo e acadêmicos para fins de acompanhamento do processo do estágio;

fortalecimento dos supervisores no exercício desta atribuição prevista em Lei nº 8662/93 de Regulamentação da Profissão, o que abrange reuniões de supervisores, contatos telefônicos, e-mail, socialização de informações quanto a cursos, informes da profissão, textos de apoio e fundamentação para o exercício do trabalho profissional. E, ainda, de acordo com os preceitos da Resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008, que trata da Regulamentação da Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social, além de oferecer campo de estágio no próprio NESS;

Co-organização do Fórum de Estágio Supervisionado em Serviço Social a ocorrer anualmente envolvendo todos os atores que compõem o Estágio Supervisionado;

Articular contatos entre supervisores acadêmicos e de campo, instituição e UFTM, dentre outros.

Essas atividades são consoantes às atribuições do NESS, que se expressam como:

1. divulgar, junto aos(as) alunos(as) o Regulamento Específico de Curso e os locais de estágio e seus(as) respectivos(as) supervisores(as) de campo e supervisores(as) acadêmicos(as);
2. elaborar critérios voltados a complementar ou retificar este Regulamento Específico de Curso no que trata do credenciamento e descredenciamento de locais de estágio, avaliação dos(as) estagiários(as), infração ética, solicitações de quebras de pré-requisitos, entre outros;
3. propor, para apreciação do Colegiado de Curso, docentes e assistentes sociais para os respectivos cargos de supervisor(a) acadêmico(a) e assistente social supervisor(a) de campo, a cada início de semestre ou conforme as necessidades institucionais e pedagógicas do NESS;
4. propor e apoiar a realização de encontros, fóruns e reuniões periódicas entre os(as) supervisores(as) acadêmicos(as), assistentes sociais supervisores(as) de campo, coordenação de curso e coordenação de Estágio;
5. responder pelas questões administrativas e pedagógicas referentes à oferta e demanda de Estágios em Serviço Social;
6. providenciar o credenciamento e o descredenciamento dos locais de estágio;
7. orientar os(as) supervisores(as) e estagiários(as) quanto às normas regulamentares de Estágio em Serviço Social;
8. arquivar os documentos de estágio dos(as) estagiários(as);
9. convidar os(as) supervisores(as) acadêmicos(as) e de campo para reuniões ou encontros voltados ao acompanhamento, reflexões e avaliação processual da atividade de estágio, segundo uma agenda combinada entre as partes;

10. acompanhar e visitar os campos de estágio para conhecer as condições ofertadas tendo em vista seu credenciamento, recredenciamento, descredenciamento ou mesmo o conhecimento da organização e/ou das ações desenvolvidas pelo(a) estagiário(a);
11. deliberar, juntamente com o(a) assistente social supervisor(a) de campo questões que envolvam desligamento de estagiários(as) do local de estágio;
12. manter atualizado os cadastros das instituições conveniadas para fins de encaminhamento de alunos(as), pesquisas, informações periódicas ao Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) entre outras conforme orientações da Lei Nº 8.662/93 e Código de Ética do Assistente Social de 1993.

Nesse sentido, o NESS tem como objetivos:

1. Gerir o estágio em consonância às leis pertinentes a essa atividade, bem como Regulamento Específico de Curso e Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFTM;
2. Sistematizar a atividade de estágio preconizando a indissociabilidade entre supervisão acadêmica e de campo;
3. Viabilizar diretrizes para operacionalização da atividade de estágio condizente com os critérios e objetivos da formação profissional com a participação dos supervisores/as acadêmicos/as, de campo e estudantes.

A equipe do NESS tem presença central nesse espaço, assim, as atividades desenvolvidas estão relacionadas diretamente na atenção aos/as estudantes no cumprimento da atividade de estágio curricular obrigatória e não- obrigatória, consubstanciadas aos preceitos da Resolução CFESS Nº 533, de 29 de setembro de 2008, que trata da Regulamentação da Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social, além de oferecer campo de estágio no próprio NESS.

Tais atividades são consoantes às atribuições do NESS:

1. Levantamento de campos de estágio;
2. Estabelecimento de Termo de Compromisso junto à instituição de campo de estágio em parceria com o Serviço de Estágios, vinculado à Divisão de Apoio ao Ensino (DAE/PROENS);
3. Encaminhamento dos/as estudantes aos campos de estágio conforme disponibilidade de recebimento dos/as supervisores/as e horários dos/as estudantes;
4. Orientação aos/as estudantes e supervisores/as sobre documentação de estágio coerentes com a política de estágio da profissão e Regulamento Específico de Curso, aprovado pelo colegiado do mesmo;
5. Análise e arquivamento dos documentos de estágio dos/as estudantes;
6. Visita aos campos de estágios;
7. Contato sistemático com supervisores/as de campo e acadêmicos/as para fins de acompanhamento do processo do estágio, e fortalecimento dos/as supervisores/as no exercício desta atribuição prevista em Lei N.º 8662/93 de Regulamentação da Profissão, o que abrange reuniões de supervisores/as, contatos telefônicos, e-mail, socialização de informações quanto a cursos,

- informes da profissão, textos de apoio e fundamentação para o exercício do trabalho profissional;
8. Divulgar, junto aos/as estudantes/as o Regulamento Específico de Curso e os locais de estágio e seus/s respectivos/as supervisores/as de campo e supervisores/as acadêmicos/as;
 9. Elaborar critérios voltados a complementar ou retificar este Regulamento Específico de Curso no que trata do credenciamento e descredenciamento de locais de estágio, avaliação dos/as estagiários/as, infração ética, solicitações de quebras de pré-requisitos, entre outros;
 10. Solicitar junto à Coordenação de Curso a cada início de semestre letivo os nomes dos/as docentes aos quais foram atribuídas às disciplinas de supervisão acadêmica, bem como as respectivas turmas;
 11. Propor e apoiar a realização de encontros, fóruns e reuniões periódicas entre os/as supervisores/as acadêmicos/as, assistentes sociais supervisores/as de campo, coordenação de curso e coordenação de Estágio;
 12. Responder pelas questões administrativas e pedagógicas referentes à oferta e demanda de Estágios em Serviço Social;
 13. Providenciar o credenciamento e o descredenciamento dos locais de estágio;
 14. Orientar os/as supervisores/as e estagiários/as quanto às normas regulamentares de Estágio em Serviço Social;
 15. Arquivar os documentos de estágio dos/as estagiários/as;
 16. Convidar os/as supervisores/as acadêmicos/as e de campo para reuniões ou encontros voltados ao acompanhamento, reflexões e avaliação processual da atividade de estágio, segundo uma agenda combinada entre as partes;
 17. Acompanhar e visitar os campos de estágio para conhecer as condições ofertadas tendo em vista seu credenciamento, credenciamento, descredenciamento ou mesmo o conhecimento da organização e/ou das ações desenvolvidas pelo/a estagiário/a;
 18. Deliberar, juntamente com o/a assistente social supervisor/a de campo questões que envolvam desligamento de estagiários/as do local de estágio;
 19. Manter atualizado os cadastros das instituições conveniadas para fins de encaminhamento de estudantes/as, pesquisas, informações periódicas ao Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) entre outras conforme orientações da Lei N.º 8.662/93 e Código de Ética do Assistente Social de 1993;
 20. Emitir declaração de supervisão de estágio aos/as supervisores/as de campo a cada semestre.

A gestão do NESS é de responsabilidade da coordenação e vice-coordenação, coerente com o que preconiza a Política Nacional de Estágio. Assim, está envolvida em toda a dimensão da atividade de Estágio Supervisionado em Serviço Social, numa perspectiva de indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e supervisão de campo.

É atribuição da coordenação e vice-coordenação:

1. Responder pelas questões administrativas e pedagógicas referentes à oferta e demanda Estágios em Serviço Social;
2. Zelar pelo cumprimento das legislações concernentes ao estágio, da

Política Nacional de Estágio e do Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social;

3. Supervisionar e acompanhar as atividades do Ness;
4. Participar das reuniões chamadas pela ABEPSS e CRESS;
5. Realizar atendimento individual de estagiários/as quando necessário, zelando pelo sigilo;
6. Atualizar-se constantemente acerca das mudanças que envolve o mundo do estágio supervisionado, incluindo participação nos eventos da categoria;
7. Planejar junto ao Núcleo de Estágio meios de formação e atualização para supervisores/ as de campo e acadêmicos/as sempre que necessário;
8. Planejar e executar o Fórum anual de estágio local, bem como participar do Fórum Regional e Nacional;
9. Viabilizar as publicações dos trabalhos científicos dos Fóruns de estágio local;
10. Planejar e executar oficinas, cursos de inverno e verão, para os/as estudantes;
11. Receber e propor eventos em conjunto com os campos de estágio e/ou CA, além de abrir possibilidade de articulação com grupos de pesquisa e outros;
12. Propor revisão nos documentos de estágio sempre que necessário respeitando a legislação;
13. Atentar para questões que influenciam na qualidade do estágio e buscar junto as/aos supervisoras/es acadêmicos/as e assistente social do Ness possibilidades de intervenção que sejam estágio; tanto em nível de curso como de campo de estágio;
14. Representar o Núcleo de Estágio junto ao Departamento de Serviço Social, Centro Acadêmico, Proens/Divisão de Apoio ao Ensino; responsável pelo estágio geral da UFTM, Gerência de Ensino e Pesquisa-HC, Funepu, Prefeitura Municipal de Uberaba, CRESS, ABEPSS e demais instituições de Uberaba e Região;
15. Responder documentos, solicitações e pesquisas juntamente com a assistente social do Ness, advindos da Gerência/HC, coordenação de curso e departamento e entidades representativas da profissão, CA e pesquisadores/as;
16. Assinar documentos emitidos pelo NESS, pertinentes à coordenação;
17. Visitar campos de estágio que apresentam questões que implicam na qualidade e desenvolvimento do estágio as quais demandam acompanhamento específico;
18. Possibilitar articulação entre os campos de estágio e universidade diminuindo a distância entre eles a fim de buscar a indissociabilidade entre a formação e o trabalho profissional;
19. Encaminhar junto ao Núcleo de Estágio demandas acerca do estágio supervisionado, advindas dos/as supervisores/as de campo e acadêmicos/as, estudantes em estágio ou não, docentes e assistente social do NESS e CRESS;
20. Participar de reuniões em campos de estágio sempre que solicitada bem como realizar reuniões com supervisores/as de campo na Universidade

de forma individual ou coletiva;

21. Realizar reuniões de supervisão acadêmica a fim de alinhar as ações ao que preconiza a política nacional de estágio, bem como possibilitar a socialização entre os/as supervisores/as acerca do desenvolvimento das disciplinas de supervisão acadêmica, incluindo as visitas a campos de estágio. Acolher e encaminhar demandas que possam viabilizar melhores condições de estágio e de supervisão, propor e acolher propostas que fortaleçam a formação e o exercício profissional no que tange a supervisão de estágio;
22. Organizar as reuniões de gestão do Ness: planejar e avaliar ações pertinentes às demandas acolhidas pelo Núcleo de Estágio referentes à campos de estágio (abertura, acompanhamento, observação quanto a resolução 493/2006 CFESS);
23. Propor e manter meios de comunicação facilitada entre equipe Ness, supervisores/as acadêmicos/as e supervisores/as de campo;
24. Solicitar quando necessário e responsabilizar pelo patrimônio e equipamentos do Núcleo de Estágio, bem como zelar por um espaço de trabalho adequado;
25. Realizar pesquisa, sempre que necessário, acerca de demandas do estágio ou perfis de seus atores envolvidos;
26. Divulgar as atividades realizadas no Ness em eventos científicos contribuindo para a socialização das experiências;
27. Propor e/ou participar de grupo de estudos, com a finalidade de atualização do conhecimento adquirido;
28. Criar comissão de estágio e participar como membro efetivo, viabilizando encontros com agenda periódica ou sempre que necessário;
29. Sugerir alterações no regulamento do NESS.

6.6.2.2 *Supervisão de Estágio em Serviço Social*

A supervisão de estágio envolve o processo de ensino-aprendizagem pressupondo a integração dos componentes que subsidiam a formação profissional em todos os espaços que esse processo se concretiza (tanto nas unidades de ensino, quanto nas unidades campo de estágio), bem como “a supervisão de estágio, ao articular formação e exercício profissional, abarca a compreensão, a análise, a proposição e a intervenção em processos sociais, compondo a dinâmica da relação entre teoria e realidade” (LEWGOY, 2009, p.45). A supervisão acadêmica é efetivada tendo como base as diretrizes da PNE, sendo que na realidade do curso de Serviço Social da UFTM, se configura para além de atividades ministradas em sala de aula, é uma disciplina que envolve também oficinas pedagógicas, reuniões periódicas com estagiários conforme área

de atuação dos campos de estágios que estão inseridos, bem como supervisões em campo envolvendo estudantes e supervisores de campo,

realização de visitas técnicas, prospecção de vagas e campos de estágio, dentre outros.

A supervisão acadêmica envolve o acompanhamento da sistematização teórico-metodológica dos estágios mediante documentos de estágio, que são avaliados e discutidos com o/a estagiário/a. O processo de avaliação do estágio é construído processualmente durante a realização da atividade de estágio supervisionado em Serviço Social.

Cabe ao/a supervisor/a acadêmico/a no desenvolvimento da disciplina, conforme PNE (ABEPSS, 2010) e plano de trabalho do NESS:

1. Orientar os/as supervisores/as de campo e estagiários/as sobre a política de estágio da Unidade de Formação Acadêmica (UFA), inserindo o debate atual do estágio supervisionado e seus desdobramentos no processo de formação profissional;
2. Orientar os/as estagiários/as na elaboração do Plano de Estágio, conjuntamente com os/as supervisores de campo, de acordo com os objetivos acadêmicos, em consonância com o projeto político pedagógico e com as demandas específicas do campo de estágio;
3. Supervisionar as atividades desenvolvidas pelos estagiários na Unidade de Formação Acadêmica (UFA) por meio de encontros sistemáticos, com horários previamente estabelecidos, e no local de desenvolvimento do estágio, quando da realização das visitas sistemáticas aos campos de estágio, contribuindo na efetivação da supervisão direta e de qualidade, juntamente com o/a supervisor/a de campo;
4. Comunicar ao NESS as visitas realizadas, bem como encaminhar, por e-mail à secretaria do Núcleo, os relatórios das respectivas visitas;
5. Solicitar à secretaria do NESS, por ocasião de visita à campo de estágio, o relatório da visita acadêmica anterior, para leitura antecipada e preparação;
6. Auxiliar o/a estagiário/a no processo de sistematização do conhecimento, orientando e revisando suas produções teóricas, como também contribuindo no processo pedagógico de análise do trabalho profissional;
7. Receber, ler, manter sigilo e observar criticamente as sínteses profissionais construídas pelos/as estagiários/as, conduzindo a supervisão embasada em pressupostos teóricos, ético, políticos, técnico-operativos que contribuam com uma formação integral;
8. Organizar e participar de reuniões, encontros, seminários e outras atividades que se fizerem necessárias, com os/as supervisores/as de campo na Unidade de Formação Acadêmica (UFA) para atualizações acerca de demandas à profissão, qualificação do processo de formação e exercício profissional e o aprofundamento teórico sobre temáticas pertinentes à efetivação da supervisão direta, de acordo com a Resolução n. 533-2008, Lei N. 11788-2008 e Lei n. 8662-1993;
9. Acompanhar a trajetória acadêmica do/a estagiário/a, no que se refere ao processo de estágio, por meio da documentação específica exigida pelo processo didático de aprendizagem da UFA;
10. Fornecer ao Núcleo de Estágio, os documentos necessários para compor

o prontuário de cada estagiário/a;

11. Receber e analisar o controle de frequência, relatórios e demais documentos solicitados para avaliação dos/as acadêmicos/as em cada nível de estágio;
12. Avaliar o/a estagiário/a emitindo parecer sobre sua frequência, desempenho e atitude ético-crítica e técnico-política no exercício do estágio, atribuindo o respectivo conceito ou à respectiva nota;
13. Encaminhar à coordenação de estágio, relato de irregularidade ou demanda específica sobre a atuação dos campos, para efeito de realização de visita institucional;
14. Promover encontros entre supervisores e estagiários (as) no campo de estágio como forma de promover a articulação entre IES e instituições concedentes de estágio;
15. Realizar prospecção de vagas e campos de estágio, bem como visitas técnicas com a finalidade de credenciamento de campo de estágio, monitoramento das ações de estágio e necessidades singulares à realidade estágio;
16. Co-realização do Fórum de Estágio em Serviço Social a ocorrer anualmente de acordo com a PNE e Resolução n. 533-2008.

Do Serviço Social do NESS:

Mediante um contexto de precarização e retrocesso dos direitos trabalhistas, é importante salientar que o debate em torno do tema estágio supervisionado deve ser apontado como estratégia de fortalecimento do projeto de formação profissional, como também do projeto ético político do Serviço Social, pois, o estágio se constitui em um componente curricular fundamental na formação da análise crítica e interventiva, propositiva e investigativa do estudante que necessita se aproximar dos elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, sendo preparado para investigar, intervir e atuar nas diferentes expressões da questão social.

Nesse sentido, entende-se que o processo de formação profissional e, especificamente, o estágio supervisionado curricular, devem garantir apreensão do significado sócio-histórico do Serviço Social; das condições de trabalho dos/as assistentes sociais; das conjunturas; das instituições, bem como do universo dos/as trabalhadores/as usuários/as dos diversos serviços e políticas sociais. Exige para isso o conhecimento teórico e saberes práticos-interventivos, bem como fundamentos e da lógica tendencial que constituem (GUERRA, 2006).

Segundo a Política Nacional de Estágio, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS (2010), a materialização do estágio curricular supervisionado deve estar em consonância com os princípios

éticos e políticos da profissão, explicitados no Código de Ética do Assistente Social de 1993.

Sendo assim, a defesa da liberdade, democracia, cidadania, justiça e direitos sociais e combate ao preconceito se vinculam à construção de uma nova forma de configuração societária que supere a exploração e as formas de opressão.

Importante ressaltar também o compromisso com a qualidade dos serviços prestados, a competência e o pluralismo como princípio que precisam se objetivar no cotidiano profissional e nas vivências de estágio.

Em conjunto com os valores éticos e políticos profissionais outros princípios devem nortear a realização do estágio no Serviço Social, os quais se referem a:

- indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa;
- articulação entre formação e exercício profissional;
- indissociabilidade entre estágio, supervisão acadêmica e supervisão de campo;
- articulação entre universidade e sociedade;
- unidade teoria-prática;
- interdisciplinaridade;
- articulação entre ensino, pesquisa e extensão, descritos nos respectivos Planos de Trabalho.

Para a articulação do trabalho do Núcleo de Estágio, destaca-se o papel do Assistente Social.

Atribuições do Serviço Social (assistentes sociais) no Núcleo de Estágio:

1. Atenção aos alunos no cumprimento da atividade curricular obrigatória de estágio e não-obrigatória de acordo com o Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social -PPPC;
2. Levantamento de campos de estágio e estabelecimento de Termo de Compromisso do aluno junto a instituição campo de estágio (em parceria com o Serviço de Estágios, vinculado à Divisão de Apoio ao Ensino (DAE/PROENS));
3. Encaminhamento dos alunos aos campos de estágio conforme disponibilidade de recebimento dos supervisores e horários dos alunos;
4. Orientação aos alunos e supervisores sobre documentação de estágio coerentes com a Política Nacional de Estágio, Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Serviço Social, e Regulamento Específico do Curso, aprovado pelo colegiado do mesmo;
5. Análise e arquivamento dos documentos de estágio dos alunos;
6. Visita aos campos de estágios;

7. Contato sistemático com supervisores de campo e acadêmicos para fins de acompanhamento do processo do estágio;
8. Organização e participação em eventos concernentes ao Estágio em Serviço Social;
9. Organização e participação em Oficinas de Formação em Serviço Social;
10. Fortalecimento dos supervisores no exercício desta atribuição prevista em Lei Nº 8662/93 de Regulamentação da Profissão, o que abrange reuniões de supervisores, contatos telefônicos, e-mail, socialização de informações quanto a cursos, informes da profissão, textos de apoio e fundamentação para o exercício do trabalho profissional.

E, ainda, de acordo com os preceitos da Resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008, que trata da Regulamentação da Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social, oferecer vagas de campo de estágio no próprio NESS, sob a supervisão direta das profissionais Assistentes Sociais.

As atividades desenvolvidas no NESS têm o envolvimento participativo dos/as estagiários/as, a supervisão direta dos/as assistentes sociais no núcleo e coordenação de estágio, tal como preconiza a Resolução CFESS nº 533/2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio em Serviço Social. A supervisão é realizada constantemente, ou seja, acontece durante o desenvolvimento das atividades, assim, o acompanhamento do/a estagiário/a é processual, além do momento específico da supervisão para fins das reflexões, sínteses e construção de mediações.

6.6.2.3 *Da Atividade de Estágio Supervisionado e Supervisão*

O NESS também se configura como espaço formativo e por isso se apresenta como campo de estágio.

O estágio é uma atividade curricular obrigatória que busca:

[...] oportunizar ao(a) estudante o estabelecimento de relações mediatas entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o trabalho profissional, a capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão, bem como o reconhecimento do compromisso da ação profissional com as classes trabalhadoras, neste contexto político-econômico-cultural sob hegemonia do capital (PNE, 2010, p.14).

O estágio supervisionado realizado no NESS deve propiciar ao (a) estagiário(a):

- a. Conhecer o trabalho profissional realizado no NESS através das Atribuições desempenhadas pela coordenação de estágio e assistente social;

- b. Propiciar o contato com as instituições, campos de estágio, via supervisores de estágio;
- c. Permitir a reflexão acerca da importância da documentação de estágio no processo da atividade de estágio e importância da documentação no exercício profissional;
- d. Conhecer os instrumentos de trabalho inerentes à gestão pedagógica e administrativa da atividade de estágio em Serviço Social;
- e. Proporcionar a construção e produção de conhecimentos e saberes sobre a formação profissional atrelada a experiência da atividade de estágio;
- f. Permitir o conhecimento da dimensão investigativa e interventiva do Serviço Social;
- g. Apresentar a dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnica-operativa do trabalho profissional.

As atividades desenvolvidas pelo(a) estagiário(a) no NESS estão atreladas diretamente à consolidação do estágio do curso de Serviço Social da UFTM, juntamente com as ações dos(as) assistentes sociais supervisores(as) e coordenação.

As atividades desenvolvidas no NESS têm o envolvimento participativo dos estagiários, a supervisão direta dos(as) assistentes sociais no núcleo e coordenação de estágio, tal como preconiza a Resolução CFESS nº 533/2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social.

A supervisão é realizada constantemente, ou seja, acontece durante o desenvolvimento das atividades, assim, o acompanhamento do estagiário é contínuo, além do momento específico da supervisão para fins das reflexões, sínteses e construção de mediações. O processo de supervisão poderá prever supervisões sistematizadas de acordo com calendário do Núcleo.

Dessa maneira, a supervisão de estágio envolve o processo de ensino-aprendizagem pressupondo a integração dos componentes que subsidiam a formação profissional em todos os espaços que esse processo se concretiza (tanto nas unidades de ensino, quanto nas unidades campo de estágio). Desse modo, "a supervisão de estágio, ao articular formação e exercício profissional, abarca a compreensão, a análise, a proposição e a intervenção em processos sociais, compondo a dinâmica da relação entre teoria e realidade" (LEWGOY, 2009, p.45).

O processo de avaliação do estágio supervisionado é realizado pelo supervisor de campo e acadêmico após a conclusão da carga horária obrigatória da atividade de estágio prevista para o semestre. O(a) assistente social

supervisor(a) de campo ao término dessa atividade faz avaliação com atribuição de nota no valor de 0 a 10,0, com base em indicadores elaborados pelo NESS e detalhados no regulamento de estágio (que tem em anexo o rol de documentos de estágio). Mediante a supervisão acadêmica todos os documentos de estágio são avaliados e discutidos com o(a) estagiário(a). Afirma-se com isto que a avaliação é construída processualmente durante a realização da atividade de estágio supervisionado em Serviço Social.

A avaliação das atividades desenvolvidas no que tange à coordenação do NESS é realizada juntamente com a equipe NESS, o que pode modificar as ações e/ou operacionalização das mesmas, e correção de rotas no decorrer do semestre letivo. As ações, projetos, portfólios, relatórios, entre outros documentos que explicitam o movimento e consolidação deste plano de trabalho do NESS, também são instrumentos de reavaliação periódica.

6.6.3 Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC)

As Atividades Acadêmicas-Científico-Cultural (AACC) são, conforme Diretrizes Curriculares da ABEPSS (2002), as atividades complementares que compõem o currículo básico para a formação profissional em Serviço Social e, são constituídas por atividades de pesquisa e extensão, produção científica, visitas monitoradas, monitoria, participação em encontros, seminários e congressos com apresentação de trabalho.

As atividades formativas básicas têm por objetivo dar relevância às atividades de pesquisa e extensão, afirmando a dimensão investigativa como princípio formativo e como elemento imprescindível para a formação profissional e a relação entre teoria e prática para atuação na realidade (ABEPSS, 1996).

Constata-se nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (2002, p. 13) que:

A postura investigativa é um suposto para a sistematização teórica e prática do exercício profissional, assim como para a definição de estratégias e o instrumental técnico que potencializam as formas de enfrentamento da desigualdade social. Este conteúdo da formação profissional está vinculado à realidade social e às mediações que perpassam o exercício profissional. Tais mediações exigem não só a postura investigativa, mas o estreito vínculo com os modos de pensar/agir dos profissionais.

A Resolução CNE/CES nº 02/2007 e Resolução CNE/CES nº 15/2002 estabelecem as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social,

indicando as Atividades Complementares como componente curricular para a formação dos discentes inseridos na graduação em Serviço Social. Para tanto as IES deverão criar mecanismos de aproveitamento dos conhecimentos adquiridos pelo estudante, através de estudos e práticas independentes presenciais e/ou à distância, a saber: monitorias, visitas monitoradas, iniciação científica, projeto de extensão, participação e organização de seminários, simpósios e semanas de Serviço Social, publicação de produção científica, participação em órgãos colegiados e outras atividades que ficam definidas na Norma Interna de AACC aprovada no Colegiado de Curso.

As atividades complementares se caracterizam como importantes mecanismos de valorização das atividades externas à instituição, como parte do conhecimento necessário ao cidadão participativo e profissional Assistente Social.

Na UFTM as atividades complementares definidas como Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) podem ser compreendidas como toda atividade pertinente à formação profissional, científica, cultural, social e política do acadêmico. Trata-se de atividades curriculares e como tal constam do histórico escolar do aluno, mas devem ser realizadas fora dos programas das disciplinas previstas na Matriz Curricular do Curso, uma vez que o objetivo destas atividades é diversificar e enriquecer a formação oferecida na graduação, através da participação do corpo discente em atividades-eventos.

As atividades que poderão ser consideradas como Atividades Acadêmico-Científico-Culturais dizem respeito a atividades de monitoria, atividades de pesquisa e extensão, participação em eventos, cursos, oficinas, dentre outras.

Tais grupos de atividades necessitam ser compatíveis com a forma de relacionar as horas realizadas às que serão validadas no currículo, neste sentido, possuem pesos diferentes, de acordo com a complexidade da ação desenvolvida e relevância no processo de formação do discente. Desta forma, não necessariamente cada hora de atividade significará uma hora de validação no currículo.

O aluno deverá cumprir 150 horas/aula (125h relógio) de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais ao longo do Curso, que precisam ser coerentes com as habilidades e competências do período cursado. Trata-se de atividades que poderão ser realizadas e distribuídas nos diversos períodos, o que oportuniza

ao aluno condições de interação durante o decorrer do curso.

As atividades devem ser concluídas progressivamente ao final de cada período em que, caso o total de horas realizadas não totalize a carga horária do período, o aluno poderá completá-la até o final do próximo ciclo de atividades. A conclusão das horas/aula indicadas é um critério de aprovação no último período letivo cursado.

Para obter o diploma em Bacharel em Serviço Social, é necessário concluir não apenas as disciplinas obrigatórias e eletivas do currículo, o estágio obrigatório e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), mas também é requisitada a integralização da carga horária destinada às AACCs.

As AACCs seguem capítulo próprio do Regulamento Específico do Curso, aprovado pelo Colegiado do Curso de Serviço Social.

6.6.4 Atividades de Extensão Universitária (AEXT)

[...] o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julgam não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações (FREIRE, 1977, p. 36).

Na história da universidade, a área que mais se preocupou em manter vínculos com sociedade é a extensão universitária, mesmo enfrentando resistências face ao elitismo, o qual marca a educação brasileira (SOUSA, 2000). É na extensão que se efetiva o sentido da universidade, exercendo as funções de integração, articulação, aproximação e reciprocidade com a comunidade.

A curricularização da extensão traz para o momento questionamentos acerca do sentido da universidade, o que ela faz? Para quem? Com quem? Quais seus impactos e transformações na vida das pessoas da comunidade universitária e sociedade? Qual é o seu projeto societário? Qual a sua luta? Luta pela emancipação ou pela domesticação?

Superar a visão academista da universidade para transgredir muros e avançar na busca de conhecimentos ao mesmo tempo que compartilha os seus, é um esforço não só prático, teórico-metodológico, ético e político, integrando de forma interdisciplinar os saberes da comunidade.

A curricularização da extensão responde à indissociabilidade do ensino, da

pesquisa e da extensão na universidade e assim deve excitar muitos debates acerca do tema, para que a centralidade crítica seja mantida, revendo objetivos e caminhos a serem percorridos rumo a emancipação, tendo como eixo central a Educação Popular.

A extensão não pode ser entendida como um apêndice, de forma isolada, tanto no âmbito dos cursos, como no da universidade. É necessário que ela mantenha o caráter da integralidade, ou seja conectar as dimensões ensino, pesquisa e extensão, bem como manter a interdisciplinaridade das disciplinas, no caso do Serviço Social, dos núcleos de fundamentos da formação profissional. Assim, a curricularização propõe a superação das práticas fragmentadas.

Dessa forma traz a necessidade de discussões e avaliações constantes que contemplem todas as ações de extensão, sendo de suma importância que seus resultados sejam divulgados, considerados nos planejamentos do curso e universidade, bem como ser parâmetros para decisões que podem mudar a realidade social.

A extensão aproxima o aluno das demandas da sociedade, fortalecendo sua formação cidadã. Para o aluno, a extensão é também o lugar do reconhecimento e aceitação do outro e da diversidade (GADOTTI, 2017):

Pode-se dizer que temos duas visões de mundo opostas da universidade: uma visão mercantil e uma visão pública, uma visão “bancária” e uma visão problematizadora, emancipatória. A primeira realça apenas os aspectos da formação profissional e científica sem discutir aspectos significativos da atividade do profissional no mundo do trabalho e da cultura. A segunda busca associar essa formação para o mundo do trabalho com uma formação cidadã mais ampla, uma formação geral (GADOTTI, 2017).

A extensão universitária, no âmbito do curso de Serviço Social da UFTM, firma seu compromisso com a comunidade, não adotando, em hipótese alguma, o caráter mercadológico de educação, muito menos o caráter de praticismo, o que tira valor da dimensão teórica e aplica na operativa. A extensão congrega e é transversal às dimensões do Serviço Social, quais sejam: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

A carga-horária de extensão no Curso de Serviço Social será ofertada por meio de ações de extensão desenvolvidas pelos docentes e técnicos administrativos, devidamente registradas junto ao sistema da Pró-Reitoria de Extensão, podendo inclusive ter bolsa para discentes.

6.6.5 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pode ser definido como um processo de ensino-aprendizagem materializado na expressão da práxis oriunda da articulação teórico-prática e, como tal, demonstra a capacidade do aluno de apreender a realidade. Trata-se de momento singular do desenvolvimento de competências e habilidades advindas do processo que se materializa na produção e socialização do conhecimento, amplamente difundidos e presentes na pesquisa social, e que são materializados no campo da formação e da intervenção profissional em serviço social.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Serviço Social, o TCC é considerado como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o acadêmico sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, preferencialmente gerada a partir da vivência do estágio no decorrer do curso.

O TCC deverá ser resultante de pesquisas bibliográfica, documental e/ou de campo, alicerçado em categorias teóricas das ciências sociais aplicadas e demais ciências, valorizando-se sobretudo o debate das questões advindas da experiência do estágio curricular.

Este processo de sistematização, quando resulta de experiência de estágio, deve apresentar os elementos do trabalho profissional em seus aspectos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo. Realiza-se dentro de padrões e exigências teórico, metodológicas e acadêmico científicas.

Portanto, a atividade de elaboração do TCC se define como um trabalho dissertativo de autoria individual a ser realizado a partir do 7º (sétimo) período do curso, conforme as diretrizes curriculares vigentes, o qual deverá ser apresentado em forma de monografia científica, embasado em pressupostos teórico-metodológicos, assegurando o seu caráter científico. Destaca-se que o projeto de pesquisa será desenvolvido na disciplina de Pesquisa Social II, ofertada no 6º período do curso.

O TCC tem como objetivo geral: habilitar os discentes para a prática de pesquisas, trabalhos científicos e produção de conhecimentos científicos. E como específicos: a) desenvolver processo reflexivo que envolva a sistematização e a

produção de conhecimentos na área do Serviço Social e sua articulação ao Projeto Ético-Político Profissional e nas áreas afins; e b) fomentar o reconhecimento do Serviço Social como gerador de conhecimento científico, desenvolvendo e ampliando a dimensão investigativa inerente à profissão.

No curso de Serviço Social da UFTM o componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso contempla estudos orientados, sob a supervisão/orientação necessária do corpo docente durante atividades presenciais e estudos independentes.

Os temas dos trabalhos deverão ser definidos pelos discentes, considerando sua trajetória acadêmica. Esses trabalhos serão redigidos no idioma nacional, de acordo com as normas da ABNT, Manual para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos da UFTM e socializados mediante apresentação pública à comunidade acadêmica e aos membros de banca examinadora conforme Regulamento Específico do Curso.

Com vistas à organização dos trabalhos referentes ao TCC, no âmbito do curso de Serviço Social, o curso conta com uma Comissão, de caráter consultivo, que tem como finalidade principal acompanhar e orientar a coordenação dos processos de elaboração do trabalho escrito e apresentação oral do TCC, em banca pública, composta por dois examinadores e o orientador, bem como emitir parecer, quando necessário, incluindo os casos omissos no Regulamento Específico do Curso.

Os membros da Comissão de TCC serão indicados pelo Colegiado do Curso, com mandato de 2 (dois) anos, prorrogável por igual período, e designados por meio de Portaria de Pessoal pela PROENS.

Além do processo de orientação do trabalho com o docente de referência, os discentes têm incentivos para construção do conhecimento científico, desde os períodos iniciais, quando começam a realizar pesquisas bibliográficas, bem como estímulo à participação em Iniciações Científicas (IC) e elaboração de trabalhos científicos para congressos, revistas e eventos diversos.

Ressalta a importância do Trabalho de Conclusão faz parte de um processo maior e não apenas um momento específico, isolado e estanque do Curso de Graduação.

7. INCORPORAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM - TIC

Vivemos num contexto globalizado em que as informações estão cada vez mais disponíveis às populações. No contexto educacional, o aluno, fora da sala de aula, tem acesso à tecnologia e pode interagir com o mundo. Portanto, a educação dos bancos escolares, com horário marcado para acontecer, começa a ser questionada, conforme nos diz Silva (2002, p.1):

Prevalece ainda hoje o modelo tradicional de educação baseado na transmissão para memorização, ou na distribuição de pacotes fechados de informações ditas “conhecimento”. Há cinco mil anos a escola está baseada no falar-ditar do mestre e na repetição do que foi dito por ele. Paulo Freire, maior educador brasileiro, criticou intensamente esse modelo educacional. Ele dizia: “a educação autêntica não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A com B”.

Nesse contexto, as novas tecnologias se popularizam, gerando o temor, sobretudo entre os profissionais da educação, de que os recursos de informática e a internet possam, com o tempo, substituir a clássica relação entre quem aprende e quem ensina, passando a uma relação estritamente entre homem e máquina.

Os avanços tecnológicos continuam velozmente, chegando às populações de todo o mundo, mas não se tem confirmado o temor: aquele que ensina continua absolutamente necessário no seu trabalho de formar as novas gerações. Embora seu perfil necessite de reconstrução e redefinição de habilidades que até então não eram demandadas, seu papel é da maior relevância, no sentido de mediar a construção de saberes, em qualquer ambiente de aprendizagem e em qualquer modalidade de ensino.

Pensando nisso, foi criado na instituição o Centro de Educação a Distância e Aprendizagem com Tecnologias de Informação e Comunicação (CEAD) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, que é formado por professores que atuam na graduação e pós-graduação e técnicos administrativos. O Cead tem o

propósito de atender a demanda por meios de estudos, pesquisas, projetos, e do uso de tecnologias digitais de informação e comunicação na educação, mediante suporte especializado nas esferas do ensino, da pesquisa e da extensão. Dentre seus objetivos, destacam-se:

- a. estabelecer diálogo entre a Universidade e as inovações das tecnologias de informação e comunicação aplicadas à educação;
- b. implementar projetos educacionais usando tecnologias digitais de informação e comunicação em sintonia com os paradigmas atuais da educação, fundamentados na autonomia, na aprendizagem e na sociedade em rede;
- c. prestar orientação pedagógica especializada no escopo da educação com tecnologias de informação e comunicação;
- d. produzir materiais didáticos pedagógicos em sintonia com os princípios do Cead, da UFTM e de suas demandas;
- e. implementar, acompanhar e avaliar métodos e materiais contribuindo com a formação pedagógica dos docentes e a integração das tecnologias de informação e comunicação nas práticas pedagógicas e nos currículos;
- f. colaborar na criação e funcionamento de cursos de graduação, pós-graduação e extensão nas áreas de sua especialidade, propostos por setores da UFTM;
- g. planejar, implementar e implantar a Educação a Distância (EAD) e a inserção da UFTM no sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

O Centro de Educação a Distância - CEaD foi criado para oferecer suporte especializado no uso de tecnologias digitais de informação e comunicação na educação, nas esferas do ensino, da pesquisa e da extensão, para o público interno da UFTM e também para a comunidade externa. Possui competência para implementar políticas e diretrizes para a Educação a Distância (EaD), estabelecidas no âmbito da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), bem como garantir a implantação, implementação, desenvolvimento e aperfeiçoamento do processo educativo na modalidade a distância, por meio de ações didático-pedagógicas, tecnológicas e administrativas adequadas.

Tais práticas são regulamentadas pela Resolução nº 3, de 03/05/18, do CONSU que regulamenta a carga horária a distância nos cursos técnicos, de graduação e nos programas de pós-graduação presenciais e semipresenciais da Universidade Federal do Triângulo Mineiro; Portaria nº 2.117, de 6 de

dezembro de 2019, do Ministério da Educação que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino; Portaria nº 31, de 25/08/2021, da PROPLAN que aprova a Norma Procedimental – NP nº 20.01.009- Utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle.

As Tecnologias da Informação e Comunicação são aparelhos tecnológicos ou tecnologias que permitem inovações significativas para os processos de ensinar e aprender, tanto nas atividades presenciais quanto nas atividades a distância, realizadas nos componentes curriculares obrigatórios e eletivos, oferecidos pelo curso de graduação em Serviço Social da UFTM.

Com estes recursos foi possível aprimorar ou variar a forma de ensino, aprendizagem, pesquisa, promoção e divulgação de conhecimentos com demonstração e busca de conteúdo, materiais, teorias, vivências ou momentos. O uso de tecnologias diversas possibilitaram também a interação imediata ou não imediata (*chats* ou *web aulas*), acesso diferenciado ao conhecimento (vídeo- aulas, fóruns de discussão, experimentação por meio de *softwares*, objetos de aprendizagens, simulações, animações, dentre outros) e participação ativa entre os sujeitos envolvidos no ensino-aprendizagem. Com as tecnologias, possibilitou-se flexibilizar o currículo, multiplicar os espaços, diversificar os tempos e a forma de fazer a aprendizagem, pois além de oferecer novas formas de ensinar e de aprender, permite também maior aproximação e conexão com os alunos.

Para proporcionar práticas pedagógicas que integram recursos de Tecnologia de Informação e Comunicação na mediação do processo ensino-aprendizagem-TIC, a UFTM dispõe de bibliotecas, laboratórios de informática, acesso a computadores nas coordenações, nos gabinetes dos professores e nas salas de aulas que contêm também data show. Todas as unidades possuem conexão com a internet, garantindo acesso às informações e serviços da página da Universidade, como por exemplo, informações do Curso e Departamento de Serviço Social, Sistema Acadêmico, Moodle, Google Sala de Aula Biblioteca, eventos, dentre outros.

O uso de Tecnologias da Informação e Comunicação é uma realidade vivenciada pelos alunos do curso de Serviço Social que, uma vez matriculados,

obtêm acesso ao Sistema Acadêmico por meio do seu número de matrícula. O acesso pode ser realizado de qualquer computador, *tablet* ou celular. No Sistema Acadêmico do aluno são disponibilizadas informações sobre as unidades curriculares matriculadas, horários, sala das aulas, planos de ensino, avaliações individuais e institucionais e o ambiente virtual de ensino aprendizagem, Moodle. Além disso, o discente pode também ter acesso às informações quanto ao vínculo com a instituição, histórico escolar, acompanhamento de frequências e notas e demais requerimentos de interesse acadêmico.

Os docentes em sala de aula procuram usar recursos tecnológicos (rádio, televisão, computador, data show e internet) que promovem a concentração, motivam e estimulam o desenvolvimento crítico durante o processo ensino-aprendizagem.

Solicitam trabalhos que incentivam os acadêmicos a usarem a internet, delimitando perguntas e fornecendo sugestões de páginas da *web* e materiais paraserem usados. Assim, procura-se focar nas dificuldades que possivelmente poderão ser somadas no processo de ensino-aprendizagem, favorecendo um pensamento criativo, capacidade de tomar decisões, autonomia e responsabilidade individual e grupal.

Em adição a isso, os docentes também utilizam o Moodle e Google Sala de Aula para a criação de fóruns para discussão via *on-line* de tópicos específicos dos componentes curriculares e podem ser utilizados para anteceder a aula expositiva dialogada ou serem utilizados no tempo de aula presencial como ferramenta de Tecnologias da Informação e Comunicação. Além disso, postar e compartilhar materiais recomendados em sala de aula, criar fóruns de discussão, elaborar enquetes, receber atividades de participação e avaliação dos discentes.

O uso da tecnologia inegavelmente faz parte da vida das novas gerações, e sua aplicação em benefício da educação pode ser considerado um importante caminho para aprimorar o processo de ensino/aprendizagem. Neste contexto, é fundamental explorar novas formas de se ensinar e de se aprender para romper com velhos paradigmas educacionais, muitas vezes centrados em currículos fragmentados, de memorização e transmissão de informações em aulas, onde os alunos se tornam figuras meramente passivas.

No curso de Serviço Social, a utilização das tecnologias de informação e

comunicação se dá através das disciplinas Leitura Crítica da Mídia, e a disciplina eletiva Tecnologias da informação e comunicação e o Serviço Social. Além disso, há a utilização do *moodle* como ferramenta digital.

8. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A Universidade Federal do Triângulo Mineiro reconhece a necessidade de implementar uma avaliação da aprendizagem que se caracterize pela prática humanista/democrática, entendida como ação coletiva e consensual, investigativa e reflexiva, diante da qual, professores e alunos assumam posturas cooperativas, críticas e responsáveis, em consonância com a natureza evolutiva do processo de aprendizagem e com os princípios da formação profissional proposta.

A avaliação da aprendizagem, no Curso de Serviço Social, efetiva-se, obedecendo ao disposto no Regimento Geral e no Regulamento de Graduação da UFTM, cabendo aos docentes a definição dos instrumentos avaliativos. É compreendida como parte do processo de ensino-aprendizagem e produto do processo interacional e contínuo.

Neste sentido, a avaliação não pode se constituir como um apêndice visto que integra o processo de ensino-aprendizagem. Sendo um contínuo trabalho de integração, a avaliação é regida por modos e processos de aprendizagem para ser o que é e para transformar-se no que virá a ser. Esta concepção do trabalho educativo reconhece a múltipla experiência dialógica, vivida diariamente, em todomomento, e não somente em uma situação singular.

Compreendendo que a avaliação da aprendizagem é um mecanismo subsidiário de planejamento e de execução, ela só faz sentido na medida em que serve para o diagnóstico da execução e dos resultados que estão em questão, trabalhando a serviço da melhoria destes resultados. A avaliação deve ser entendida como um processo que parte do diagnóstico para o desenvolvimento, pautando-se por ser uma atividade racionalmente definida, cujas ações são marcadas por decisão clara e explícita do que se está fazendo e para onde possivelmente se encaminham os resultados obtidos.

A perspectiva da avaliação proposta pretende, essencialmente, opor-se ao modelo de avaliação classificatória, segundo a qual ocorre um distanciamento da

relação aluno-professor e a redução do processo de aprendizagem a mecanismos burocráticos e classificatórios.

Entende-se a necessidade da adoção de outra lógica de avaliação, que promova a aprendizagem dos estudantes, bem como a melhoria de práticas pedagógicas. Faz-se necessário, portanto, evoluir no sentido de uma ação reflexiva e desafiadora do educador com vistas a contribuir, elucidar, favorecer a troca de ideias entre e com seus alunos, em movimento de superação do saber transmitido a uma produção de saber enriquecido, construído a partir da compreensão dos fenômenos estudados.

A adoção da avaliação formativa qualitativa e não classificatória, visa propiciar a abordagem de uma dimensão participativa no processo de avaliação, na qual os alunos, reconhecidos como partícipes legítimos do processo de ensino-aprendizagem, devem ser escutados em suas expectativas, acolhidos em suas carências, estimulados em suas curiosidades e incluídos na comunidade investigativa e deliberativa. Enfim, é uma proposta de avaliação na qual se destaca a ideia de protagonismo, sendo o estudante reconhecido como sujeito do processo proposto pelo professor.

A avaliação deve ser coerente com os princípios de uma educação que intenta imprimir o sentido não classificatório, mas cuja prática permita aos educandos, conforme Hoffmann (2000):

- a) momentos para expressar ideias e retomar dificuldades referentes aos conteúdos introduzidos e desenvolvidos
- b) a realização de tarefas em grupo, de modo que haja auxílio mútuo nas dificuldades, garantindo o acompanhamento de cada aluno a partir de tarefas avaliativas individuais em todas as etapas do processo;
- c) possibilidades de aprimoramento, partindo das anotações significativas para professor e aluno, em vez de simplesmente considerar o “certo” ou o “errado”;
- d) a gradação de desafios, partindo de tarefas relacionadas às anteriores, coerentes com novas descobertas e com o surgimento de dificuldades;
- e) a compreensão do processo de avaliação como tomada de decisão, que substitui a tradicional rotina de atribuir conceitos classificatórios às tarefas, calculando médias de desempenho final, de forma a torná-los comprometidos com tal processo.

Hoffmann (2000) afirma ainda que avaliar envolve o acompanhamento do processo de construção do conhecimento do aluno. Assim, a ação avaliativa é compreendida não como julgamento, mas ação do saber provisório a um saber

enriquecido, em que não haja apenas um resultado, mas sempre um processo. A partir dessa compreensão de avaliação, os docentes do curso de Serviço Social deverão definir os critérios e instrumentos de avaliação. Estes devem ser diversificados e coerentes com os princípios da Universalidade, ou seja, de forma processual, mediadora, formativa e contínua e permitir a verificação da aprendizagem do ponto de vista significativo, possibilitando ao aluno a aquisição dos conhecimentos específicos, das competências e habilidades propostas no diálogo professor-aluno.

A definição dos critérios e instrumentos de avaliação, bem como sua operacionalização deverá estar expressa nos planos de ensino de cada componente curricular.

Poderão ser utilizados como critérios/indicadores e instrumentos de avaliação: participação, interesse, frequência, iniciativa, desenvolvimento de atividades/exercícios individuais e em grupos, atitude, postura e construções coletivas, capacidade de apreensão dos conteúdos, capacidade crítica, sequencialógica das ideias, articulação dos assuntos e capacidade de relacionar os conteúdos com a realidade local e regional.

O acompanhamento contínuo e sistemático do trabalho discente será observado pelo docente e coordenação de curso, a partir de seu desempenho, tendo em vista as competências definidas nos perfis. A partir desses resultados serão propostas, caso necessário, intervenções adequadas às necessidades que poderão ser definidas em projetos de ação. Tais projetos poderão ser implementados com a participação de outros setores da universidade, especialmente aqueles voltados à atenção discente.

Além disso, o acompanhamento do aluno pelo docente e coordenação será realizado a partir da observação da sua participação nas atividades promovidas pelo curso, sejam elas de qualquer natureza: extraclasse, oficinas pedagógicas, atividades interdisciplinares, estágios e projetos.

Nestas condições, a avaliação da aprendizagem adquire o valor de uma atividade formativa tanto para professores quanto para alunos, a partir da qual é possível introduzir-se um novo problema ou uma nova situação de aprendizagem que atenda ao conteúdo avaliado no momento.

O processo é considerado como mais importante que o produto, por

permitir ao docente refletir sobre sua prática pedagógica, buscar novas estratégias e recursos, bem como repensar a própria dinâmica.

O discente, por sua vez, compromete-se com a aprendizagem de forma mais efetiva, porque terá a responsabilidade de permanecer em constante processo de estudo. Impede-se, assim, a divisão dos conhecimentos, pois os pontos serão cumulativos e alcançados mediante um esforço constante de reflexão da própria busca de conhecimento.

O professor, mediador do processo, poderá, juntamente com o aluno, rever os conceitos e selecionar novas oportunidades de aprendizagem, ao longo do curso.

Frente às mudanças constantes na sociedade, o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social deve ser constantemente reavaliado, buscando atender às novas demandas. Deve também ser reformulado mediante as necessidades percebidas pela IES, pelo corpo docente e discente, além das mudanças propostas pelo MEC, quando na implementação de novas políticas, bem como de suas visitas para avaliação do curso.

Desta forma, o curso de Serviço Social deve estar em permanente e contínuo processo de avaliação, uma vez que é no cotidiano de implementação do projeto pedagógico que irão surgir os limites e as possibilidades de sua concretização. É a partir da identificação desses limites que os mesmos poderão ser superados, bem como as potencialidades fortalecidas.

8.1 NOVAS OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM

As novas oportunidades de aprendizagem possuem como premissa que o processo de assimilação crítica dos conteúdos pressupõe o compromisso recíproco entre professores e alunos com o exercício permanente do diálogo em sala de aula. Caso os resultados parciais sejam muito distantes dos objetivos do componente curricular, serão oferecidas aos discentes novas oportunidades de aprendizagem através de encontros com o docente para esclarecimento de dúvidas e elaboração de plano de estudos que vise à superação das dificuldades, limitações e fragilidades do aluno. Sob a orientação do professor poderão ser indicadas novas leituras, estudos e trabalhos, bem como o encaminhamento dos alunos aos setores da universidade responsáveis pelo

atendimento psicopedagógico e sua inserção em programas de apoio à graduação existentes na instituição.

9. INFRAESTRUTURA

Para viabilização do PPPC de Serviço Social, conta-se com:

- Salas de aulas equipadas com computadores, ar condicionado e projetor multimídia;
- 1 sala para o Núcleo de Estágio em Serviço Social;
- 1 sala para a secretaria do Núcleo de Estágio em Serviço Social;
- 1 sala para o laboratório Práxis, que também serve de sala de professores e é também compartilhada com o Centro Acadêmico, com computadores e armários;
- salas para docentes, compartilhados com ar condicionado e computadores;
- 1 sala para a coordenação de curso, com computador;
- 1 sala para o departamento de Serviço Social, com computador;
- 1 sala de secretaria coletiva, a qual fica a secretaria responsável pelo Serviço Social;
- 1 sala compartilhada na casa PET, para os Pets de Serviço Social e Licenciaturas;
- 1 laboratório de informática coletiva para o IELACHS;
- Biblioteca com acervo de utilização do Serviço Social e serviços de orientações sobre normalização, pesquisa em base de dados, ficha catalográfica, entre outros,
- Transporte mediante planejamento prévio, para o trabalho de campo, visitas técnicas e de estudo, e outros.

ANEXO A - EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS

Nome do Componente Curricular: Ciência Política
Poder, Sociedade Civil e Estado. Ênfase nos temas atuais da política contemporânea: soberania, autocracia, democracia, socialismo, cidadania. A relação entre o público e o privado.
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>DIAS, Reinaldo. Ciência Política. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>GRAMSCI, A. Maquiavel, a política e o Estado moderno. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.</p> <p>WEBER, M. Ciência e Política: duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2004.</p>
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>BIGNOTO, N. (Org.). Pensar a república. Belo Horizonte: UFMG, 2000.</p> <p>BOURDIEU, P. Razões Práticas. Sobre a teoria da Ação. Campinas-SP: Papyrus, 2004.</p> <p>FOUCAULT, M. Em Defesa da Sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2005.</p> <p>LEFORT, C. Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.</p> <p>WEFFORT, F. Os Clássicos da Política. 14. ed. São Paulo: Ática, 2006. 2 v</p>
Nome do Componente Curricular: Questão Social no Brasil
Ementa: A questão social no Brasil contemporâneo. Exploração do trabalho e desigualdade social. Questão social e lutas de classes. Questão social e particularidades regionais. Expressões da questão social local.
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C.; WANDERLEY, M. B. (Org.). Desigualdade e questão social. 3. ed. São Paulo (SP): EDUC, 2010.</p> <p>PASTORINI, A. A categoria "questão social" em debate. 3. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2010. (Coleção Questões de Nossa Época; v. 17).</p>

SANTOS, J. S. "**Questão social**": particularidades no Brasil. São Paulo (SP): Cortez, 2012. (Biblioteca básica de serviço social).

Bibliografia Complementar:

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo (SP): Boitempo, 2009.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 8. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 4. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2010.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. Colaboração de Sérgio Fausto. 14. ed. São Paulo (SP): Edusp, 2012.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

Nome do Componente Curricular: Formação Sócio-Histórica do Brasil

Ementa: Estudo sobre a formação histórica brasileira, seus modelos econômicos, os conflitos sociais e as formas de organização política. Análise sobre a trajetória histórica brasileira e suas contradições. Reflexão crítica da historiografia sobre a formação do Brasil.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, J. M. **Os bestializados**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

PRADO JR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

Bibliografia Complementar:

FREITAS, M. C. de (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2000.

COSTA, E. V. **Da Monarquia à República – momentos decisivos**. São Paulo: UNESP, 1998.

DAMATTA, R. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986. LINHARES, M. Y. (org.). **História Geral do Brasil**. RJ: Elsevier, 1990.

REIS, J. C. **As identidades do Brasil**. De Varnhagen a FHC. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

Nome do Componente Curricular: Antropologia

Ementa: A relação natureza e cultura. Especificidades da Antropologia: a diversidade e o relativismo cultural como campo teórico; o trabalho de campo como metodologia. Tradições teóricas da antropologia. Temas da antropologia.

Bibliografia Básica:

LAPLANTINE, F. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

LABURTHER-TOLRA, P.; WARNIER, J. **Etnologia-Antropologia**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MELLO, L. G. **Antropologia Cultural**. Iniciação, teoria e temas. 15. ed. Petrópolis, Vozes, 2008.

Bibliografia Complementar:

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2002.

FELDMAN-BIANCO, B. **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: UNESP, 2010.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

LEVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural dois**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2005.

Nome do Componente Curricular: Introdução ao Serviço Social

Ementa: O Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFTM. O significado sócio-histórico do Serviço Social. Projeto Ético Político e Societário: as dimensões político organizativas, jurídicas e o Serviço Social como área de produção do conhecimento. O Serviço Social na contemporaneidade: demandas e perspectivas.

Bibliografia Básica:

MONTÃÑO, C. **A natureza do Serviço Social:** um ensaio sobre sua gênese, sua especificidade e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2009 (parte 1).

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na Cena Contemporânea.** Acesso em 16 de agosto de 2021.

IAMAMOTO, Marilda. **Projeto Profissional, Espaços Sócio-ocupacionais e Trabalho do/a Assistente Social na Atualidade.** CFESS. Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão. 1ª Ed revisada e ampliada. Brasília, 2012.

Bibliografia Complementar:

ABEPSS. **Diretrizes Curriculares para o Serviço Social.** Disponível em <https://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>

IAMAMOTO, Marilda V.. [Os Espaços Sócio-ocupacionais do Assistente Social.](#) CFESS, ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. CEAD/UnB. Brasília. 2009.. Disponível em: [os-espacos-socio-ocupacionais-do-assistente-social-marilda-201608200501015865260.pdf \(abepss.org.br\)](https://www.abepss.org.br/abepss/assistentes-sociais/espacos-socio-ocupacionais-do-assistente-social-marilda-201608200501015865260.pdf). Acesso em 16 de agosto de 2021.

CEAD/UnB. Brasília. 2009. Disponível em: [PROJETOS SOCIETRIOS E PROJETO PROFISSIONAL \(abepss.org.br\)](#) Acesso em 16 de agosto de 2021.

CFESS. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional.** 2022 (pdf). Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf> . Acesso em setembro de 2022.

RAMOS, Sâmya Rodrigues. A Importância da Articulação entre a ABEPSS, Conjunto CFESS/CRESS e ENESSO para a Construção do Projeto Ético- político do Serviço Social. Temporalis, Brasília, DF, ano 11, n. 22, jul./dez. 2011. Disponível em [ramos-samya-rodrigues-201608060412162753570.pdf \(abepss.org.br\)](#) Acesso em 16 de agosto de 2021.

Filmografia

Disponíveis em <https://www.abepss.org.br/tv-abepss.html> 80 anos SS no Brasil -

Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=qExDNXsdy2A> vídeo 25 anos de Diretrizes Curriculares

Ementa: O advento da sociedade moderna e a constituição da sociologia como ciência. As matrizes clássicas do pensamento sociológico.

Bibliografia Básica:

ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

QUINTANEIRO T.; BARBOSA, M. L. O.; OLIVEIRA, M. G.M. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

Bibliografia Complementar:

BOTTOMORE, T. B. **Introdução à sociologia**. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**: texto integral. Tradução Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2008.

FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. (orgs.). **Sociologia e sociedade**: leituras de introdução à Sociologia. 22ª tir. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008. 143 p.

WEBER, M.. **Ciência política**: duas vocações. Texto integral. Tradução Jean Melville. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2009. 128 p.

Nome do Componente Curricular: Universidade e Formação Acadêmica

Ementa: A educação superior, a formação profissional em Serviço Social, e o conhecimento científico. A universidade: ensino, pesquisa e extensão na construção do conhecimento; a organização da vida acadêmica. Diretrizes para a construção de seminários; oficinas, redação de trabalhos científicos (resenhas, resumos, fichamentos, entre outros). Produção de conhecimentos e participação em eventos.

Bibliografia Básica:

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 3. ed. São Paulo (SP): Paz e Terra, 2011.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed rev. e atual São Paulo (SP): Cortez, 2013. 304 p.

Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Biblioteca Central. Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos baseado nas normas de documentação da ABNT / Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Biblioteca Central. 3. ed. -- Uberaba, 2019.

Bibliografia Complementar:

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, P. **Educação e Mudança** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

JACOBINI, M.L.P. **Metodologia do trabalho científico**. 4. Ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo (SP): Hucitec, 2008. 407 p. (Saúde em debate, 46).

MONFREDINI, Ivanise. (Org) **A universidade como espaço de formação de sujeitos**. Santos, SP: Editora Universitária Leopoldianun, 2016.

Nome do Componente Curricular: Filosofia

Ementa: Surgimento e consolidação do pensamento filosófico. Temas filosóficos: linguagem e pensamento; natureza e cultura; ética e estética; vida e morte; ideologia e trabalho; poder e política. O pensar filosófico e o seu impacto na elaboração do conhecimento do homem sobre si mesmo, o outro e o mundo.

Bibliografia Básica:

CHAUI, M. Convite à filosofia. 7. ed. São Paulo: Ática, 2001. 440 p. ISBN:

LARAIA, R. B.. Cultura: um conceito antropológico. 19. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. 117 p. (Antropologia Social). Inclui anexos, bibliografia.

SEVERINO, A. J. Filosofia. SP: Cortez, 1993. (Magistério 2º grau. Série formação geral).

Bibliografia Complementar:

ARENDET, H. **A Condição Humana**. 8. ed. RJ: Forense-Universitária/ Rio de Janeiro:Salamandra/ São Paulo:EDUSP, 1997.

CASSIRER, E. **Antropologia Filosófica**. Trad. Dr. Vicente Felix de Queiroz. 2. ed. SP: Mestre Jou, 1977.

CORDI, C. **Para filosofar**. 3. ed. São Paulo: Scipione, 1999. 223 p.

GAARDEN, J. **O Mundo de Sofia**: romance da história da filosofia. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 555 p.

Nome do Componente Curricular: Leitura e Produção de Textos

Ementa: Leitura e interpretação. Produção de textos acadêmicos: argumentação e dissertação. Coerência e Coesão. Escrita e reescrita. Plágio na escrita acadêmica. Variedade padrão.

Bibliografia Básica:

FARACO, C. A.; TEZZA, C. **Prática de texto**: Língua Portuguesa para estudantes universitários. Petrópolis: Vozes, 2006.

KOCH, I. G.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2008.

KROKOSZ, M. Autoria e plágio: um guia para estudantes, professores, pesquisadores e editores. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar:

ANTUNES, I. **Lutar com palavras**: coesão e coerência. São Paulo: Parábola, 2005.

KOCH, I. G.; ELIAS, V. M. **Ler e escrever**: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MARTINS, D. S.; ZILBERKNOP, L. S. **Português instrumental**: de acordo com as normas atuais da ABNT. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

Nome do Componente Curricular: Economia Política

Ementa: A constituição da economia política como campo científico. O Liberalismo, o Keynesianismo, o Neoliberalismo e a crítica Marxista da Economia Política. Os projetos societários gestados nos modos de organização das relações econômico-políticas de produção e reprodução. As mudanças contemporâneas no padrão e acumulação e suas expressões na economia brasileira e internacional.

Bibliografia Básica:

BRAZ, M.; NETTO, J.P. **Economia Política:** uma introdução crítica. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

HUNT, E. K.; SHERMAN, H. J. **História do pensamento econômico.** 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. 25. ed. Tradução Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2008. v. 1 e 2.

Bibliografia Complementar:

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social.** Tradução de Lya Luft. São Paulo: Boitempo, 2010.

KEYNES, J. M.. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda.** Tradução de Mario Ribeiro da Cruz. São Paulo: Atlas, 1982.

MARX, K. **Grundrisse:** manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução de Mário Duayer. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

VASCONCELLOS, M. A. S. de. **Economia:** micro e macro. São Paulo: Atlas, 2010.

Nome do Componente Curricular: Fundamentos Históricos E Teórico-Metodológico do Serviço Social I

Ementa: Emergência e expansão do capitalismo monopolista. O surgimento do Serviço Social na Europa e nos EUA. A compreensão do significado social da profissão: particularidades do seu movimento sócio-histórico na América Latina e no Brasil. O Serviço Social e as influências do empirismo, do humanismo cristão, do positivismo e do estrutural-funcionalismo. Serviço Social no Brasil: processo de profissionalização e as influências franco-belga e norte-americana.

Bibliografia Básica:

GOIN, Mariléia. **Fundamentos do Serviço Social na América Latina e no Caribe:** conceituação, condicionantes sócio-históricos e particularidades profissionais. Campinas/SP. Papel Social, 2019.

MARTINELLI, M. L. **Serviço social: identidade e alienação.** 16. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2012.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Bibliografia Complementar:

CASTRO, M. M.. História do serviço social na América Latina. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ESTEVÃO, A. M. R. O que é Serviço Social. Rio de Janeiro. Brasiliense, 2005.

MONTAÑO, C. A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a "especificidade" e sua reprodução. 2. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2009.

Nome do Componente Curricular: Classes e Movimentos Sociais

Ementa: Perspectivas teóricas sobre as classes sociais e suas configurações na sociedade brasileira contemporânea, enfatizando as condições de trabalho e vida, as manifestações ideo-políticas e sócio-culturais, formas de luta e organização das classes subalternas; os movimentos sociais em suas relações com as diferentes forças sociais e políticas.

Bibliografia Básica:

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado, classe e movimento social. São Paulo: Cortez, 2010. 384 p. (Biblioteca básica do Serviço Social).

IASI, Mauro Luís. **O conceito e o “não conceito de classes em Marx.”**. In _____ Ensaio sobre a consciência e emancipação- 2 ed. São Paulo: expressão Popular, 2011.

LESSA, Sergio. TONET, Ivo. **Proletariado e sujeito revolucionário**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

Bibliografia Complementar:

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo (SP): Expressão Popular, 2010. 78 p.

ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Artur (org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

BOGO, Ademar. **A organização política da classe trabalhadora**. In: Organização política e política de quadros – 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 201

GONÇAVES, S. R. **Classes sociais, luta de classes e movimentos sociais** In GONÇALVES S. R., ORSO, Paulino Jose, , MATTOS, Valci Maria (org) Educação e luta de classes -2.ed.- São Paulo Expressão Popular, 2013 . 144p

GOHN, Maria da Gloria Marcondes. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2008. 120 p. (Questões da nossa época, 123).

Nome do Componente Curricular: Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)

Ementa: Introdução à Língua Brasileira de Sinais. História da educação dos surdos. A legislação sobre libras: Lei 10.436 de 24/04/2002.

Bibliografia Básica:

DICIONÁRIO ENCICLOPÉDICO ILUSTRADO TRILÍNGUE: **Língua de Sinais Brasileira** de Fernando César Capovilla; Walkiria Duarte Raphael. Editora: EDUSP/2008.

FALCÃO, L. A. B. **Aprendendo a LIBRAS e reconhecendo as diferenças**: um olhar reflexivo sobre a inclusão: estabelecendo novos diálogos. Recife: [s.n.], 2007. 304 p.

GESSER, A. **Libras?**: Que língua é essa? São Paulo: Parábola, 2009. 87 p. (Estratégias de ensino, 14).

Bibliografia Complementar:

FERNANDES, E. **Linguagem e Surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SACKS, O. **Vendo vozes**: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

SKLIAR, C. (org.). **Atualidade da educação bilíngue para surdos**. Porto Alegre: Ed. Mediação, 1999, volumes 1 e 2.

STROBEL, K. **História da Educação de Surdos**. Florianópolis: UFSC, 2009.

STROBEL, K. L; FERNANDES, S. **Aspectos Linguísticos da Língua Brasileira de Sinais**. Curitiba-PR: SEED/SUED/DEE, 1998.

Nome do Componente Curricular: Política Social e Serviço Social I

Ementa: Natureza e função das políticas sociais no Estado capitalista. Construção e crise do Estado de Bem-Estar Social nos países capitalistas centrais. As políticas sociais nos países de capitalismo periférico e suas particularidades na sociedade brasileira.

Bibliografia Básica:

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 5ª edição. São Paulo. Ed. Cortez, 2000.

BOSCHETTI, Ivanete. **A seguridade social na América Latina**. In: Política Social no Capitalismo - Tendências Contemporâneas. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009. (p. 174-195).

CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais** - Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. (disponível online).

Bibliografia Complementar:

BRISOLA, Elisa. Estado **Penal, criminalização da pobreza e Serviço Social**. Ser Social, Brasília, v.14, n.30, p.127-154, 2012.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **As três economias políticas do Welfare State**. Lua Nova, São Paulo, n.24, p.85-116, set. 1991.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil**. In: CFESS/ABEPSS/CEADNE/UnB. Capacitação em serviço social e política social. Módulo 3. Brasília: CEAD/UnB, 2000. p.41-55.

FLEURY, S. **Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina**[online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994.

LAURELL, A. C. et al. (Orgs.). In: **Estado e Políticas Sociais do Neoliberalismo** São Paulo: Cortez, 1995, p. 151-178.

Nome do Componente Curricular: Legislação Social Aplicada ao Serviço Social I

Ementa: Organização do Estado e dos poderes. Direitos e garantias fundamentais da cidadania. Direitos humanos e direitos sociais. Legislação profissional

Bibliografia Básica:

BOBBIO, N. **Estado, governo e sociedade**. 18. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

SIMÕES, C. **Curso de Direito do Serviço Social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Bibliografia Complementar:

COUTO, Berenice R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (7ª Região). **Contribuição para um exercício profissional comprometido com a defesa dos direitos humanos**. 2013. disponível em: <http://cressrj.org.br/download/arquivos/cartilha-dh2013.pdf>

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (6. Região). **Contribuições para o exercício profissional de assistente social: coletânea de Leis**. Belo Horizonte (MG): CRESS, 2013.

FORTI, V.; BRITES, M. C. (org). **Direitos humanos e Serviço Social: polêmicas, debates e embates**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2013.

SIMÕES, Carlos. **Teoria e crítica dos direitos sociais: o Estado social e o Estado**

democrático de direito. Cortez: São Paulo, 2013.

Nome do Componente Curricular: Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II

Ementa: Contexto Político Econômico da América Latina. Análise da trajetória teórico-prática do Serviço Social no contexto da realidade brasileira e as influências das matrizes do pensamento social. O Movimento de Reconceituação, intenção de Ruptura com o conservadorismo, tradição marxista.

Bibliografia Básica:

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2000 (parte II, capítulo 2).

_____. **Renovação e conservadorismo no serviço social:** ensaios críticos. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e serviço social:** uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Bibliografia Complementar:

CARLI, R. **Fenomenologia e Questão Social:** limites de uma filosofia. 1ed. Campinas/SP. Papel Social, 2013. (coleção didática do Serviço Social; v. 1.

AGUIAR, Antonio Geraldo de. Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá. São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, Marilda. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.** São Paulo, Cortez, 15ª edição, 2003.

NETTO, J. P. **A Reconceituação:** ainda viva 40 anos depois. In: Alayón, N. (Org.). Trabajo Social Latinoamericano - A 40 años de la Reconceptualización. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Fundamentos históricos e teóricos-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social.** In: GUERRA, Yolanda. ORG. (et al). Serviço Social e seus fundamentos: conhecimentos e crítica. Campinas: Papel Social, 2018.

Nome do Componente Curricular: Movimentos Sociais, Realidade Regional e Local

Ementa: Trajetória histórica dos movimentos sociais no Brasil, Movimentos sociais na contemporaneidade. Configurações dos movimentos sociais em âmbito local e regional.

Bibliografia Básica:

ABRAMIDES, Maria Beatriz. DURIGUETO, Maria Lúcia. **Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária (org.)**. São Paulo: Cortez, 2014.

MASSON, Gabriela Abrahão. A questão agrária e a luta pela reforma agrária no Triângulo Mineiro. Curitiba: Appris, 2020.

STÉDILE, João Pedro. Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil / 2. ed. São Paulo (SP): Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2012.

Bibliografia Complementar:

BRUZIGUESSI, Bruno. BEZERRA, Cristina Simões. JESUS, Michelle Neves Capuchinho Nilo Marques de. ALAGOANO, Verônica Medeiros (Organizadores). **Questão agrária e políticas públicas em Minas Gerais: Conflitos sociais e alternativas populares**. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo (SP): Expressão Popular, 2008.

IASI, Mauro. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2. Ed. São Paulo (SP): Expressão Popular, 2013.

ALTIERI, Miguel. **A Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3 ed. São Paulo (SP): Expressão Popular, 2019; Rio de Janeiro (RJ): AS-PTA, 2019.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10. Ed. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 2010.

Nome do Componente Curricular: Ética e Serviço Social I

Ementa: Os fundamentos ontológicos da dimensão ético-moral da vida social: caráter sócio-histórico da ética e da moral. A natureza da ética em sua dimensão filosófica e seu objeto de reflexão. Questões éticas contemporâneas.

Bibliografia Básica:

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo (SP); Ática, 2009.

TORRES, João Carlos Brum (org.). **Manual de ética**: questões de ética teórica e aplicada : contribuições para estudo da ética filosófica e análise de problemas morais. Petrópolis (RJ); Caxias do Sul (RS): Vozes: EDUCS, 2014.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. 31. ed. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 2010.

Bibliografia Complementar:

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo (SP): Perspectiva, 2009

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e serviço social**: fundamentos ontológicos. 8. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2010.

HABERMAS, Jürgen. **A ética da discussão e a questão da verdade**. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2004.

NUSSBAUM, Martha Craven. **A fragilidade da bondade**: fortuna e ética na tragédia e na filosofia grega. São Paulo (SP): WMF Martins Fontes, 2009.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. 7. ed. Rio de Janeiro (RJ): Record, 2003.

Nome do Componente Curricular: Legislação Social Aplicada ao Serviço Social II

Ementa: Legislações sociais pertinentes ao trabalho do/a Assistente Social (Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto da Pessoa Idosa, Lei Brasileira de Inclusão, Lei Maria da Penha, Lei Orgânica da Saúde, Lei Orgânica da Assistência Social, etc). Direito de Família.

Bibliografia Básica:

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (6. Região). **Contribuições para o exercício profissional de assistente social**: coletânea de Leis. Belo Horizonte (MG): CRESS, 2013.

SIMÕES, C. **Curso de Direito do Serviço Social**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO, G. I. **Sistema Único de Saúde:** comentários à Lei Orgânica da Saúde: Leis nº 8.080 e nº 8.142/90. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 2007.

GOIS, Dalva Azevedo de; OLIVEIRA, Rita C. S. **Serviço social na justiça de família:** demandas contemporâneas do exercício profissional. São Paulo (SP): Cortez, 2020. 149 p. (Temas sociojurídicos).

MARGARITES, Gustavo Conde. **A constituição da assistência social como um campo de política pública no Brasil.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2020.

MARTINS, S. P. **Direito da seguridade social.** 30. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TENORIO, Emilly Marques. **Lei Maria da Penha e medidas de proteção:** entre a polícia e as políticas. Campinas: Papel Social, 2018.

Nome do Componente Curricular: Política Social e Serviço Social II

Ementa: A configuração da seguridade social no Brasil. A reestruturação do capitalismo e a configuração das políticas sociais no contexto neoliberal.

Bibliografia Básica:

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social e trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil. Brasília: Letras Livres, Ed. da UnB, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2008.

MOTA, Ana Elizabeth. Cultura da Crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da Previdência e da Assistência Social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo, Cortez, 1995.

Bibliografia Complementar:

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.9-23.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania? Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n.79, p.108-132, 2004.

IAMAMOTO, Marilda. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In:

BOSCHETTI, Ivanete et al. Política social no capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2018. (p. 13-43).

MOTA, A. E. **Cultura da crise e seguridade social:** um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo (SP): Cortez, 2008.

SILVA, Maria Ozanira da; YASBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo Di. A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Nome do Componente Curricular: Ética e Serviço Social II

Ementa: A construção do *ethos* profissional: valores e implicações no exercício profissional. O Código de Ética na história do Serviço Social Brasileiro. O Código de 1993 e a constituição do projeto ético-político da categoria. Questões éticas contemporâneas no cotidiano profissional.

Bibliografia Básica:

BARROCO, Maria Lucia; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado.** São Paulo (SP): Cortez, 2012.

FORTI Valéria; GUERRA, Yolanda. (orgs). 4. ed. **Ética e Direitos:** ensaios críticos. Rio de Janeiro (RJ): Lumen Juris, 2013.

FORTI, Valéria. **Ética, crime e loucura:** reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional 2. ed. Rio de Janeiro (RJ) : Lumen Juris, 2010.

Bibliografia Complementar:

BARROCO, Lucia Maria Silva (2015). **Não passarão!** Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 124, out./dez. (p. 623-636).

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e projetos profissionais:** os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil. Campinas (SP): Papel Social, 2013.

CFESS – **CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de ética profissional do(a) assistente social.** Brasília, DF: CFESS, 1993.

FERNANDES, Neide. **Sigilo e ética do/a assistente social.** São Paulo (SP): Cortez, 2018.

NETTO, José Paulo. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social.** In: MOTA, Ana Elisabete et al (orgs.). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, Opas, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

Nome do Componente Curricular: Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III

Ementa: O redimensionamento da profissão frente às transformações societárias e a construção do projeto profissional. As tendências teórico-metodológicas no Serviço Social na contemporaneidade. As sistematizações teórico-metodológicas a partir do marxismo e as principais polêmicas no Serviço Social. Estudo da teoria e do método em Marx e suas contribuições para a profissão. O III CBAS (1979). Diferenciação: pluralismo e luta pela hegemonia na formação e na categoria profissional.

Bibliografia Básica:

SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.) **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje:** reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo/SP: Cortez, 2019.

NETTO, J. P. **O Serviço Social e a tradição marxista.** Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 30, 1989.

SIMIONATO, Ivete. **As abordagens marxistas no estudo dos fundamentos no Serviço Social.** In: GUERRA, Yolanda. ORG. (et al). Serviço Social e seus fundamentos: conhecimentos e crítica. Campinas: Papel Social, 2018.

Bibliografia Complementar:

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura:** perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo, Cortez, 2002. Págs.17 a 38.

ABRAMIDES, M.B.C. **O Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro:** ruptura com o conservadorismo. São Paulo/SP: Cortez, 2019.

NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e Serviço Social.** in Serviço Social e Sociedade No 50. Págs.87 a 106.

Webnários e Lives:

O debate dos Fundamentos no Serviço Social", do 1º Seminário Nacional - Fundamentos do Serviço Social, realizado no dia 06 de novembro de 2017, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Rio de Janeiro. <https://youtu.be/vhPDrpUf8vs>

Precisamos discutir os fundamentos do Serviço Social para responder ao tempo presente!, 2021". Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=u8SpbeoVhHs&ab_channel=TVABEPSS

Interlocuções da profissão com o marxismo. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=Toll-URauvk&ab_channel=CortezEditora

Nome do Componente Curricular: Leitura Crítica da Mídia
Ementa: Liberdade de expressão e direito à comunicação. Respostas da audiência. Algoritmos e pós-verdade. Leitura crítica e produção de mensagens midiáticas.
Bibliografia Básica: ASSIS, Juliana Alves, KOMESU, Fabiana e POLLET, Marie-Christine (org.). Desordem informacional e propagação de fake news: a importância da formação do leitor. Scripta . Belo Horizonte, v. 25, 54, 2021. SILVEIRA, Sergio Amadeu da. Colonialismo de Dados: Como Opera a Trincheira Algorítmica na Guerra Neoliberal . São Paulo: Autonomia Literária, 2021. SILVERSTONE, R. Por que estudar a mídia? São Paulo: Loyola, 2002.
Bibliografia Complementar: BARTHES, Roland. O óbvio e o obtuso. Lisboa: Edições 70, 2009. BRIGGS, A.; BURKE, P. Uma história social da mídia . 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. BUCCI, Eugênio. Existe Democracia sem verdade Factual? . São Paulo: estação das Letras e Cores, 2019. HALL, S. Da diáspora . Belo Horizonte: UFMG, 2004. ENDLER, Sergio e ESPÍNDOLA, Polianne Merie. Teorias da Comunicação . Porto Alegre: Editora Unisinos, 2014.

Nome do Componente Curricular: Introdução ao Estágio em Serviço Social
Ementa: O estágio na formação profissional em Serviço Social: legislações e debates ético-políticos articulados com as entidades da categoria ABEPSS/CFESS/CRESS/ENESSO. Espaços sócio-ocupacionais de atuação profissional e campos de estágio. Laboratório NESS/UFTM: diretrizes, normativas e documentos de estágio. Visitas Técnicas. Participação em eventos da categoria sobre estágio supervisionado.

Bibliografia Básica:

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, 2010. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf

IAMAMOTO, Marilda V. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CFESS/ABEPSS, Brasília/DF, 2009. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/iamamoto-201804131241048556780.pdf>

UFTM. **Regulamento de Estágio em Serviço Social**. NESS/CSS, Uberaba/MG, 2023.

Bibliografia Complementar:

CAPUTI, L. **Supervisão de Estágio em Serviço Social**. Campinas/SP, Papel Social, 2021.

CFESS. Meia formação não garante direitos: o que você precisa saber sobre a supervisão direta de estágio em Serviço Social. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_ESTAGIO-SUPERVISIONADO.pdf

CFESS. Regulamentação da profissão de Assistente Social. Lei nº 8662 jun, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm

MESQUITA, A. Pacheco de. GUERRA, Y. GONÇALVES, A. de Menezes.(Orgs.) **Dicionário Crítico: Estágio Supervisionado em Serviço Social**. Fortaleza/CE: Socialis, 2019.

NESS. **Documentos de Estágio do Curso de Serviço Social da UFTM**. Disponíveis em <https://www.uftm.edu.br/servico-social>

Nome do Componente Curricular: Pesquisa Social I

Ementa: A pesquisa como princípio científico, educativo e prática social. A investigação como dimensão constitutiva do trabalho do Assistente Social e como subsídio para produção de conhecimento em Serviço Social. As matrizes teóricas na pesquisa. Tipos de pesquisa (quanto a natureza, fins e meios de pesquisa entre outros). Uso de indicadores sociais na pesquisa. Aproximação com a realidade local/regional, por meio da ação investigativa com ênfase no objeto de estudo. O plágio na pesquisa em Serviço Social.

Bibliografia Básica:

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo (SP): Atlas, 2021.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 3. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010. 107 p. (Temas sociais)

Bibliografia Complementar:

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 11. ed. São Paulo (SP): Hucitec, 2008. 407 p. (Saúde em debate, 46).

SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa em serviço social: utopia e realidade**. 4. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2009. 181 p.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed rev. atual. São Paulo (SP): Cortez, 2013. 304 p.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo (SP): Atlas, 2017. 175 p.

Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Biblioteca Central. Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos baseado nas normas de documentação da ABNT / Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Biblioteca Central. 3. ed. - Uberaba, 2019.

Nome do Componente Curricular: Política Social e Serviço Social III

Ementa: O papel dos sujeitos políticos na formulação das políticas sociais públicas e privadas. Formulação e gestão das políticas sociais. A constituição e gestão do fundo público.

Bibliografia Básica:

BOSCHETTI, Ivanete. **Avaliação de políticas, programas e projetos sociais** (p. 665-682). In: Serviço Social - Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. (disponível online).

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci e a sociedade civil**. 2000. Disponível em <<http://www.acesa.com/gramsci/?id=209&page=visualizar>>.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo Público e Financiamento das Políticas Sociais no Brasil**. Serviço Social em Revista (disponível online), v. 14, p. 4-22, 2012b.

Bibliografia Complementar:

COUTINHO, Carlos N. **A democracia como valor universal**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

RAICHELIS, Raquel. **Democratizar a Gestão das Políticas Sociais** – Um Desafio a Ser Enfrentado pela Sociedade Civil. In: Política Social. Módulo 03. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Brasília, CFESS, ABEPSS, CEAD/NED-UNB, 2000.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo público e Seguridade Social no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2010, 430p.

SILVA, Frederico Barbosa da; JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. **Políticas sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias**. (disponível online).

TEIXEIRA, J. B. **Formulação, administração e execução de políticas públicas** (p. 553-574). In: Serviço Social - Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. (disponível online).

Nome do Componente Curricular: Supervisão Acadêmica de Estágio Supervisionado em Serviço Social I

Ementa: Análise da realidade socioinstitucional articulada às diversas expressões da questão social, à política social e as complexas relações de exploração de classe, raça e gênero na análise do perfil da população usuária e as dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo da prática profissional. A construção dos documentos de Estágio. Processo de supervisão sistemática. Visitas institucionais.

Bibliografia Básica:

MESQUITA, A. Pacheco de. GUERRA, Y. GONÇALVES, A. de Menezes.(Orgs.) **Dicionário Crítico:** Estágio Supervisionado em Serviço Social. Fortaleza/CE: Socialis, 2019.

IAMAMOTO, Marilda V. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. In: **Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional.** Disponível em: <https://www.poderesocial.com.br/wp-content/uploads/2021/03/texto-As-Dimens%C3%B5es-%C3%89tico-pol%C3%ADticas-e-Te%C3%B3rico-metodol%C3%B3gicas-no-Servi%C3%A7o.pdf>

SANTOS, Cláudia Mônica. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. In: **Conexões Gerais**, Revista. CRESS 6ª região. Disponível em: <https://www.cress-mg.org.br/arquivos/Revista-3.pdf> (páginas 25- 30).

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, J. P.; DINIZ, M. I.; DUARTE, M. J. O.; SILVA, a. P. P.; MACHADO, L. M. O.; GOUÊIA, R. P.; SILVA, R. P.; MARTINS, T. C. S. Formação em Serviço Social: relações patriarcais de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades. Temporalis, v.21, p.293-309, 2021. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/37235/24543>

BAPTISTA, M. V.; BATTINI, O.(Orgs.). **A prática profissional do assistentesocial:** teoria, ação, construção do conhecimento. São Paulo: Veras Editora, 2009.

CAPUTI, L. **Supervisão de Estágio em Serviço Social.** Campinas/SP, Papel Social, 2021.

GUERRA, Y.; FORTI, V. (orgs.) **Serviço Social:** Temas, textos e contextos. 4. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

NESS. **Documentos de Estágio do Curso de Serviço Social da UFTM.** Disponíveis em <https://www.uftm.edu.br/servico-social>

Nome do Componente Curricular: Estágio Supervisionado em Serviço Social I

Ementa: Vivência do cotidiano da prática profissional no campo de estágio. Análise da realidade socioinstitucional e as dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo da prática profissional. A construção dos documentos de Estágio. Processo de supervisão sistemática. Participação no Fórum de Estágio em Serviço Social da UFTM.

Bibliografia Básica:

MESQUITA, A. Pacheco de. GUERRA, Y. GONÇALVES, A. de Menezes.(Orgs.) **Dicionário Crítico: Estágio Supervisionado em Serviço Social**. Fortaleza/CE: Socialis, 2019.

CAPUTI, Leslieane. **Supervisão de Estágio em Serviço Social: significâncias e significados**. In: Rev. katálysis 19 (03) • Oct-Dec 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-49802016.003.00009> e em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1414-49802016.003.00009>

NESS. **Documentos de Estágio do Curso de Serviço Social da UFTM**. Disponíveis em <https://www.uftm.edu.br/servico-social>

Bibliografia Complementar:

Textos acerca de parâmetros para atuação da/o assistente social conforme a área de realização de estágio da/o estudante.

Nome do Componente Curricular: Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social IV

Ementa: O debate sobre Serviço Social e o “mundo do trabalho”; o confronto com o neoliberalismo e a constituição da hegemonia do “projeto éticopolítico”. O Serviço Social como área de conhecimento e sua produção científica. A questão da instrumentalidade, as categorias: cotidiano, mediação, ontologia e o serviço social.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, M. C. B.; NETTO, J. P. Cotidiano: conhecimento e crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GUERRA, I. A. D. A instrumentalidade do Serviço Social. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010. PONTES, R. N. Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Bibliografia Complementar:

FORTI, V.; GUERRA, Y. (orgs.) Serviço Social, temas, textos e contextos: Rio de Janeiro: Lúmen Júris 2010.

HELLER, A.. O cotidiano e a história. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

SANTOS, C. M. Na prática a teoria é outra. Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lúmen Júris Editora. 2010.

SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, I. (Orgs.). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: UFJF, 2012.

RAMOS, Adriana, SANTOS, F.h. c (org.) A dimensão técnico-operativa no trabalho do assistente social : ensaios críticos. Campinas: Papel Social, 2018.

Nome do Componente Curricular: Psicologia

Ementa: As perspectivas teóricas contemporâneas em Psicologia Social na contemporaneidade. Os processos de subjetivação em curso no contexto atual do capitalismo.

Bibliografia Básica:

CHAUI, M. de S. **O que é ideologia** (Coleção primeiros passos, 13). 31. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

FARR, R. **Raízes da Psicologia Social Moderna**. Vozes: Petrópolis, 2010.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2010.

Bibliografia Complementar:

GERGEN, K.J. **An invitation to social construction**. 2. ed. London: Sage Publications, 2010.

JACQUES, M. da G. C. *et al.* **Psicologia social contemporânea:** livro-texto. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LOPES, L. P. da M. (Org.). **Discursos de identidade:** discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (Org.). **Linguagem, gênero, sexualidade:** clássicos traduzidos. São Paulo: Parábola, 2010.

SIMON, C. P.; MELO-SILVA, L.L; SANTOS, M. A. dos. **Formação em psicologia: desafios da diversidade na pesquisa e na prática.** São Paulo: vetor, 2005.

Nome do Componente Curricular: Política Social e Serviço Social IV

Ementa: Políticas sociais setoriais, políticas afirmativas, políticas agrárias, agrícola e políticas alimentares no Brasil. Políticas públicas de equidade, distribuição e redistribuição.

Bibliografia Básica:

MASSON, Gabriela Abrahão. **A questão agrária e a luta pela reforma agrária no Triângulo Mineiro.** Curitiba: Appris, 2020.

SILVA, M. G. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável:** um desafio ético político ao serviço social. São Paulo: Cortez, 2012.

THEODORO, Mario (org.); et al. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil:** 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008. (Disponível online).

Bibliografia Complementar:

JACCOUD, Luciana. Racismo e República: O Debate Sobre o Branqueamento e a Discriminação Racial no Brasil. Brasília: IPEA, 2008. (Disponível online).

JACCOUD, Luciana (org.). A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos. Brasília: IPEA, 2009. (Disponível online).

BRUZIGUESSI, Bruno. BEZERRA, Cristina Simões. JESUS, Michelle Neves Capuchinho Nilo Marques de. ALAGOANO, Verônica Medeiros (Organizadores). Questão agrária e políticas públicas em Minas Gerais: Conflitos sociais e alternativas populares. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2021. (Disponível online).

PRADO JÚNIOR, Caio. A questão agrária no Brasil. São Paulo (SP): Brasiliense, 2010.

STÉDILE, João Pedro. Questão agrária no Brasil. São Paulo (SP): Atual, 2009.

Nome do Componente Curricular: A dimensão técnico-operativa do Serviço Social

Ementa: A conjuntura e o trabalho de assistente social. As dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo no trabalho de assistente social. O planejamento e a elaboração do projeto de trabalho de assistente social. A dimensão técnico-operativa: Instrumentos e técnicas em Serviço Social (relatórios e pareceres,

entrevista, grupo, visita domiciliar, estudo socioeconômico, reunião, articulação com movimentos sociais).

Bibliografia Básica:

ABREU, Maria Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura:** perfis pedagógicos da prática profissional. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2016.

FORTI, V. GUERRA, Y (orgs). **Serviço social:** temas textos e contextos. Coletânea nova do serviço Social. Rio de Janeiro, Lumem Juris, 2010.

SANTOS, C. M. **Na prática a teoria é outra?** Mitos e dilemas na relação entre teoria e prática, instrumentos e técnicas do Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2011.

Bibliografia Complementar:

CFESS. Atuação do Assistente Social no sociojurídico: subsídios para uma reflexão. Brasília: CFESS, 2014.

FAVERO, Eunice. O Estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos. Debate atuais no judiciário, no penitenciário e na previdência social. 11. Ver. Ampl. São Paulo: Cortez, 2014.

MAGALHAES, Selma Marques. Avaliação e linguagem: relatórios, laudos e pareceres. 4.ed.revis. São Paulo: Veras, 2016.

Nome do Componente Curricular: Temas Contemporâneos

Ementa: Temas da atualidade e transversais como: ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, trabalho, consumo, diversidade, cultura, História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Aprofundamento de temáticas tendenciais em diferentes enfoques.

Bibliografia Básica:

ANTUNES, Ricardo. O Privilégio da Servidão: o Novo Proletariado de Serviços na era Digital. Boitempo: 2018.

KRENAK, Ailton; CAMPOS, Yussef. Lugares de origem. São Paulo: Jandaira, 2021.

RODRIGUES, A.S. SILVA, D.T.da.; PAULA, M.M. de.; DUARTE, R.A. (Orgs.). Serviço Social e debates contemporâneos: trilhando reflexões para o trabalho e a formação profissional. Curitiba/PR: CRV, 2021.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: http://www.prograd.ufu.br/sites/prograd.ufu.br/files/media/documento/lei_ndeg_11.645_-_historia_e_cultura_afro-brasileira_e_indigena.pdf

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Moraes dos. Feminismo, diversidade sexual e serviço social. São Paulo (SP) : Cortez, 2019.

SCHEFFER, Graziela; ZACARIAS, Inez; CLOSS, Thaisa. Serviço social e Paulo Freire: diálogos sobre educação popular. São Paulo: CRV, 2021.

SILVA, Maria das Graças e. Questão ambiental e o desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012.

Nome do Componente Curricular: Pesquisa Social II

Ementa: Elementos constitutivos do projeto de pesquisa social (o objeto de pesquisa, o problema de pesquisa, justificativa e problematização, objetivos, referencial teórico, procedimentos metodológicos, recursos, cronograma). Compromisso ético do pesquisador, Comitê de Ética de Pesquisa e resoluções. O plágio na pesquisa em Serviço Social. Relatório de pesquisa e o regulamento do TCC do curso de Serviço Social da UFTM.

Bibliografia Básica:

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo (SP): Atlas, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo (SP): Hucitec, 2008. 407 p. (Saúde em debate, 46).

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo (SP): Atlas, 2017. 175 p.

Bibliografia Complementar:

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 3. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010

MARTINELLI, Maria Lúcia (org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo (SP): Veras, 2010. 143 p. (Série Núcleo de Pesquisa, 1).

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed Petrópolis (RJ): Vozes, 2010. 107 p. (Temas sociais)

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo (SP): Atlas, 2017. 175 p.

Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Biblioteca Central. Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos baseado nas normas de documentação da ABNT / Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Biblioteca Central. 3. ed. - Uberaba, 2019.

Nome do Componente Curricular: Supervisão Acadêmica de Estágio Supervisionado em Serviço Social II

Ementa: Problemática do contexto socioinstitucional, das requisições institucionais, das demandas dos usuários, da rede socioassistencial e das respostas profissionais. Cotidiano profissional e as relações de poder, de controle e da burocracia institucional. Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. A construção dos documentos de Estágio. Processo de supervisão sistemática. Visitas institucionais.

Bibliografia Básica:

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na Prática a Teoria é Outra?** Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro/RJ, Lumen e Juris, 2010.

BAPTISTA, M. V.; BATTINI, O. **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção do conhecimento**, v. I - São Paulo: Veras Editora, 2009.

FORTI, Valéria. GUERRA, Yolanda.(Orgs.) **Serviço Social: temas, textos e contextos**. (Coletânea Nova de Serviço Social). Rio de Janeiro/RJ. Lumen e Juris 2010.

Bibliografia Complementar:

CAPUTI, Leslieane. **Supervisão de Estágio em Serviço Social:** significâncias e significados. In: Rev. katálysis 19 (03) • Oct-Dec 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-49802016.003.00009> e em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1414-49802016.003.00009>

FALEIROS, V. P. **Saber profissional e poder institucional.** 8. ed. São Paulo Cortez, 2008.

MARTINS, Ludson Rocha. A questão dos documentos profissionais no Serviço Social. Temporalis, Brasília (DF), ano 17, n. 33, jan./jun. 2017. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/15102>.

NESS. **Documentos de Estágio do Curso de Serviço Social da UFTM.** Disponíveis em <https://www.uftm.edu.br/servico-social>

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio no serviço social.** São Paulo: Cortez, 2009.

Nome do Componente Curricular: Estágio Supervisionado em Serviço Social II

Ementa: Vivência do cotidiano da prática profissional no campo de estágio. Análise da realidade socioinstitucional e as dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo da prática profissional. Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Construção dos documentos de Estágio. Processo de supervisão sistemática. Participação no Fórum de Estágio em Serviço Social da UFTM.

Bibliografia Básica:

MESQUITA, A. Pacheco de. GUERRA, Y. GONÇALVES, A. de Menezes. (Orgs.) **Dicionário Crítico:** Estágio Supervisionado em Serviço Social. Fortaleza/CE: Socialis, 2019.

CAPUTI, Leslieane. **Supervisão de Estágio em Serviço Social:** significâncias e significados. In: Rev. katálysis 19 (03) • Oct-Dec 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-49802016.003.00009> e em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1414-49802016.003.00009>

NESS. **Documentos de Estágio do Curso de Serviço Social da UFTM.** Disponíveis em <https://www.uftm.edu.br/servico-social>

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na Prática a Teoria é Outra?** Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro/RJ, Lumen e Juris, 2010.

Bibliografia Complementar:

Textos acerca de parâmetros para atuação da/o assistente social conforme a área de realização de estágio da/o estudante.

Nome do Componente Curricular: Serviço Social e Processo de Trabalho I

Ementa: A perspectiva marxiana do trabalho como categoria fundante do sersocial e sua especificidade na sociedade burguesa. Processo de trabalho, Trabalho produtivo e improdutivo, trabalho alienado. A inserção do Serviço Social como especificação do trabalho coletivo e os desafios do trabalho profissional face às mudanças no padrão de acumulação capitalista e regulação social.

Bibliografia Básica:

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política:** uma introdução crítica. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MARX, K. O Capital: **Crítica da Economia Política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 26 ed. 2008.

IAMAMOTO, M. V. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 36. ed. São Paulo: Cortez, 2012

Bibliografia Complementar:

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. S. Paulo, Cortez, 2011.

IASI, M. L. **Ensaio sobre consciência e emancipação.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LOURENÇO, E. A. S. L.; NAVARRO, V. L.; BERTANI, I. F.; SILVA, J. F. S.; SANT'ANA, R. S. (Orgs.). **Averso do Trabalho II:** Trabalho, precarização e saúde do trabalhador. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2010.

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século 20:** taylorismo, fordismo e toyotismo. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2010.

Nome do Componente Curricular: Trabalho de Conclusão de Curso I

Ementa: Processo de sistematização do conhecimento, expressão da totalidade da formação profissional em Serviço Social em seus aspectos teórico, metodológicos e operativos. Elaboração de síntese do processo de formação por meio da produção de conhecimento. Elaboração parcial do trabalho de conclusão de curso em serviço social.

Bibliografia Básica:

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14 ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

UFTM. Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos baseado nas normas de documentação da ABNT. 3. ED. Biblioteca Central: UFTM. 3. ed. Uberaba, MG, 2019.

Bibliografia Complementar:

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: método e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Contexto, 2011.

Nome do Componente Curricular: Administração e Serviço Social

Ementa: As teorias organizacionais e os modelos gerenciais na organização do trabalho e no desenvolvimento da administração pública no Brasil. Administração de políticas e serviços nas diversas áreas sociais. Funções gerenciais no âmbito da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil.

Bibliografia Básica:

MESZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Editora Boitempo, 2011.

PINTO, G.A. **A organização do trabalho no século XX:** taylorismo, fordismo e Toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOUZA FILHO, R. **Gestão democrática e serviço social:** princípios e propostas para a intervenção crítica. São Paulo: Editora Cortez, 2016. (Biblioteca Básica de Serviço Social, vol. 7).

Bibliografia Complementar:

BERTOLLO, K. Planejamento em serviço social: tensões e desafios no exercício profissional. *Temporalis*, 16(31), 333-356, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2016v16n31p333-356>

SILVA, Ademir Alves. A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. Formulação, administração e execução de políticas públicas. *Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Conselho Federal de Serviço Social. Disponível em: <https://cressrn.org.br/files/arquivos/5x595ziU0wuEf5yA63Zw.pdf>

Nome do Componente Curricular: Supervisão Acadêmica de Estágio Supervisionado em Serviço Social III

Ementa: Dimensões (investigativa/interventiva) no exercício profissional. Projeto de Trabalho Profissional e Projeto Social. Perfis Pedagógicos da prática profissional em disputa. A construção dos documentos de Estágio. Processo de supervisão sistemática. Visitas institucionais.

Bibliografia Básica:

ABREU, M. M. **Serviço social e a organização da cultura:** perfis pedagógicos da prática profissional. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

COUTO, Berenice Rojas. Formulação de Projeto de Trabalho Profissional. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais** - Brasília: CFESS/ABEPSS, v.1, 2009. Disponível em:

SANTOS, C.M. LEWGOY, A.M.B. ABREU, M.H.E. **A supervisão de estágio em Serviço Social:** aprendizados, processos e desafios. (Coletânea Nova de Serviço Social). Rio de Janeiro/RJ. Lumen e Júrís, 2016.

Bibliografia Complementar:

GUERRA, Y. **O estágio supervisionado como espaço de síntese da unidade dialética entre teoria e prática: o perfil do profissional em disputa**. In: SANTOS, C.M.

GUERRA, Y. **Dimensão Investigativa no exercício profissional**. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/C8pQHQOyl68c9Bc41x5Y.pdf>

NESS. **Documentos de Estágio do Curso de Serviço Social da UFTM**. Disponíveis em <https://www.uftm.edu.br/servico-social>

VASCONCELOS, Ana Maria. **A/O assistente social na luta de classes: projetos profissionais e mediações teórico-práticas**. São Paulo: Cortez, 2015.

Nome do Componente Curricular: Serviço Social e Processo de Trabalho II

Ementa: Os elementos constitutivos do processo de trabalho do assistente social e os desafios profissionais diante do processo de reestruturação produtiva e crise do capitalismo. O objeto de intervenção profissional e as demandas tradicionais e emergentes postas ao Serviço Social nos diversos espaços ocupacionais da profissão. O assistente social como trabalhador e o produto do seu trabalho: A crise da materialidade no Serviço Social.

Bibliografia Básica:

ALVES, G. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Práxis, 2007.

SANTOS, J. S. **Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleções da nossa época: v.132)

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 3. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2008.

Bibliografia Complementar:

ANTUNES, R. **A desertificação neoliberal no Brasil**: (Collor, FHC e Lula). 2. ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2005.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo (SP): Xamã, 1996.

FREIRE, L.M. B. **O Serviço Social na reestruturação produtiva**: espaços, programas e trabalho profissional. 2. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2006.

LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo

(SP): Cortez, 2007.

SERRA, R. M. S. **Crise de materialidade no serviço social**: repercussões no mercado profissional. 3. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2010.

Nome do Componente Curricular: Estágio Supervisionado em Serviço Social III

Ementa: Vivência do cotidiano da prática profissional no campo de estágio. Análise da realidade socioinstitucional e as dimensões investigativas e interventivas da profissão. Construção de Projeto de Trabalho Profissional alinhado com Perfis Pedagógicos da prática profissional. Construção dos documentos de Estágio. Processo de supervisão sistemática. Participação no Fórum de Estágio em Serviço Social da UFTM.

Bibliografia Básica:

MESQUITA, A. Pacheco de. GUERRA, Y. GONÇALVES, A. de Menezes. (Orgs.) **Dicionário Crítico:** Estágio Supervisionado em Serviço Social. Fortaleza/CE: Socialis, 2019.

CAPUTI, Leslie. **Supervisão de Estágio em Serviço Social**: significâncias e significados. In: Rev. katálysis 19 (03) • Oct-Dec 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-49802016.003.00009> e em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1414-49802016.003.00009>

COUTO, Berenice Rojas. Formulação de Projeto de Trabalho Profissional. In. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais** - Brasília: CFESS/ABEPSS, v.1, 2009. Disponível em:

NESS. **Documentos de Estágio do Curso de Serviço Social da UFTM**. Disponíveis em <https://www.uftm.edu.br/servico-social>

Bibliografia Complementar:

Textos acerca de parâmetros para atuação da/o assistente social conforme a área de realização de estágio da/o estudante.

Nome do Componente Curricular: Trabalho de Conclusão de Curso II

Ementa: Processo de sistematização do conhecimento, expressão da totalidade da formação profissional em Serviço Social em seus aspectos teórico, metodológicos e operativos. Elaboração de síntese do processo de formação por meio da produção de conhecimento. Elaboração final do trabalho de conclusão de curso em serviço social.

Bibliografia Básica:

ECO, U. **Como se faz uma tese**. 24. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14 ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

Bibliografia Complementar:

ALVES, Geovanne ; SILVA ' João Bosco Feitosa da . **Métodos e Técnicas de pesquisa sobre o mundo do Trabalho**. São Paulo: Práxis, 2014

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: método e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Contexto, 2011.

UFTM. Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos baseado nas normas de documentação da ABNT. 3. ED. Biblioteca Central: UFTM. 3. ed. Uberaba, MG, 2022.

Nome do Componente Curricular: Processo de Supervisão em Serviço Social

Ementa: Supervisão em Serviço Social: textos e contextos da assessoria e consultoria e da supervisão técnica. Particularidades da Supervisão de Estágio (de campo e acadêmica). A supervisão de estágio como síntese das múltiplas determinações da relação entre formação e exercício profissional. Projeto Ético Político e Perfil Profissional da/do Assistente Social no Brasil.

Bibliografia Básica:

ABREU, Marina M. **Serviço Social e Organização da Cultura:** perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo/SP, Cortez, 2002.

CAPUTI, Leslieane. **Supervisão de Estágio em Serviço Social.** Coleção Didática do Serviço Social n.05. Campinas/SP, Papel Social, 2021.

LEWGOY, Alzira M. B.. **Supervisão de estágio no Serviço Social:** desafios para a formação e exercício profissional. São Paulo/SP: Cortez, 2009.

Bibliografia Complementar:

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio em Serviço Social.** Disponível em <https://www.abepss.org.br/politica-nacional-de-estagio-da-abepss-11>

MATOS, Maurílio Castro de. Assessoria, consultoria, auditoria, supervisão técnica. In: CFESS e ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CFESS. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil:** Formação, Condições De Trabalho E Exercício Profissional. 2022. Disponível em : <http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>

COMPONENTES ELETIVOS

As disciplinas eletivas serão ofertadas semestralmente, conforme previsão pelo presente PPPC, cabendo ao Colegiado de Curso a definição de possibilidades de oferta que concorram para o enriquecimento curricular do aluno.

Serão oferecidas como atividades, previstas na matriz curricular do curso de Serviço Social da UFTM, constituindo uma opção para o aluno complementar seus estudos independentes e outras atividades acadêmico-científico-culturais, bem como a formação didático-pedagógica.

As disciplinas eletivas serão oferecidas com base nas necessidades dos alunos considerando o interesse dos grupos de pesquisas, demandas oriundas do cotidiano e experiências vivenciadas a partir da inserção na realidade, nos respectivos Eixos Temáticos e também os critérios definidos pelo corpo docente.

EMENTÁRIO ELETIVAS

Nome do Componente Curricular: Adoção e Acolhimento de Crianças e Adolescentes
Ementa: Aspectos históricos, conceituais e legais da adoção. Acolhimento familiar e institucional. O trabalho interdisciplinar e do/a Assistente Social na adoção e no acolhimento de crianças e adolescentes. Adoção e preconceito.
Bibliografia Básica: BORGIANNI, Elisabete. MACEDO, Lilian Magda de O Serviço social e a psicologia no universo judiciário . Campinas (SP): Papel Social, 2018. KREUZ, Sergio Luiz. Direito à convivência familiar da criança e do adolescente: direitos fundamentais, princípios constitucionais e alternativas ao acolhimento institucional. Curitiba (PR): Juruá, 2012. LEVINZON, Gina Khafif. Adoção . 3. ed São Paulo (SP): Casa do Psicólogo, 2009.
Bibliografia Complementar: FERREIRA, Luiz Antônio Miguel. Adoção: guia prático doutrinário e processual com as alterações da lei n.12010 de 03/08/2009. São Paulo (SP): Cortez, 2010. GUEIROS, Dalva Azevedo. Adoção consentida: do desenraizamento social da família à prática de adoção aberta. São Paulo (SP): Cortez, 2007. GUIMARÃES, Lilian de Almeida. Conversando com crianças sobre adoção . São Paulo (SP): Casa do Psicólogo, 2010. MOTTA, Maria Antonieta Pisano. Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção. 3. ed São Paulo (SP): Cortez, 2008. WEBER, Lidia Natalia Dobriansky. Pais e filhos por adoção no Brasil: características, expectativas e sentimentos. Curitiba (PR): Juruá, 2010.
Nome do Componente Curricular: A dimensão sócioeducativa do Serviço Social
Ementa: As dimensões constitutivas do Serviço Social. Bandeiras de luta defendidas e construídas pelas entidades representativas da categoria. Configurações da Dimensão Educativa e o Serviço Social. Fundamentos do trabalho sócio-educativas.

Bibliografia Básica:

ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

GRASMCI, A. **Cadernos do Cárcere**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2010.

IASI, M. L. **Ensaio sobre Consciência e Emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Bibliografia Complementar:

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. **Ações educativas e Serviço Social: características e tendências na produção bibliográfica**. Revista Temporalis, Brasília (DF), n. 21, p. 211-237, jan./jun. 2011.

TORRES, M. M. **As múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social: intervenção e o trabalho sócio-educativo**. Serviço Social em Revista, 2009.

IASI, M. L. **Cinco teses sobre a formação social brasileira** (notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática). Serv. Soc. Soc., n° 136, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/bwh6wBvg87WnLx35Z8wPVvr/abstract/?lang=pt> Acessado em: 28 de ago. 2022

ABREU, M. M.; CARDOSO, F. G. **Mobilização social e práticas educativas**. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**: Módulo 04: O trabalho do Assistente Social e as políticas sociais. Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000.

BARROCO, M. L.; TERRA, S. H. **Código de Ética do Assistente Social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

Nome do Componente Curricular: A Política de Assistência Social e o Trabalho do Assistente Social

Ementa: A Política de Assistência Social no Brasil: perspectiva histórica. A contrarreforma e a orientação das políticas sociais. Os marcos conceituais da Política de Assistência Social brasileira: análise crítica. O trabalho do Assistente Social na Política de Assistência Social: campo de contradições.

Bibliografia Básica:

BATTINI, O. Assistência Social: **constitucionalização, representação, práticas**. São Paulo (SP): Veras, 2001. (Série Temas; v. 2).

COUTO, B. R. (Org.). **O sistema único de assistência social no Brasil: uma realidade em movimento**. 2. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2011.

MOTA, A. E. (Org.). **O mito da Assistência Social: ensaios sobre estado, política e sociedade**. 4. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2010.

Bibliografia Complementar:

BOSCHETTI, I. **Seguridade social e trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil**. Brasília (DF): Letras Livres, UB, 2006. (Coleção Política Social; v. 1).

BEHRING, E. R. **Política social no capitalismo tardio**. 4. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2009.

FREIRE, L. M. B. (Org.). **Serviço social, política social e trabalho: desafios e perspectivas para o século XXI**. 2. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2006.

MESTRINER, M. L. **O estado entre a filantropia e a assistência social**. 3. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2008.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. 2. ed. São Paulo (SP): Cortez, 1996.

Nome do Componente Curricular: Comunicação, Promoção da Saúde e Literacia para a Saúde

Ementa: A comunicação em saúde nos diversos ambientes de prática e as estratégias para comunicar e contestar informações em saúde. O processo de comunicação e o direito à informação e fluxos de informação nos serviços e sistemas de saúde. A Literacia para a saúde e a comunicação em saúde como estratégia para a promoção da saúde.

Bibliografia Básica:

ARAÚJO, Inesita Soares de; CARDOSO, Janine Miranda. **Comunicação e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014. 149 p. (Temas em saúde). ISBN 9788575411254.

Saboga-Nunes, Luis et all. **O papel da literacia para a saúde e educação para a saúde na promoção da saúde**. Curitiba:CRV, 2019.

SILVA, Maria Júlia Paes da. **Comunicação tem remédio: a comunicação nas relações interpessoais em saúde**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2007. 133 p.

Bibliografia Complementar:

CASTIEL, Luis David; GUILAM, Maria Cristina Rodrigues; FERREIRA, Marcos Santos. **Correndo o risco**: uma introdução aos riscos em saúde. Rio de Janeiro (RJ): Ed. FIOCRUZ, 2010. 134 p. (Temas em saúde).

CORCORAN, Nova (Org.). Comunicação em saúde: estratégias para promoção de saúde. São Paulo: Roca, 2011. 214 p. Tradução de: *Communicating health: strategies for health promotion*.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 143 p.

PASSERINO, Liliana Maria (Org.) et al. **Comunicar para incluir**. Porto Alegre: CRBF, 2013. 474 p.

VASCONCELLOS, Marcelo Simão de; CARVALHO, Flávia Garcia de; ARAÚJO, Inesita. **O jogo como prática de saúde**. Rio de Janeiro (RJ): Editora Fiocruz, 2018. 134 p.

Nome do Componente Curricular: Deficiência, Cidadania e Inclusão

Ementa: Pessoas com Deficiências, Incapacidades e Necessidades Especiais. Legislações e políticas públicas de acessibilidade, promoção, inclusão, defesa e garantia de direitos de pessoas com deficiências, incapacidades físicas, sensoriais e mentais, síndromes, doenças crônicas, altas habilidades. Intervenção individual e coletiva junto à pessoa com deficiência e sua família.

Bibliografia Básica:

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Julho/2015. Brasília.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva:** com os pingos nos "is".13. ed. Porto Alegre (RS) : Mediação, 2019.

SPOZATI, Aldaíza (org). **Proteção social de cidadania:** inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar:

AMIRALIAN, Maria Lucia Toledo Moraes (org). **Deficiência visual:** perspectiva na contemporaneidade. São Paulo (SP): Vetor, 2009.

IGNARRA, Carolina, CONTRI, Tabata; BATHE. Raphael. **Inclusão:** conceitos, histórias e talentos das pessoas com deficiência. Rio de Janeiro (RJ) : Qualitymark, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér, SANTOS, Maria Terezinha Teixeira dos. **Atendimento educacional especializado:** políticas públicas e gestão nos municípios. São Paulo (SP): Moderna, 2011.

SILVA, Tânia Fernandes. **Acessibilidade:** edificações, mobiliários e espaços para uma real inclusão escolar. Rio de Janeiro (RJ): Wak, 2015.

SKLIAR, Carlos (Org.) **A surdez:** um olhar sobre as diferenças. 6.ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

Nome do Componente Curricular: Documentação, Sistematização e produção de Conhecimentos em Serviço Social

Ementa: Comunicação científica, divulgação científica e difusão de informações em ciência, tecnologia e inovação. A produção do conhecimento como expressão do trabalho humano. Pesquisas e produção de conhecimentos, a documentação e sistematização no contexto da formação e do trabalho profissional do assistente social.

Bibliografia Básica:

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Brasil) (org.). **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos**: debates atuais no judiciário, no penitenciário e na previdência social. 11. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2020. 182 p.

DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. **Redação de artigos científicos** métodos de realização, seleção de periódicos, publicação. 2. ed. São Paulo (SP):Atlas, 2021. 300 p

Bibliografia Complementar:

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo (SP): Atlas, 2009. 216 p.

CARDOSO, Maria de Fátima Matos. **Reflexões sobre instrumentais em serviço social**: observação sensível, entrevista, relatório, visitas e teorias de base no processo de intervenção social. São Paulo (SP): LCTE, 2008. 125 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo (SP): Atlas, 2019. 230 p.

MACHADO, Anna Rachel (coord.). **Planejar gêneros acadêmicos**: escrita científica, texto acadêmico, diário de pesquisa, metodologia. São Paulo (SP): Parábola, 2011. 116 p.

SCORSOLINI-COMIN, Fabio. **Guia de orientação para iniciação científica**. São Paulo (SP): Atlas, 2014. xiv, 165 p,

Nome do Componente Curricular: Envelhecimento na contemporaneidade

Ementa: O processo de envelhecimento. Políticas sociais de atenção a pessoa idosa, legislação brasileira, instituições de longa permanência, rede de suporte social e proteção social.

Bibliografia Básica:

BOSCHETTI, I. et al. **Política social no capitalismo:** tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

COSTA, R. C. **A terceira idade hoje:** sob a ótica do Serviço Social. Canoas: UBRA, 2009.

MINISTERIO DA SAÚDE. **Estatuto do Idoso.** 4. ed. Brasília: Ministério da Saúde. 2010.

Bibliografia Complementar:

ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Org.). **Família:** redes, laços e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social:** fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de Serviço Social, v.2). BRASIL.

Constituição: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 2013.

SPOZATTI, A. **Proteção social de cidadania:** inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal. São Paulo: Cortez, 2011.

WITTER, C.; BURITI, M. A. (Orgs.), **Envelhecimento e contingências da vida.** Campinas: Alínea. 2011.

Nome do Componente Curricular: Estágio Não Obrigatório Supervisionado em Serviço Social

Ementa: Espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social. Estágio supervisionado como atividade de construção de competências e habilidades profissionais. Espaço de aprendizagem do cotidiano do trabalho do/a assistente social. Mediações entre formação e trabalho profissional, e o conhecimento das particularidades das expressões da questão social e as políticas sociais na realidade regional.

Bibliografia Básica:

CAPUT, Lesliane. **Supervisão de Estágio em Serviço Social**. Papel Social, 2021.

LEGWOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio no serviço social**. São Paulo: Cortez, 2009.

PONTES, R.N. **Mediação e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1997.

Bibliografia Complementar:

Revista Conexões Geraes. Disponível em <http://www.cress-mg.org.br/publicacoes>

COELHO, M. **Imediaticidade**: na prática profissional do assistente social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

FORTI, V.; GUERRA, Y. (orgs). **Serviço Social: temas, textos e contextos**. (coletânea Nova de Serviço Social). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

BURIOLLA, Marta A. Feitem. **Estágio supervisionado**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Nome do Componente Curricular: Famílias e Serviço Social

Ementa: Evolução e transformações sócio-históricas da família. A família na sociedade contemporânea. Famílias e a intervenção do Serviço Social no contexto das políticas sociais.

Bibliografia Básica:

ACOSTA, A. R.; VITALER, M. A. F. (Org.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais- PUC/SP, 2010.

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (org.). **Política Social, Família e Juventude**: uma questão de direitos. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Bibliografia Complementar:

ASSIS, Z. (coord.). **Família em perspectiva**: uma abordagem multidisciplinar. Curitiba, Juruá, 2012.

DUARTE, M. J. O.; ALENCAR, M. M. T. (Org.). **Família & famílias**: práticas sociais

e conservações contemporâneas. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumenm Juris, 2013.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Tradução Leandro Konder. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GOIS, Dalva Azevedo de; OLIVEIRA, Rita C. S. **Serviço social na justiça de família: demandas contemporâneas do exercício profissional**. São Paulo (SP): Cortez, 2020. 149 p. (Temas sociojurídicos).

MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. **O trabalho com grupos em serviço social: a dinâmica de grupo como estratégia para reflexão crítica**. 5. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2019.

Nome do Componente Curricular: Geografia Agrária

Ementa: Abordagens teórico-metodológicas da Geografia Agrária. Agricultura, feudalismo e capitalismo. Formação territorial e a questão da terra. Modernização da agricultura e formação dos complexos agroindustriais no Brasil. Estado e políticas para agricultura. Povos tradicionais, movimentos socioterritoriais, luta pela terra e reforma agrária. Direitos humanos e justiça social no campo. Transformações recentes na organização espacial do campo. As dinâmicas socioambientais e a agricultura na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Bibliografia Básica:

MARTINS, J. S. O cativo da terra. 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 2005.

OLIVEIRA, A. U. (Org.); Marques, Marta Inez Medeiros (Org.). O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela, Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, A. U. Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/pdf/Livro_ari.pdf>

Bibliografia Complementar:

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec, 1993.

FERNANDES, B. M. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERREIRA, Darlene Aparecida. O Mundo rural e Geografia: geografia agrária no Brasil de 1930-1990. São Paulo: Unesp, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, J. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: UNICAMP/ IE, 1996.

STÉDILE, J. P. Questão agrária no Brasil. 10ª ed. São Paulo: Atual, 2009.

Nome do Componente Curricular: Geografia Urbana

Ementa: A Geografia e a análise do urbano. Conceito de cidade e de urbano. Origem da cidade e o processo histórico de urbanização. Urbanização e industrialização. Urbanização nos países “periféricos” e no Brasil. Rede urbana. Produção do espaço urbano capitalista, usos do solo e agentes estruturadores. Relações cidade/campo. O papel da metrópole no capitalismo e suas relações com as demais escalas do urbano. Problemática socioambiental urbana e movimentos sociais.

Bibliografia Básica:

CARLOS, A. F. A; SOUZA, M. L; SPÓSITO, M. E. B. (orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

MUNFORD, L. **A cidade na história**. 2 vols. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.

Bibliografia Complementar:

CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. CORREA, R. L. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1989. Série Princípios.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

VASCONCELOS, P. A; CORRÊA, R. L; PINTAUDI, S. M. (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: StudioNobel/Fapesp, 1998.

Nome do Componente Curricular: Marx e Marxismos

Ementa: Pensamento marxiano e marxismos. Estudo historiográfico do marxismo, suas mudanças e trajetória. Autores clássicos do marxismo.

Bibliografia Básica:

LENIN, V. **Esquerdismo: Doença Infantil do Comunismo**. São Paulo: Anita Garibaldi

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

Bibliografia Complementar:

ANDERSON, P. **A crise da crise do marxismo**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

ENGELS, F & MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo, Grijalbo, 1977.

FONTANA, J. **A História dos Homens**. Bauru-SP, EDUSC, 2004.

VILAR, P. "História marxista, história em construção". In: LE GOFF, J & NORA, P.(org.) **História: Novos Problemas**. Rio de Janeiro, F. Alves, 1979.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a Pedagogia Moderna**. São Paulo/Campinas: Cortez/Autores Associados, 1991.

MARTINS, Pura Lúcia. **Didática e as Contradições da Prática**. Campinas: Papirus, 1998.

Nome do Componente Curricular: Meio Ambiente e Serviço Social

Ementa: A influência do sistema capitalista sobre o meio ambiente e o social em uma perspectiva histórica. As respostas da natureza às ações humanas, o aquecimento global e a proposta de desenvolvimento sustentável e a crítica. A responsabilidade do homem sobre o seu meio: leis e políticas públicas, responsabilidade social. A gestão ambiental e a ocupação dos espaços/território. A formação do sujeito ecológico: a conscientização, conservação e educação ambiental. O "lixo" na sociedade: o tratamento dos resíduos sólidos, os catadores e as organizações. O Serviço Social e o meio ambiente

Bibliografia Básica:

PHILIPPI JR., A.; PELICIONI, M. C. F. **Educação ambiental e sustentabilidade**. São Paulo: Manole, 2014.

SILVA, M. G. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável**: um desafio ético político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012.

PHILIPPI JR, A.; ALVES, A. C. **Curso interdisciplinar de direito ambiental**. Barueri (SP): Manole, 2011.

Bibliografia Complementar:

PÉREZ, A. G.; GÓMEZ, J. A. D.; AGUADO, O. V. **Serviço Social e meio ambiente**. São Paulo: Cortez, 2004.

BARROS, R. T. V. **Elementos de gestão de resíduos sólidos**. Belo Horizonte (MG): Tessitura, 2012.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MENDES, R. C. L. O. **O Social e ambiental na lógica do capitalismo**. Franca- SP: UNESP, 2009.

SEIFFERT, M. E. B. **Gestão ambiental**: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. 2. ed. São Paulo (SP): Atlas, 2011.

Nome do Componente Curricular: Questão Agrária e Políticas Públicas no Brasil

Ementa: Compreender a particularidade da questão social no Brasil, a questão agrária, a partir da formação sócio histórica brasileira na configuração de capitalismo tardio. Analisar a reforma agrária enquanto política pública redistributiva, a questão agrária na atualidade e a importância dos movimentos sociais na luta pela redemocratização de terras no Brasil e no Triângulo Mineiro/ MG.

Bibliografia Básica:

SANTOS, Josiane Soares. **Questão social**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**: programas de reforma agrária - 1946-2003. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. v. 3.

_____; FERNANDES, Bernardo Maçano. **Brava Gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2012.

Bibliografia Complementar:

FABRINI, João Edmilson. **Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário**. São Paulo (SP) : Outras Expressões, 2014.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

STÉDILE, João Pedro. **Questão Agrária no Brasil**. 10.ed. São Paulo: Atual, 2009.

_____. **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária – 1946 2003**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019. v. 3.

Nome do Componente Curricular: Saúde e Serviço Social

Ementa: O processo histórico da inserção dos Assistentes Sociais na saúde. Desafios profissionais frente às demandas sociais da saúde. Os espaços sócio ocupacionais dos Assistentes Sociais na saúde. O Assistente Social como interlocutor profissional dos princípios do Sistema Único de Saúde. Projeto de Reforma Sanitária e o Projeto Ético-Político do Serviço Social e seus debates no exercício profissional do Assistente Social.

Bibliografia Básica:

MOTA, A. E.; BRAVO, M. I. S.; et al (Orgs). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

BRAVO, M. I. S. **Serviço Social e Reforma Sanitária: lutas sociais e práticas profissionais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRAVO, M. I. S. **Saúde e Serviço Social no capitalismo: fundamentos sócio-históricos**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

Bibliografia Complementar:

VASCONCELOS, A. M.. **A Prática do Serviço Social:** cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde.** CFESS: Brasília. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais, 2010.

VASCONCELOS, E. M.(Org.). **Saúde Mental e Serviço Social:** o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MIOTO, R. C. T.; NOGUEIRA, V. M. R.. Serviço Social e Saúde: desafios intelectuais e operativos. **SER Social.** V. 11, No. 25. Brasília. UNB, jul./dez. 2009.

BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C.. **Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua Relação com a Reforma Sanitária:** elementos para o debate. Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

Nome do Componente Curricular: Serviço Social e Relação de Gênero

Ementa: A diversidade de gênero enquanto construção social e gênero na formação sócio-histórica do Brasil. Diversidade sexual e o debate de gênero. A interseccionalidade de classe, gênero e raça no Brasil.

Bibliografia Básica:

CISNE, Mirla. SANTOS, Silvana Mara Moraes dos. Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018. (Biblioteca Básica do Serviço Social)

FERREIRA, Guilherme Gomes. Diversidade Sexual e de Gênero e o Serviço Social no Sociojuridico. São Paulo: Cortez, 2018. (Coleção Temas Sociojuricos)

SAFFIOTI, Heleieth IB. **O poder do Macho.** São Paulo; Moderna, 1987 (Coleção Polêmica).

Bibliografia Complementar:

DAVIS, Angela. Mulheres, Raça e Classe. São Paulo, Boitempo, 2016.

CISNE, Mirla. Feminismo e Consciência de Classe no Brasil. São Paulo, Cortez, 2014.

CISNE, Mirla. Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SCHUMACHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (orgs) Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

XAVIER, Giovana. FARIAS, Juliana Barreto. GOMES, Flávio. (orgs) Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-emancipação. São Paulo: Selo Negro, 2012.

Nome do Componente Curricular: Mídias, Comunicação e o Serviço Social

Ementa: O uso das mídias na sociedade contemporânea. A comunicação, o direito a informação, o direito de acesso a informações e o Serviço Social. As potencialidades do uso das plataformas digitais para o Serviço Social. O impacto das novas tecnologias de informação e comunicação no cotidiano profissional do Assistente Social.

Bibliografia Básica:

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**: volume 1. 6. ed São Paulo (SP): Paz e Terra, 2010. 698 p. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, 1).

DEMO, P. **Educação hoje**: “novas tecnologias”, pressões e oportunidades. São Paulo: Atlas, 2009.

SALES, M, A.; RUIZ, J. L. S. **Mídia, questão social e serviço social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Bibliografia Complementar:

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**: volume 2. 6. ed São Paulo (SP): Paz e Terra, 2008. 530 p. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, 2).

DUDENEY, Gavin; HOCKLY, Nicky; PEGRUM, Mark. **Letramentos digitais**. São Paulo (SP): Parábola, 2016. 351 p.,

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 3. ed São Paulo (SP): Ed. 34, 2010. 270 p. (Trans).

ROJO, Roxane Helena R. (org.). **Escola conectada**: os multiletramentos e as TICs. São Paulo (SP): Parábola, 2019. 215 p.,

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. tradução: Carmen Grisci. Petrópolis: Vozes, 2011

Nome do Componente Curricular: Teoria Social crítica e Serviço Social

Ementa: Estudo sobre a teoria social crítica e sua influência no Serviço Social brasileiro, analisando as conquistas e os limites dessa apropriação para a materialização e efetivação do projeto ético político da profissão na atualidade.

Bibliografia Básica:

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política: livro primeiro: volume 1. 26. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista:** texto integral. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

SIMIONATTO, I. **Gramsci:** sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 4. ed. São Paulo, 2011.

Bibliografia Complementar:

COUTINHO, C. N. **Intervenções:** o marxismo na batalha das idéias. São Paulo(SP): Cortez, 2006.

IASI, M. L. **Ensaio sobre consciência e emancipação.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Ditadura e serviço social:** uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política:** uma introdução crítica. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Nome do Componente Curricular: Pensamento Sociológico e as Interfaces com o Serviço Social

Ementa: O pensamento social brasileiro do século XX. O processo histórico de apropriação de matrizes teórico-metodológicas europeias no Brasil. Os problemas históricos brasileiros em face do Serviço Social. A atualidade do pensamento social brasileiro no século XXI

Bibliografia Básica:

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, 220 p.

REIS, J. C. **As identidades do Brasil:** de Varnhagen a FHC: volume 1. 9. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010, 278 p.

_____. **As identidades do Brasil 2:** de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda? Rio de Janeiro: FGV, 2010. 240 p.

Bibliografia Complementar:

BASTOS, E. R. Atualidade do pensamento social brasileiro. **Soc. estado**. [online]. 2011, vol.26, n.2

FREYRE, G. **Casa grande & senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Apresentação Fernando Henrique Cardoso. 51. ed. São Paulo: Global, 2010. 728 p.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 431 p.

FERNANDES, F. **Sociedades de classes e subdesenvolvimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 267 p.

CARDOSO, F.; IANNI, O. **Homem e sociedade**. São Paulo: Nacional, 1975. 317 p.

Nome do Componente Curricular: Pobreza e Cidadania

Ementa: Os vários conceitos e discussões da pobreza e da desigualdade no Brasil, as possibilidades e limites das políticas públicas no combate à pobreza, a questão da meritocracia e na transferências de renda. As relações entre pobreza, desigualdade, discriminação racial e gênero. As principais consequências da pobreza, preconceitos e ausência de direitos sociais.

Bibliografia Básica:

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a Assistência Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

VIEIRA, E. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2004.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

Bibliografia Complementar:

ABRANCHES, S. H. **Os Despossuídos: crescimento e pobreza no país do milagre**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

CODES, A. L. M. **A Trajetória do Pensamento Científico Sobre Pobreza: Em direção a uma visão complexa**. Texto para Discussão. IPEA: Brasília, 2008.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**. Afinal, do que se trata? Rio de Janeiro. Editora FGV. 2003

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

TELLES, V. S. **Pobreza e Cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2001

Nome do Componente Curricular: Políticas de Saúde e Saúde Mental no Brasil

Ementa: As políticas de saúde e a Saúde Mental no Brasil. A Reforma Psiquiátrica e a luta antimanicomial. A Saúde Mental e os desafios contemporâneos.

Bibliografia Básica:

AMARANTE, P. **Loucos pela vida:** a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: SDE/ FIOCRUZ, 1994.

ROTELLI, F. **Desinstitucionalização.** São Paulo: Hucitec, 1990.

VASCONCELOS, E. M. **Saúde Mental e Serviço Social:** o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2007.

Bibliografia Complementar:

DELGADO, P. G. **As razões da tutela:** Psiquiatria, justiça e cidadania do louco no Brasil. Rio de Janeiro: TeCorá, 1992.

FIGUEREDO, A.C.; JARDIM, S. R. Formação de recursos humanos, trabalho e saúde mental. *In:* FIGUEIREDO,

A.M; CAVALCANTI, M.T. (Org) **A reforma psiquiátrica e os desafios da desinstitucionalização.** Rio de Janeiro: Edições IPUB, 2001, p. 59-68.

BRASIL, **Legislação em Saúde Mental - 1990-2004.** 5ª Ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2004a.

_____. **Saúde Mental no SUS:** acesso ao tratamento e mudança do modelo de atenção. Relatório de Gestão 2003- 2006. Ministério da Saúde: Brasília, 2007.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE. **Reestruturação da assistência psiquiátrica:** bases conceituais e caminhos para sua implementação. Milão: OPS 1990.

Nome do Componente Curricular: Serviço Social e Proteção à Infância e

Juventude
<p>Ementa: A história social da infância e adolescência. Direitos da criança e do adolescente. Políticas de proteção à infância e adolescência no Brasil.</p>
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>ARIÉS, Philippe. História social da criança e da família. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 1981.</p> <p>BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal n.º 8069/90. Ministério da Justiça, Brasília, DF, 1990.</p> <p>SALES, Mione Apolinário. MATOS, Maurílio Castro de. LEAL, Maria Cristina. (org.). Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2009.</p>
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>FURINI, Luciano Antônio. Redes sociais de proteção integral à criança e ao adolescente: falácia ou eficácia? São Paulo (SP): Ed. UNESP, 2011.</p> <p>KREUZ, Sergio Luiz. Direito à convivência familiar da criança e do adolescente: direitos fundamentais, princípios constitucionais e alternativas ao acolhimento institucional. Curitiba (PR): Juruá, 2012.</p> <p>PIANA, Maria Cristina; OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra. (org.) Voz e vez: reflexões sobre a infância e a adolescência no Brasil. Bauru (SP): Projeto Editorial Praxis, 2018.</p> <p>RIBEIRO, Marisa Marques; Martins. Rosilda Baron. Violência doméstica contra a criança e o adolescente: a realidade velada e desvelada no ambiente escolar. Curitiba (PR): Juruá, 2010.</p> <p>RIZZINI, Irene. O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil. 2. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2008.</p>
<p>Nome do Componente Curricular: Supervisão Acadêmica de Estágio Não Obrigatório em Serviço Social</p>

Ementa: Dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas do exercício profissional do Assistente Social. Mediações entre formação e trabalho profissional. As expressões da questão social e as políticas sociais na realidade regional.

Bibliografia Básica:

CAPUT, Lesliane. **Supervisão de Estágio em Serviço Social**. Papel Social, 2021.

LEGWOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio no serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011.

PONTES, R.N. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

Bibliografia Complementar:

BURIOLLA, Marta A. Feitem. **O Estágio supervisionado**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2008. Revista Conexões Geraes. Disponível em <http://www.cress-mg.org.br/publicacoes>

COELHO, M. **Imediatividade: na prática profissional do assistente social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

FORTI, V.; GUERRA, Y. (orgs). **Serviço Social: temas, textos e contextos**. (coletânea Nova de Serviço Social). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

Nome do Componente Curricular: Tópicos Especiais em História do Brasil II

Ementa: Desenvolve temáticas e estudos específicos na área de História do Brasil. Ensino de História do Brasil

Bibliografia Básica:

BOBBIO, N. (et al). *Dicionário de política*. 5ª ed. v. 1. Brasília: Editora UnB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

COSTA, E. V. da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7ª ed. 2ª reimpr. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

NAPOLITANO, M. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

Bibliografia Complementar:

FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (orgs.). **O Brasil republicano**. O tempo donacional-estatismo. v. 2. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FERREIRA, J; GOMES, A. de C. 1964. **O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FONSECA, F. C. da. **Nomeação para a reitoria da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM/Uberaba – MG.** Disponível em:
<<https://institutocaiopradojr.files.wordpress.com/2019/09/nota-sobre-nomeac387c383o-para-a-reitoria-da-uftm-2019-fc3a1bio-fonseca.pdf>>.
Acesso em: 08 ago. 2019.

ROMANO, C. ***Deposição de Dilma Rousseff: nem golpe nem impeachment.*** Disponível em: <<http://bandeira-vermelha.blogspot.com/2018/11/deposicao-de-dilma-rousseff- nem.html>>. Acesso em: 08 ago. 2019.

SIMÕES, A. L. de A. ***O que realmente ocorreu na UFTM? A verdade sobre a nomeação para a reitoria.*** Disponível em: <https://1.bp.blogspot.com/-52pNL2zZNWw/XUQltpZEFyl/AAAAAAAAABG0/mic3990hLp4mrXldvxK7ipwZ6xK0FMkXQCLcBGAs/s1600/jm_260_62019.jpg>. Acesso em: 08 ago. 2019.

Nome do Componente Curricular: Teoria social marxiana, feminismo e questão racial no Brasil

Ementa: Estudo sobre a teoria social crítica e sua influência no Serviço social brasileiro. Apropriação das categorias fundamentais do método histórico-dialético tais como, produção e reprodução, alienação e estranhamento, universalidade, particularidade e singularidade, cotidiano, consciência de classe, analisando os limites destas apropriações para compreensão do Estado, da Cultura e da superestrutura no processo de fortalecimento do projeto ético-político da profissão.

Bibliografía Básica:

GRAMSCI, A. **Americanismo e Fordismo**. São Paulo: Ed. Hedra, 2011.

LUKÁCS, Georg. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas. 1979a.

MARX, Karl. **O método da economia política**. São Paulo: Abril, 1978. (Os pensadores.).

Bibliografia Complementar:

Karl Marx. **Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo:

<p>Boitempo, _____, 2005.</p> <p>_____. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.</p> <p>IASI, Mauro. O conceito e o “não conceito” de classes em Marx. In: Ensaio sobre consciência e emancipação. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.</p> <p>LESSA, Sérgio. A centralidade ontológica do trabalho de Lukács. 1996. Disponível em: http://www.sergiolessa.com/artigos_92_96/centralidadetrab_1996.pdf. Acesso em: 29 nov. 2011.</p> <p>SIMIONATO, Ivone. Gramsci. Sua teoria e incidência no Brasil. influência no Serviço Social. 4 ed. 2011 São Paulo.</p>	
<p>Nome do Componente Curricular: Geografia Econômica</p>	
<p>Ementa: Principais matrizes do pensamento econômico. Revolução industrial e processo de industrialização. As teorias de localização das atividades econômicas. Teorias da industrialização brasileira. Abordagens teórico-metodológicas da Geografia Econômica. Globalização, reestruturação produtiva e suas implicações. Conjuntura econômica brasileira a partir dos anos 1990.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BIELSCHOWSKY, R. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento. RJ. Contraponto, 1988.</p> <p>HARVEY, D. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992.</p> <p>SANTOS, M. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.</p>	
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>CANO, W. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970. 3 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007.</p> <p>FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1959.</p> <p>PIKETTY, T. O capital no século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.</p> <p>RANGEL, I. Obras reunidas: volume 2. Organização César Benjamin. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.</p> <p>SELINGARID-SAMPAIO, S. Indústria e território em São Paulo: a estruturação do multicomplexo territorial industrial paulista: 1950-2005. Campinas: Alínea, 2009.</p>	

Nome do Componente Curricular: Geografia Política

Ementa: Geografia Política e Geopolítica: abordagens teóricas. Estado, território e poder. Pacto federativo e os poderes locais e regionais. Nacionalismos e regionalismos no mundo contemporâneo. Conflitos, resistências, fronteiras e imperialismo. Brasil e geopolítica mundial.

Bibliografia Básica:

COSTA, Wanderley Messias da. Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder. São Paulo: EDUSP, 2008.

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.

CASTRO, Iná E. de (et al). Geografia e Política: território, escala de ação e instituições. Rio de Ja Bertrand, 2008.

Bibliografia Complementar:

HASBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KAPLAN, Robert, A vingança da Geografia: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica. Rio de Janeiro, Elisevier, 2013.

MARTIN, Andre Roberto. Fronteiras e nações. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1994.

MORAES, A. C.R. Território e história no Brasil. São Paulo: Annablume, 2002.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

Nome do Componente Curricular: Geografia da América Latina

Ementa: A formação socioespacial da América Latina: diversidade e complexidade. Fronteiras latinoamericanas. Reprodução do capital e modernização desigual e excludente. Movimentos sociais e processos de luta e resistência. América Latina no contexto mundial contemporâneo. Interações Brasil e América Latina.

Bibliografia Básica:

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Tradução Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2010.

GARCÍA, Brigida; CASTILLO, D´idimo. ´ America Latina, población y desarrollo. Bogotá : Siglo del Hombre Editores y Clacso, 2009.

OLIVEIRA, Marcio Piñon de; COELHO, Maria Célia Nunes e CORRÊA, Aurenice de Mello. O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas Volumes I e II. Rio de Janeiro: Lamparina: ANPEGE, FAPERJ, 2008.

Bibliografia Complementar:

BETHEL, Leslie (Org.). História da América Latina. Vol. I: América Latina Colonial. São Paulo: 1998.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. Pensamento latino-americano na virada do século. Ijuí: Unijuí, 2012.

GENTILLI, Pablo (Org.). Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

LANDER, Edgardo. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. 1a. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, Marcelo. O poder norte-americano e a América Latina no pós-Guerra Fria. São Paulo: Annablume, 2007.

Nome do Componente Curricular: Legislações específicas e Educação Especial

Ementa: Pessoas com Deficiências, Incapacidades e Necessidades Especiais: Processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc) de emancipação e inclusão de pessoas com deficiências, incapacidades físicas, sensoriais e mentais, síndromes, doenças crônicas, altas habilidades, dentre outras; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção individual e coletiva, tendo como objeto focado na ação essas pessoas e suas famílias.

Bibliografia Básica:

GLAT, Rosana (org). Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. 2 ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

IGNARRA, Carolina. Inclusão: conceitos, histórias e talentos das pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2009.

MACHADO, Adriana Marcondes (et al). Educação especial em debate. São Paulo: Casa do Psicólogo- Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, 6ª Região, 2008.

Bibliografia Complementar:

AMIRALIAN, Maria Lucia Toledo Moraes (org). Deficiência visual: perspectiva na contemporaneidade São Paulo: Vetor, 2009.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: contruindo uma sociedade para todos. 7 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SKILAR, Carlos (org). Surdez: um olhar sobre as diferenças. 6ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

_____. Atualidade da educação bilíngue para surdos. 4 ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

SPOZATI, Aldaiza (org). Proteção social de cidadania: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal. 3 ed. São Paulo : Cortez, 2011.

Nome do Componente Curricular: A dimensão socio-educativa do Serviço Social (60h)

Ementa: Dimensão Educativa e o Serviço Social. Fundamentos históricos, teóricos, metodológicos e ideológicos do trabalho sócio-educativo.

Bibliografia Básica:

ABREU, Marina Maciel, CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/zD3ifq80Dt7Az49Q4j7x.pdf>

BONALUME, Bruna Carolina, JACINTO, Adriana Giaqueto. Dimensão Socioeducativa do Trabalho do Assistente Social no Judiciário: contradições e perspectivas. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 16, n. 2, p. 414-426, ago./dez 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br>

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf

Bibliografia Complementar:

JACINTO, Adriana Giaqueto. Trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico. R. Katál., Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 77-85, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br>

LIGABUE, Helena de Paiva. A expressão da dimensão educativa no trabalho do assistente social na política de assistência social. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca : [s.n.], 2016. 2º Cap. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/148737?show=full>

TORRES, Mabel Mascarenhas. As múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social: intervenção e o trabalho sócio-educativo. Disponível em:

http://www.uel.br/revistas/ssrevista/pdf/2009/2009_2/85_As%20multiplas%20dimensoes%20presentes%20no%20exercicio%20profissional%20do%20assistente%20social%20artigo%20ultima%20versao_publicar.pdf

Vídeo: Reflexões sobre sistema de Educação e Trabalho. (Curta Animado da Alike). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K4Foovfdb-E&feature=youtu.be>

Vídeo: Educação e Transformação - Entrevista Paulo Freire. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=60c1RapBN7U>

Nome do Componente Curricular: Memória Social e Serviço Social

Ementa: Efetuar uma reflexão crítica em relação aos autores considerados clássicos do campo da memória, mas também ampliar o escopo teórico-metodológico a partir da apresentação e discussão da Memória Social correlacionada com a teoria Marxista.

Bibliografia Básica:

MARX, K. **A questão Judaica**. São Paulo: Centauro, 2005.

DODEBEI, V.; DE FARIAS, F. R.; GONDAR, J. Revista Morpheus (Número especial: Por que memória social?). **Revista Morpheus-Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, v. 9, n. 15, 2016.

HALBWACHS, M. **Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

Bibliografia Complementar:

GONDAR, J. Cinco proposições sobre memória social. DODEBEL, V.; RAMOS, F.; GONDAR, J. (Orgs) **Por que memória social?** Rio de Janeiro: Híbrida, 2016.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**. v.2, n.3., p. 3-15, 1989.

POLLAK, M. A gestão do indizível. **WebMosaica**. v.2, n.1, 2010.

SELIGMANN-SILVA, M. Antimonumentos: trabalho de memória e de resistência. **Psicologia USP**. v.27, p. 49-60, 2016.

Nome do Componente Curricular: Violência e Saúde

Ementa: Contextualização histórica da violência; violência e capitalismo. Determinantes sociais da violência. Violência como questão de saúde pública. Segmentos sociais e violência: crianças, adolescentes, jovens, mulheres e idosos. Rede de atenção/proteção. Estratégias de enfrentamento/prevenção.

Básicas:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. 340 p.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 36ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

IANNI, Otávio. *A violência na sociedade contemporânea*. Estudos de Sociologia, Araraquara, n. 12, p. 7-28, 2002.

MINAYO, Maria C. S. *Violência e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. 128 p.

NJAINE, Katie; ASSIS, Simone G.; CONSTANTINO, Patrícia (Orgs.). *Impactos da violência na saúde*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz; EAD-ENSP, 2009.

Complementares:

LIMA, Carla M.; STOTZ, Eduardo; VALLA, Victor. *Pobreza e violência: desafios para os profissionais de saúde*. Revista APS, v. 11, n. 3, p. 273-284, jul./set. 2008.

MATTAR, Rosiane et al. *Assistência multiprofissional à vítima de violência sexual: a experiência da Universidade Federal de São Paulo*. Cadernos de Saúde Pública [online], vol. 23, n. 2, pp. 459-464, 2007.

RUOTTI, C.; MASSA, V. C.; PERES, M. F. T. *Vulnerabilidade e violência: uma nova concepção de risco para o estudo dos homicídios de jovens*. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 15, n. 37, p. 377-389, abr./jun. 2011.

VIEIRA NETTO, Moysés Francisco; DESLANDES, Suely Ferreira. *As Estratégias da Saúde da Família no enfrentamento das violências envolvendo adolescentes*. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, p. 1583-1596, maio 2016.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Global Status Report on Violence Prevention* – 2014. Disponível em: http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/status_report/2014/en/. Acesso em: 10 jun. 2016.

Nome do Componente Curricular: Saúde e Sociedade

Ementa: Contribuições das Ciências Humanas e Sociais à Saúde e as teorias explicativas do processo saúde-doença. Construção dos conceitos de risco e vulnerabilidade social. Caracterização dos determinantes sociais da saúde e das iniquidades em saúde, sob a perspectiva de gênero, classe, raça e etnia. Reflexões sobre o impacto da nutrição, hábitos alimentares e a indústria alimentícia nas condições de saúde da população.

Básicas:

AYRES, José Ricardo C. M.; CALAZANS, Gabriela J.; SALETTI FILHO, Haraldo C. et al. O risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde. In: CAMPOS, Gastão Wagner S.; MINAYO, Maria Cecília S.; AKERMAN, Marco; DRUMOND JÚNIOR, Marcos; CARVALHO, Yara Maria. *Tratado de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro: Hucitec / Fiocruz, 2009.

CZERESNIA, Dina; FREITAS, Carlos M. (Orgs.). *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2014.

MINAYO, Maria Cecília S.; COIMBRA JR, Carlos E. A. (Orgs.). *Críticas e atuantes. Ciências Sociais e Humanas em Saúde na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. 708 p.

Complementares:

BUSS, Paulo; PELLEGRINI FILHO, Alberto. *Iniquidades em saúde no Brasil, nossa mais grave doença: comentários sobre o documento de referência e os trabalhos da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde*. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 2005-2008, set. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v22n9/26.pdf>

CAMBOTA, Jacqueline N. *Desigualdades sociais na utilização de cuidados de saúde no Brasil e seus determinantes*. Tese de Doutorado. FEA, USP, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12140/tde-11062012-190139/en.php>

MACHADO, Priscila P.; OLIVEIRA, Nádia R. F.; MENDES, Áquilas. *O indigesto sistema do alimento mercadoria*. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 505-515, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/118318/115866>

LAPREGA, Milton R. *Processo saúde-doença e níveis de prevenção*. In: FRANCO, Laércio J.; PASSOS, Afonso D. C. (Orgs.). *Fundamentos de Epidemiologia*. Barueri: Manole, 2005.

MAGALHÃES, Rosana et al. *Desigualdades sociais, saúde e bem-estar: oportunidades e problemas no horizonte de políticas públicas transversais*. Ciência & Saúde Coletiva, v. 12, n. 6, p. 1415-1421, 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/630/63013517002.pdf>

VIANNA, Lucila A. C. *Processo saúde-doença*. In: MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Especialização em Saúde da Família*. UNA-SUS. 2ª edição. Unidade de conteúdo: Processo saúde-doença, 2012. Disponível em: http://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/1/modulo_politico_gestor/Unidade_6.pdf

FREITAS, Maria Soares; PENA, Paulo G. Lopes. *Segurança alimentar e nutricional, a produção do conhecimento com ênfase nos aspectos da cultura*. Revista de Nutrição, Campinas, v. 20, n. 1, p. 69-81, jan./fev. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/tScWCNKLLh9QJtZsbRFCM4n/?format=pdf&lang=pt>

Nome do Componente Curricular: Diversidade Sexual e de Gênero na Saúde

Ementa: Sexualidades, gênero e práticas. Aspectos biopsicossociais da sexualidade humana. A biopolítica sexual foucaultiana. Crítica ao modelo binário e identitário de sexualidade e gênero. Teorias contemporâneas de sexualidade e gênero. O profissional de saúde frente às diversidades sexuais e de gênero.

Básicas:

CIASCA, S. V.; HERCOWITZ, A.; JUNIOR, A. L. *Saúde LGBTQIA+: práticas de cuidado transdisciplinar*. Barueri, São Paulo: Editora Manole, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555764857/>. Acesso em: 23 ago. 2021.

LOURO, G. L. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. Disponível em: não informado. Acesso em: 08 abr. 2021.

SALIH, S. *Judith Butler e a teoria queer*. Belo Horizonte: Grupo Autêntica, 2012. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565381376/>. Acesso em: 23 ago. 2021.

Complementares:

DORNELLES, P. G. Educação física e sexualidade: desafios educacionais. Ijuí, Rio Grande do Sul: Editora Unijuí, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788541902793/>. Acesso em: 23 ago. 2021.

HARAWAY, D. Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. Disponível em: não informado. Acesso em: 08 abr. 2021.

HOLOVKO, C. S.; CORTEZZI, C. M. Sexualidades e gênero: desafios da Psicanálise. São Paulo: Editora Blucher, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521212522/>. Acesso em: 23 ago. 2021.

LOURO, G. L. (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. Disponível em: não informado. Acesso em: 08 abr. 2021.

OKA, M.; LAURENTI, C. Entre sexo e gênero: um estudo bibliográfico-exploratório das ciências da saúde. *Saúde e Sociedade*, v. 27, n. 1, p. 238-251, 2018. Disponível em: não informado. Acesso em: 17 ago. 2021.

REIS, T. (Org.). Manual de Comunicação LGBTI+. 2. ed. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018. Disponível em: não informado. Acesso em: 17 ago. 2021.

Nome do Componente Curricular: Corpo, Subjetividade e Saúde na Contemporaneidade
<p>Ementa: Teorias sobre o corpo e sua relação com a cultura contemporânea. Animalidade, humanidade e artificialidade do corpo: redefinições discursivas. Tecnologias da saúde e representações sociais do corpo. Saúde, biopoder e estética corporal.</p>
<p>Básica:</p> <p>ORLANDI, L.B.L. Corporeidades em minidesfile. Unimontes Científica. Montes Claros, v.6, n.1, 2004. Disponível em: . Acesso em: 08abr.2021.</p> <p>HARAWAY, D. Antropologia do ciborgue: As vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. Disponível em: . Acesso em: 08abr.2021.</p> <p>SILVA, M.R.S. da. Culto ao corpo: expressões do voyeurismo e do exibicionismo na estética contemporânea. São Paulo: Blucher, 2016. Disponível em: . Acesso em: 08abr.2021.</p> <p>Complementar:</p> <p>DEJOURS, C. Psicossomática e teoria do corpo. São Paulo: Blucher, 2019. Disponível em: . Acesso em: 08abr.2021.</p> <p>LOURO, G.L. (Org.). O corpo educado: Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. Disponível em: . Acesso em: 08abr.2021.</p> <p>LÉVY, P. Cibercultura. 3.ed São Paulo (SP): Ed. 34, 2010. 270p.</p> <p>JORNADA TEMÁTICAS, 1998, Paris. A relação dos saberes: o desafio do século XXI. Direção de Morin, Edgar. 10.ed Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 2012. 583p.</p> <p>LEBRETON, David. A Deus ao corpo: antropologia e sociedade. 6.ed. Campinas (SP): Papirus, 2017. 240p. 163 CRENÇAS</p>

Nome do Componente Curricular: Direitos Sexuais e Reprodutivos em interface com a Saúde

Ementa: Abordagem dos Direitos Sexuais e Reprodutivos na perspectiva da Saúde. Diálogos e impactos de marcadores sociais como gênero, raça/etnia, classe e vulnerabilidades sobre os Direitos Sexuais e Reprodutivos. Problematisações sobre violência sexual, abortamento, maternidade e paternidade seguras. Práticas do cuidado interdisciplinar e intersetorial e da Educação em Saúde na garantia dos Direitos Sexuais e Reprodutivos.

Básicas:

BRASIL. Ministério da Saúde. *Saúde sexual e reprodutiva*. Cadernos de Atenção Básica nº 26. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf. Acesso em: 27 mai. 2021.

GONÇALVES, T. A. *Direitos humanos das mulheres e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos*. São Paulo: Saraiva, 2013. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502187825/cfi/12!/4/4@0.0.0.0.00>.

VENTURA, M. *Direitos reprodutivos no Brasil*. 3. ed. Brasília: Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA, 2009. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/direitos_reprodutivos3.pdf. Acesso em: 27 mai. 2021.

Complementares:

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf. Acesso em: 27 mai. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: princípios e diretrizes*. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_saude_homem.pdf. Acesso em: 27 mai. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Direitos sexuais e direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais*. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/direitos_sexuais_reprodutivos_metodos_anticoncepcionais.pdf.

D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas et al. *Atenção integral à saúde de mulheres em situação de violência de gênero: uma alternativa para a atenção primária em saúde*. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1037-1050, ago. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81212009000400154)

[81232009000400011](https://doi.org/10.1590/1518-8787.202100011). Acesso em: 27 mai. 2021.

HEILBORN, M. L. *Por uma agenda positiva dos direitos sexuais da adolescência*. Psicologia Clínica, v. 24, n. 1, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pc/a/f3rcpqWssvByWqQkBjVz9dN/?lang=pt>. Acesso em: 27 mai. 2021.

MATTAR, L. D.; DINIZ, C. S. G. *Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício de direitos humanos pelas mulheres*. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 16, n. 40, p. 107-119, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/XqxCrSPzLQSytJjsFQMdwjb/?lang=pt>. Acesso em: 27 mai. 2021.

ONU. Organização das Nações Unidas. *Declaração e Programa de Ação da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento – Cairo, 1994*. Documento ONU A/CONF.171/13. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/programa-de-a%C3%A7%C3%A3o-da-confer%C3%Aancia-internacional-sobrepopula%C3%A7%C3%A3o-e-desenvolvimento>. Acesso em: 27 mai. 2021.

PAIVA, Carla Cardi Nepomuceno de et al. *Educação em saúde segundo os preceitos do movimento feminista: estratégias inovadoras para promoção da saúde sexual e reprodutiva*. Escola Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 685-691, dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/DV9ntTVQ8CdyWbJPjWZJF3h/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 mai. 2021.

RIBEIRO, C. R.; GOMES, R.; MOREIRA, M. C. N. *Encontros e desencontros entre a saúde do homem, a promoção da paternidade participativa e a saúde sexual e reprodutiva na atenção básica*. Physis, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 41-60, jan. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/Qm4nMybrZmDMRvfbkMdhmgk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 mai. 2021.

Nome do Componente Curricular: Saúde Mental e Direitos Humanos
Ementa: Instituições totais e a história do cuidado em saúde mental. Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial. Políticas contemporâneas e organização da Rede de Atenção Psicossocial. A Rede de Atenção Psicossocial em Uberaba.
<p>Básicas:</p> <p>BASAGLIA, Franco (Coord.). <i>A instituição negada: relato de um hospital psiquiátrico</i>. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001. 326 p.</p> <p>FOUCAULT, Michel. <i>História da loucura na Idade Clássica</i>. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009. 551 p.</p> <p>LOBOSQUE, Ana Marta. <i>Clínica em movimento: por uma sociedade sem manicômios</i>. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. 200 p.</p>
<p>Complementares:</p> <p>BRASIL. <i>Legislação em Saúde Mental: 1990-2001</i>. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 110 p.</p> <p>GOFFMAN, Erving. <i>Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada</i>. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 158 p.</p> <p>LANCETTI, Antonio et al. <i>Saúde mental e saúde da família</i>. 2. ed. São Paulo: Hucitec, [200-]. 220 p.</p> <p>LANCMAN, Selma (Org.). <i>Políticas públicas e processos de trabalho em saúde mental</i>. Brasília: Paralelo 15, 2008. 223 p.</p> <p>LOBOSQUE, Ana Marta; SILVA, Celso Renato (Orgs.). <i>Saúde mental: marcos conceituais e campos de prática</i>. Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, 2013. 218 p.</p>

ANEXO B - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL (2019 /1)

1º PERÍODO								
Componente Curricular	Horas-Aula					Créditos	Pré-requisito	Correquesito
	Teórico	Prática	AD	AEXT	Total			
Ciência Política	30	-	-	-	30	2	-	-
Leitura e Produção de Textos	60	-	-	-	60	4	-	-
Metodologia Científica	30	-	-	-	30	2	-	-
Antropologia	30	-	-	-	30	2	-	-

Introdução ao Serviço Social	60	-	-	-	75	5	-	-
Sociologia	30	-	-	-	30	2	-	-
Filosofia	30	-	-	-	60	4	-	-
Leitura Crítica da Mídia	24	-	6	-	30	2	-	-
Subtotal	294	0	6	-	330	22	-	-
2º PERÍODO								
Componente Curricular	Horas-Aula					Créditos	Pré-requisito	Correquisito
	Teórica	Prática	AD	AEXT	Total			
Formação Sócio-Histórica do Brasil	30	-	-	-	30	2	-	-
Questão Social no Brasil	60	-	30	-	90	6	-	-
Economia Política	60	-	-	-	60	4	-	-
Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I	60	-	-	-	60	4	-	-
Classes e Movimentos Sociais	60	-	-	-	60	4	-	-
Subtotal	270	-	30	-	300	20	-	-
3º PERÍODO								
Componente Curricular	Horas-Aula					Créditos	Pré-requisito	Correquisito
	Teórica	Prática	AD	AEXT	Total			
Política Social e Serviço Social I	90	-	-	-	90	6	-	-

Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social II	60	-	-	-	60	4	Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social I	-
Psicologia	60	-	-	-	60	4	-	-
Ética e Serviço Social I	60	-	-	-	60	4	-	-
Subtotal	270	30	-	-	300	20	-	-

4º PERÍODO

Componente Curricular	Horas-Aula					Créditos	Pré-requisito	Correquisito
	Teórica	Prática	AD	AEXT	Total			
Pesquisa Social	60	30	-	-	90	6	-	-
Movimentos Sociais e Realidade Regional e Local	30	30	-	-	60	4	-	-
Política Social e Serviço Social II	90	-	-	-	90	6	Política Social e Serviço Social I	-
Ética e Serviço Social II	60	30	-	-	-	6	Ética e Serviço Social I	-
Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III	90	-	-	-	90	6	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	-
Subtotal	300	90	-	-	390	26	-	-

5º PERÍODO

Componente Curricular	Horas-Aula					Créditos	Pré-requisito	Correquisito
	Teórica	Prática	AD	AEXT	Total			
Pesquisa e Produção de Conhecimentos em Serviço Social I	60	30	-	-	90	6	-	-
Serviço Social e Processo de Trabalho I	60	-	-	-	60	4	-	-

Estágio Supervisionado em Serviço Social I		180			180	12	Questão Social no Brasil; Ética e Serviço Social II; Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	
Supervisão Acadêmica de Estágio Supervisionado em Serviço Social I	30	-	-	-	30	2	Ética e Serviço Social II; Fundamentos Históricos e Teórico - Metodológicos do Serviço Social II	Estágio Supervisionado em Serviço Social I
Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social IV	60	30	-	-	90	6	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	-
Legislação Social Aplicada ao Serviço Social I	30	30	-	-	60	4	-	-
Política Social e Serviço Social III	60	30	-	-	90	6	Política Social e Serviço Social II	-
Subtotal	300	300	-	-	600	40	-	-
6º PERÍODO								
Componente Curricular	Horas-Aula					Créditos	Pré-requisito	Correquisito
	Teórica	Prática	AD	AEXT	Total			
Planejamento e Gestão de Políticas Sociais I	60	-	-	-	60	4	Política Social e Serviço Social I	-
Pesquisa e Produção de Conhecimentos em Serviço Social II	60	30	-	-	90	6	Pesquisa e Produção de Conhecimentos em Serviço Social I	-
Estágio Supervisionado em Serviço Social II		180	-	-	180	12	Estágio Supervisionado em Serviço Social I	Supervisão Acadêmica de Estágio Supervisionado em Serviço Social I
Supervisão Acadêmica de Estágio Supervisionado em Serviço Social II	30	-	-	-	30	2	Supervisão Acadêmica de Estágio Supervisionado em Serviço Social I	Estágio Supervisionado em Serviço Social II
Serviço Social e Processo de Trabalho II	60	-	-	-	60	4	-	-

Legislação e Serviço Social II	60	30	-	-	90	6	-	-
Subtotal	300	240	-	-	540	36	-	-
7º PERÍODO								
Componente Curricular	Horas-Aula					Créditos	Pré-requisito	Correquisito
	Teórica	Prática	AD	AEXT	Total			
Trabalho de Conclusão de Curso I	60	120	-	-	180	12	Pesquisa e Produção de Conhecimentos em Serviço Social II	-
Planejamento e Gestão de Políticas Sociais II	60	30	-	-	90	6	Planejamento e Gestão de Políticas Sociais I	-
Estágio Supervisionado em Serviço Social III	-	180	-	-	180	12	Estágio Supervisionado em Serviço Social II	Estágio Supervisionado em Serviço Social II
Supervisão Acadêmica de Estágio Supervisionado em Serviço Social III	30	-	-	-	30	2	Supervisão Acadêmica de Estágio Supervisionado em Serviço Social II	Estágio Supervisionado em Serviço Social III
Seminários Temáticos I	60	-	-	-	60	4	-	-
Subtotal	210	330	-	-	540	36	-	-
8º PERÍODO								
Componente Curricular	Horas-Aula					Créditos	Pré-requisito	Correquisito
	Teórica	Prática	AD	AEXT	Total			
Trabalho de Conclusão de Curso II	90	120	-	-	210	14	Trabalho de Conclusão de Curso I	-
Processo de Supervisão de Estágio em Serviço Social	60	-	-	-	60	4	Supervisão Acadêmica de Estágio Supervisionado em Serviço Social III; Estágio Supervisionado em Serviço Social III	-
Seminários Temáticos II	60	-	-	-	60	4	-	-
Libras	30	-	-	-	30	2	-	-
Subtotal	240	120	-	-	360	24	-	-

**COMPONENTES CURRICULARES ELETIVOS Interperíodos
(2019/1)**

Componente Curricular	Horas-Aula					Créditos	Pré-requisito
	Teórica	Prática	AD	PCC	Total		
Adoção e acolhimento de crianças e adolescentes	60	-	-	-	60	4	-
A dimensão sócioeducativa do Serviço Social	30	-	-	-	30	2	-
A dimensão sócioeducativa do Serviço Social	60	-	-	-	60	4	-
A Política de Assistência Social e o trabalho do Assistente Social	60	-	-	-	60	4	-
Comunicação, Promoção da Saúde e Literacia para a saúde	30	30	-	-	60	4	-
Deficiência, Cidadania e Inclusão	30	-	-	-	30	2	-
Documentação, Sistematização e Produção de Conhecimento em Serviço Social	40	20	-	-	60	4	-
Envelhecimento na Contemporaneidade	30	-	-	-	30	2	-
Estágio não obrigatório supervisionado em Serviço Social	-	180	-	-	180	12	Supervisão Acadêmica de Estágio Supervisionado em Serviço Social III; Estágio Supervisionado em Serviço Social III
Supervisão Acadêmica de Estágio não obrigatório em Serviço Social	30	-	-	-	30	2	Supervisão Acadêmica de Estágio Supervisionado em Serviço Social III; Estágio Supervisionado em Serviço Social III
Supervisão Acadêmica de Estágio não obrigatório em Serviço Social	30	30	-	-	60	4	Supervisão Acadêmica de Estágio Supervisionado em Serviço Social III; Estágio Supervisionado em Serviço Social III
Famílias e Serviço Social	30	-	-	-	30	2	-
Famílias e Serviço Social	60	-	-	-	60	4	-
Geografia Agrária	50	15	10	-	75	5	-
Geografia Urbana	50	15	10	-	75	5	-
Marx e marxismos	60	-	-	-	60	4	-

Meio ambiente e Serviço Social	30	-	-	-	30	2	-
Questão Agrária e Políticas Públicas no Brasil	60	-	-	-	60	4	-
Saúde e Serviço Social	60	-	-	-	60	4	-
Serviço Social e relação de gênero	60	-	-	-	60	4	-
Mídias, Comunicação e o Serviço Social	30	-	30	-	60	4	-
Teoria Social crítica e Serviço Social	60	-	-	-	60	4	-
Pensamento sociológico e as interfaces com o Serviço Social	60	-	-	-	60	4	-
Pobreza e cidadania	60	-	-	-	60	4	-
Políticas de Saúde e Saúde Mental no Brasil	60	-	-	-	60	4	-
Serviço Social e proteção à infância e juventude	30	-	-	-	30	2	-
Serviço Social e proteção à infância e juventude	60	-	-	-	60	4	-
Tópicos Especiais em História do Brasil II	60	-	-	-	60	4	-
Adoção e acolhimento de crianças e adolescentes	60	-	-	-	60	4	-
Teoria social marxiana, feminismo e questão racial no Brasil	60	-	-	-	60	4	-
Geografia Econômica	50	15	10	15	90	6	-
Geografia da América Latina	60	-	-	15	75	5	-
Geografia Política	60	-	-	15	75	5	-
Trabalho e identidade profissional	30	-	-	-	30	2	-
Trabalho grupal e questão social	30	-	-	-	30	2	-
Democracia e participação social	60	-	-	-	60	4	-
Poder local: notas introdutórias	60	-	-	-	60	4	-
Produção de Conhecimento em Serviço Social e a sistematização da Prática	60	-	-	-	60	4	-
Legislações Específicas e Educação Especial	30	-	-	-	30	2	-

Memória Social e Serviço Social	60	-	-	-	60	4	-
Violência e Saúde	30	15	-	-	45	3	-
Saúde e Sociedade	30	15	-	-	45	3	-
Diversidade Sexual e de Gênero na Saúde	45	-	-	-	45	3	-
Corpo, Subjetividade e Saúde na Contemporaneidade	30	15	-	-	45	3	-
Direitos Sexuais e Reprodutivos em interface com a Saúde	30	-	-	-	30	2	-
Saúde Mental e Direitos Humanos	30	15	-	-	45	3	-

SÍNTESE DA MATRIZ CURRICULAR					
Componentes Curriculares	Horas-Aula				Créditos
	Teórica/Prática	AD	AEXT	Total	
Componentes Curriculares Gerais	2334	6	-	2340	156
Componentes Curriculares Eletivos	150	-	-	150	10
Estágio Supervisionado em Serviço Social	630	-	-	630	42
Trabalho de Conclusão de Curso	390	-	-	390	26
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	210	-	-	210	14
TOTAL	3.714	6	360	3.720	248
Carga Horária Total do Curso em horas: 3.100 horas					
Tempo de integralização curricular		Mínimo		Máximo	
(semestre/anos)		8 semestres/4 anos		12 semestres/6 anos	

Observações:

1. Para o 1º semestre de 2019, foram inseridos os componentes curriculares eletivos: Estágio não obrigatório supervisionado em Serviço Social (180h/a) e Supervisão acadêmica de estágio não obrigatório em Serviço Social (30h/a).
2. Para o 2º semestre de 2019, foi inserido o componente curricular eletivo: Pobreza e Cidadania (60h/a).
3. Para o 1º semestre de 2020, foram inseridos os componentes curriculares eletivos: Geografia Agrária (75h/a); Geografia Urbana (75h/a) e Tópicos Especiais em História do Brasil II (60h/a).
4. Para o 2º semestre de 2020, foi inserido o componente curricular eletivo: Comunicação, promoção da saúde e literacia para a saúde (60 h/a).
5. Para o 1º semestre de 2024, foram inseridos os componentes curriculares eletivos: Teoria Social Marxiana, Feminismo e Questão Racial no Brasil (60 h/a) e Adoção e Acolhimento de Crianças e Adolescentes (60 h/a).
6. Para o 2º semestre de 2024 foram realizadas as seguintes alterações: I) inserção de componentes curriculares eletivos: Geografia Econômica (90h/a); Geografia da América Latina (75h/a); Geografia Política (75h/a); A dimensão socioeducativa do Serviço Social (30h/a); Deficiência, Cidadania e Inclusão (30h/a); Família e Serviço Social (30h/a); Mídias, Comunicação e o Serviço Social (60h/a); Documentação, Sistematização e Produção de Conhecimentos em Serviço Social (60h/a); Serviço Social e Proteção à Infância e Juventude (30h/a); Supervisão Acadêmica de Estágio não obrigatório em Serviço Social (60h/a); II) Exclusão de componentes curriculares eletivos nunca ofertados: Pobreza e cidadania (30h/a); Tecnologias de informação e comunicação e o Serviço Social. Para o 2º semestre de 2025 foram inseridos os seguintes componentes curriculares eletivos: Memória Social e Serviço Social; Violência e Saúde; Saúde e Sociedade; Diversidade Sexual e de Gênero na Saúde; Corpo, Subjetividade e Saúde na Contemporaneidade; Direitos Sexuais e Reprodutivos em

interface com a Saúde; e Saúde Mental e Direitos Humanos.

ANEXO C – QUADRO DE EQUIVALÊNCIA

QUADRO DE EQUIVALÊNCIAS					
Matriz curricular (vigência: 2019/1)			Nova Matriz curricular (vigência: 2024/1)		
Componente curricular	Período	CH	Componente curricular	Período	CH
Leitura e Produção de Textos	1	60	Leitura e Produção de Textos	2	60
Metodologia Científica	1	30	Universidade e Formação Acadêmica	1	60
Leitura Crítica da Mídia	1	30	Leitura Crítica da Mídia	4	30
Introdução ao Serviço Social	1	90	Introdução ao Serviço Social	1	75
Questão Social no Brasil	2	90	Questão Social no Brasil	1	60
Formação Sócio-histórica do Brasil	2	30	Formação Sócio-histórica do Brasil	1	30
Política Social e Serviço Social I	3	90	Política Social e Serviço Social I	3	60
Psicologia	3	60	Psicologia	5	60
Fundamentos Histórico e Teórico-metodológicos do Serviço Social II	3	90	Fundamentos Histórico e Teórico-metodológicos do Serviço Social II	3	60
Pesquisa Social	4	90	Pesquisa Social I	5	60
Movimentos Sociais e Realidade Regional e Local	4	60	Movimentos Sociais e Realidade Regional e Local	3	60
Ética e Serviço Social II	4	90	Ética e Serviço Social II	4	60
Política Social e Serviço Social II	4	90	Política Social e Serviço Social II	4	60
Fundamentos Histórico e Teórico-metodológicos do Serviço Social III	4	90	Fundamentos Histórico e Teórico-metodológicos do Serviço Social III	4	60
Pesquisa e Produção de Conhecimentos em Serviço Social I	5	90	Pesquisa Social I	5	60
Serviço Social e Processo de Trabalho I	5	60	Serviço Social e Processo de Trabalho I	6	60
Política Social e Serviço Social III	5	90	Política Social e Serviço Social III	5	60
Legislação Social Aplicada ao Serviço Social I	5	60	Legislação Social Aplicada ao Serviço Social I	3	60
Supervisão Acadêmica de Estágio Curricular I	5	30	Supervisão Acadêmica de Estágio Supervisionado em Serviço Social I	5	60
Fundamentos Históricos e Teórico Metodológicos do Serviço Social IV	5	90	Fundamentos Históricos e Teórico Metodológicos do Serviço Social IV	5	60
Legislação Social Aplicada ao Serviço Social II	6	120	Legislação Social Aplicada ao Serviço Social II	4	60
Serviço Social e Processo de Trabalho II	6	60	Serviço Social e Processo de Trabalho II	7	60
Pesquisa e Produção de Conhecimentos em Serviço Social II	6	90	Pesquisa Social II	6	60

Supervisão Acadêmica de Estágio Curricular II	6	30	Supervisão Acadêmica de Estágio Curricular II		60
Planejamento e Gestão de Políticas Sociais I	6	60	Administração e Serviço Social	7	60
Planejamento e Gestão de Políticas Sociais II	7	90	Administração e Serviço Social	7	60
Supervisão Acadêmica de Estágio Curricular III	7	30	Supervisão Acadêmica de Estágio Curricular III	7	60
Seminários Temáticos I	7	60	Temas Contemporâneos	6	60
Processo de Supervisão em Serviço Social	8	60	Processo de Supervisão em Serviço Social	8	30
Seminários Temáticos II	8	60	Temas Contemporâneos	6	60
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	8	30	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	2	30
Trabalho de Conclusão de Curso I	7	180	Trabalho de Conclusão de Curso I	7	195
Trabalho de Conclusão de Curso II	8	210	Trabalho de Conclusão de Curso II	8	195

Observação 1: Todos os alunos da matriz curricular 2023.1 serão migrados para a matriz curricular 2024.1 e serão feitas as adaptações curriculares (equivalências). Desse modo, a Matriz 2023.1 ficará inativa (será extinta).

Observação 2: *O componente curricular para o qual não for feita a equivalência terá o aproveitamento realizado. Caso haja defasagem de carga horária, o aluno deverá cursar uma disciplina eletiva para complementar a carga horária.

QUADRO DE EQUIVALÊNCIAS					
Matriz curricular (vigência: 2023/1)			Nova Matriz curricular (vigência: 2024/1)		
Componente curricular	Período	CH	Componente curricular	Período	CH
Introdução ao Serviço Social	1	90	Introdução ao Serviço Social	1	75
Questão Social no Brasil	1	90	Questão Social no Brasil	1	60
Universidade e Formação Acadêmica*	1	30	Universidade e Formação Acadêmica	1	60
Ou				Ou	
Universidade e Sociedade I*	2	75		2	
Língua Brasileira de Sinais (Libras)	8	30	Língua Brasileira de Sinais (Libras)	2	30

- a. ANEXO D – Incluir, como anexo, o "Documento de adequação da bibliografia elaborado pelo NDE".